

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RUTH CAVALCANTE NEIVA

**A QUESTÃO RACIAL PENSADA ENTRE O “MÉTODO CIENTÍFICO”
E A PAIXÃO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE JOSÉ
INGENIEROS E MANOEL BOMFIM – ARGENTINA E BRASIL
(1900-1920)**

**VITÓRIA
2015**

RUTH CAVALCANTE NEIVA

**A QUESTÃO RACIAL PENSADA ENTRE O “MÉTODO CIENTÍFICO”
E A PAIXÃO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE JOSÉ
INGENIEROS E MANOEL BOMFIM – ARGENTINA E BRASIL
(1900-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Fabio Muruci dos Santos.

VITÓRIA

2015

Neiva, Ruth Cavalcante, 1986-
N417q A questão racial pensada entre o “método científico” e a
paixão : um estudo comparado entre José Ingenieros e Manoel
Bomfim—Argentina e Brasil (1900-1920) / Ruth Cavalcante Neiva.
– 2015.
152 f.

Orientador: Fabio Muruci.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ingenieros, José, 1877-1925. 2. Bomfim, Manoel, 1868-
1932. 3. Raças. 4. Ciência. I. Santos, Fábio Muruci dos. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Ruth Cavalcante Neiva

**A questão racial pensada entre o “método científico” e a paixão: um estudo
comparado entre José Ingenieros e Manoel Bomfim – Argentina e Brasil
(1900-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de 2015.

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil (Examinador interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (Examinador externo)

Universidade Federal de Ouro Preto

Dedico este trabalho à minha amada avó Zildeth, à minha querida tia Penha e ao meu doce tio Jorge. Saudade eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Fabio Muruci, por todos os ensinamentos ao longo destes anos. Fabio, muito obrigada por ser um guia para minha jornada acadêmica e um exemplo de competência e honestidade, influenciando não somente a minha forma de pensar a História, mas também a minha forma de pensar a vida.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - pela bolsa de fomento à pesquisa durante os dois anos de investigação, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES - pelo auxílio financeiro oferecido para a realização do Estágio-técnico Científico na Argentina, onde fiz pesquisa bibliográfica na *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires* - UNICEN.

Ao professor Ricardo Pasolini, da UNICEN, por ter me orientado no Estágio-técnico e por ter me recebido na Argentina com imensa generosidade e paciência.

À professora Alejandra Mailhe, da *Universidad Nacional de la Plata*, por ser imensamente generosa comigo, dando-me sua atenção, orientação e conselhos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Tom Gil, da UFES, por ter sido sempre uma inspiração e por ter estado presente desde os meus primeiros passos acadêmicos, dando-me lições preciosas de comprometimento e de responsabilidade acadêmica.

Ao professor Marcelo Rangel, da UFOP, por ser tão paciente, atencioso, amigo e por ter acompanhado e apoiado a minha pesquisa, além de ter me apresentado ao pensamento de Manoel Bomfim.

Ao professor Aluizio Alves Filho, da PUC-RJ, pela sua generosa atenção e palavras de incentivo que me impulsionaram a desenvolver o meu trabalho.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram de forma menos direta, porém não menos importante, entre eles, a auxiliar de artigos, Georgina Ferrara e toda a equipe do *Centro de documentación e investigación de la cultura de*

izquierdas en Argentina – CeDinCi; à professora Cristina Fernandez, da *Universidad Nacional de Mar del Plata*; e ao professor Julio Bentivoglio, da UFES.

Aos meus queridos amigos, Thiago Brito, Marcela Vitali, Fernando Viana, Miqueline Freitas, Natan Baptista, Karulliny Siqueira, Elio Ramires e Vanessa Santos pelo enorme companheirismo e estímulo ao longo do mestrado.

À minha mãe, Rosa Linda Cavalcante, por sempre ter me incentivado a estudar e por ter me ensinado que sem estudo eu nunca chegaria a lugar nenhum.

E por fim, agradeço em especial ao meu marido, Alexandre Silva Reis, pelo imenso companheirismo, amor, paciência, consideração, “puxões de orelha” e, sobretudo, pelo grande incentivo que sempre me deu para que eu me dedicasse à minha pesquisa e à minha jornada acadêmica.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar comparativamente a forma pela qual a temática da *Raça* foi discutida pelo ítalo-argentino José Ingenieros e pelo brasileiro Manoel Bomfim nas duas primeiras décadas do século XX. A hipótese deste trabalho é que ambos os autores buscaram definir qual seria o “legítimo povo” dos seus respectivos países a partir de um critério racial. Esta pesquisa está dividida em três partes. O primeiro capítulo busca traçar o perfil intelectual de Ingenieros e de Bomfim para que os leitores possam visualizar a trajetória profissional destes homens e entendê-los melhor; o segundo capítulo demonstra as concepções de mundo em meio a qual estes autores cresceram e como elas repercutiram em seus escritos; o último capítulo é dedicado a fazer a análise das fontes *Sociologia Argentina*, de Ingenieros, e *América Latina: males de origem*, de Bomfim, para que seja possível refletir sobre como estes intelectuais pensaram a questão da *raça* e como eles a relacionaram às suas concepções de “povo ideal” em seus respectivos países.

Palavras-chave: José Ingenieros. Manoel Bomfim. Ciências. Raça.

ABSTRACT

This paper aims to make a comparative analysis of how the thematic of Race was discussed by the Italian-Argentinian José Ingenieros and by the Brazilian Manoel Bomfim in the first two decades of the twentieth century. The hypothesis of this work is that both authors seek to define what would be the “legitimate folk” of their respective nations based on a racial bias. This research is divided into three parts: The first chapter seeks to delineate the intellectual profile of Ingenieros and Bomfim so that the reader can visualize the professional trajectory of these men and have a better understanding of them; The second chapter demonstrates the conceptions of world in which the authors were raised and how they echoed in their writings; and the last chapter is dedicated to the analysis of the books *Sociologia Argentina* by Ingenieros, and *América Latina: males de origem* by Bomfim, in a way that makes it possible to reflect on how these intellectuals thought the race issue and how they related it to their conceptions of “ideal folk” in their respective nations.

Keywords: José Ingenieros. Manoel Bomfim. Science. Race.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: “PERFIL” DE JOSÉ INGENIEROS E DE MANOEL BOMFIM	17
1.1 MÉTODO COMPARATIVO.....	17
1.2 CONTEXTO.....	21
1.2.1 Particularidades do cenário histórico argentino nos princípios do século XX	21
1.2.2 Particularidades do contexto histórico brasileiro nas primeiras décadas do século XX.....	24
1.3 BIOGRAFIAS COMPARADAS.....	27
1.3.1 “Clima” intelectual em que Ingenieros e Bomfim cresceram	28
1.3.2 Posição social familiar	35
1.3.3 A trajetória profissional de José Ingenieros.....	37
1.3.4 A trajetória profissional de Manoel Bomfim	43
1.3.5 Perfil intelectual de José Ingenieros	48
1.3.6 Perfil intelectual de Manoel Bomfim.....	53
CAPÍTULO 2: AS “CONCEPÇÕES DE MUNDO” DO INÍCIO DO SÉCULO XX	59
2. 1 CIENTIFICISMO E SOCIOLOGIA.....	59
2.2 DARWINISMO E DARWINISMO-SOCIAL	65
2.3 CONCEITOS IMPORTANTES	72

2.3.1 Raça, mestiçagem e racismo	73
2.3.2 Eugenia.....	78
2.3.3 Nação e povo	82
2.4 INTERPRETAÇÕES SOBRE AS OBRAS DE INGENIEROS.....	84
2.5 INTERPRETAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE BOMFIM	90
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS FONTES	98
3.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	98
3.2 DADOS ESPECÍFICOS DE SOCIOLOGÍA ARGENTINA.....	100
3.3 DADOS ESPECÍFICOS DE AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM.....	102
3.4 SÍNTESE DAS OBRAS.....	102
3.4.1 Síntese de Sociología argentina.....	103
3.4.2 Síntese de <i>América Latina: males de origem.</i>	105
3.5 SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO COMPARADO.....	108
3.5.1 Questão racial no pensamento ingenieriano	108
3.5.2 Questão racial no pensamento bomfiniano	113
3.5.3 Análise dos discursos (Parte I).....	117
3.5.4 Reflexão ingenieriana sobre a mestiçagem.....	122
3.5.5 Ponderações de Bomfim sobre a mestiçagem	127
3.5.6 Análise dos discursos (Parte II).....	131
3.5.7 Povo argentino segundo as concepções de Ingenieros.....	133

3.5.8 Povo brasileiro na visão de Manoel Bomfim	136
3.5.9 Análise dos discursos (Parte III).....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	146

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação de Mestrado é analisar comparativamente como a temática da *Raça* foi discutida pelo ítalo-argentino José Ingenieros e pelo brasileiro Manoel Bomfim nas duas primeiras décadas do século XX. A hipótese deste trabalho é que ambos os autores buscaram definir qual seria o “legítimo povo” dos seus respectivos países a partir de um critério racial.

Ingenieros e Bomfim foram pensadores influenciados pelo cientificismo, uma vez que ambos recorreram ao prestígio das ciências para dar legitimidade às suas argumentações. O ítalo-argentino perseguia uma ciência positiva, baseada em deduções e comprovada empiricamente, aplicando, desta maneira, os princípios fundamentais das Ciências Biológicas ao estudo da evolução da espécie humana. Ele acreditava que existiam “raças superiores” e “raças inferiores”, e estabeleceu uma hierarquia entre elas na qual os homens de “raça branca” estariam no topo da escala evolutiva, ao passo que os negros estariam no último degrau desta escala. Refletir sobre este discurso que legitimava a hierarquização da humanidade em coletividades distintas em função de atributos “biológicos” e culturais é um dos propósitos deste estudo.

O brasileiro, por sua vez, denunciou a suposta neutralidade dos discursos das ciências da sua época sem conseguir, no entanto, se afastar do paradigma científico que ele mesmo criticava. Bomfim foi um severo crítico dos intelectuais que se apropriavam dos estudos das Ciências Biológicas para legitimar a teoria de “superioridade” e “inferioridade” entre as “raças humanas”. Todavia, ele não se afastou completamente dos preconceitos raciais que eram compartilhados pelos homens da sua geração, e pensar sobre esta questão também é uma das metas desta dissertação.

Este estudo analisa como fonte apenas um livro de cada autor - *Sociología argentina*, de José Ingenieros; e *América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim – pois estes escritos revelam mais profundamente como estes intelectuais pensaram sobre a questão da identidade racial dos povos dos seus países. O ítalo-argentino defendia que o autêntico povo argentino se forjaria ao longo do século XX,

uma vez que ele acreditava que os descendentes dos imigrantes europeus transplantados para a Argentina iriam “substituir” os índios e os gaúchos do território nacional. Desta maneira, o “argentino idealizado” pelo discurso ingenieriano era o indivíduo da “raça branca”. Por sua vez, o brasileiro defendia a crença de que os portugueses, os índios e os negros se assimilaram de forma espontânea e formaram um povo coeso no Brasil desde o período colonial. Isto significa dizer que o sergipano acreditava que, quando os imigrantes europeus chegaram nos fins do século XIX, encontraram no território um povo uniforme e harmonioso, resultante do “largo cruzamento”. Contudo, Bomfim sustentava a crença de que, se estes imigrantes se assimilassem com as “gentes naturais”, eles também seriam brasileiros. Assim, o sergipano fazia um elogio ao processo de mestiçagem que forjou o povo brasileiro.

Também, é importante ressaltar que esta pesquisa está inserida no campo historiográfico de *História das Ideias*, e a metodologia de análise elencada por este trabalho é o método de estudo comparativo. Esta dissertação está dividida em três partes, intituladas sequencialmente como: *Perfil de José Ingenieros e de Manoel Bomfim*; *As concepções de mundo do início do século XX*; e, *Análise das Fontes*. Cada capítulo deste trabalho tem uma função em específico: o primeiro busca fazer uma apresentação panorâmica da vida e da obra dos autores em questão; o segundo apresenta os debates sobre o tema da raça ocorridos entre os fins do século XIX e começo do século XX; e o terceiro realiza uma reflexão sistematizada a respeito das interpretações de Ingenieros e de Bomfim sobre a questão da identidade racial dos povos dos seus respectivos países.

Feitas estas considerações mais abrangentes, cabe destacar a especificidade de cada capítulo desta dissertação. O propósito do *capítulo um* é traçar o perfil intelectual tanto de José Ingenieros quanto de Manoel Bomfim. Para tanto, se busca reconstruir paralelamente os itinerários de vida deles, demarcando as constâncias e as rupturas ideológicas no pensamento de ambos. Este capítulo também demonstra as singularidades do contexto histórico argentino e do brasileiro, e ainda faz uma reflexão sobre as inclinações ideológicas da geração em que o ítalo-argentino e o sergipano estavam inseridos, mostrando, desta maneira, em qual “universo simbólico” e em qual “cultura nacional” os “objetos de estudo” se criaram. Além

disto, esta primeira parte da pesquisa pensa no impacto social das obras dos autores citados e tenta identificar os principais elementos que compuseram o repertório intelectual de ambos.

O *capítulo dois* deste trabalho é um trecho de transição, pois ele complementa as informações contidas na primeira parte da dissertação e também busca apresentar ao público leitor alguns conceitos e concepções importantes para o entendimento do tema da *raça*, do darwinismo-social e da eugenia. A finalidade em demonstrar as concepções de mundo dos homens do princípio do século passado é preparar os leitores para os temas que serão discutidos na parte final desta pesquisa. Também, o objetivo deste capítulo é colocar em evidência como se deu a influência das Ciências no pensamento ingenieriano e no bomfiniano, e pensar em como eles se apropriaram dos estudos das Ciências Naturais para dar suporte teórico às suas argumentações. Além disso, este trecho da pesquisa faz uma reflexão sobre as interpretações dos indivíduos que se aventuraram em analisar o pensamento de José Ingenieros e Manoel Bomfim.

O intuito do *capítulo três*, por sua vez, é fazer uma análise das fontes, apresentando ao público as especificidades de *Sociología argentina* e de *América Latina: males de origem*, assim como formular uma síntese delas com a finalidade de demonstrar quais eram os objetivos, as hipóteses e as “soluções propostas” para os problemas sociais que Ingenieros e Bomfim apresentaram em seus ensaios. Depois de apresentar aos leitores quais eram os principais fundamentos das obras em questão, é feita uma análise sistematizada sobre a temática racial no pensamento destes dois intelectuais. Este exame mais minucioso é refletido ao longo de três blocos de análise: o primeiro volta as suas atenções para como estes dois homens pensaram a questão da “superioridade” e da “inferioridade” entre as raças; o segundo faz uma reflexão a respeito do tema da mestiçagem; e o terceiro faz uma análise sobre qual seria o povo ideal para os seus respectivos países na visão do ítalo-argentino e do brasileiro.

Também, é relevante destacar que Ingenieros foi um intelectual complexo, e esta pesquisa demarca cada “fase” de seu pensamento. Contudo, ela analisa mais profundamente o período em que o ítalo-argentino se identificou com as concepções do cientificismo. É importante demarcar esta questão, pois, no fim da sua vida,

Ingenieros fez uma revisão da sua exacerbada valorização da Europa e o racismo-científico presente em seu discurso se amenizou.

Neste sentido, esta pesquisa acredita que, em um contexto em que a intelectualidade latino-americana discutia sobre a possibilidade de se construir uma confederação de nações para fazer frente ao imperialismo dos Estados Unidos e Europa na América Latina, Ingenieros incentivou a aliança da Argentina com os demais países latino-americanos e, conseqüentemente, fez uma revisão da sua antiga condenação destas nações, condenação esta que se fundamentava em critérios de *Raça e Meio*. Entretanto, a amenização do racismo presente em seu pensamento não pode ser interpretada como se o intelectual aceitasse a igualdade plena dos *euro-argentinos* com índios e gaúchos dentro do território argentino. Desta maneira, este trabalho defende que o argentino idealizado pelo discurso ingenieriano continuou sendo o indivíduo de “raça branca”.

No caso de Manoel Bomfim, cabe destacar que existem vários intérpretes, podendo-se citar Alves Filho, Aguiar e Bechelli, que já demonstraram em seus estudos a precocidade de Bomfim ao criticar os intelectuais que se apropriavam da teoria da superioridade e inferioridade entre as raças para legitimar a exclusão social dos indivíduos a partir de um critério racial. Esta pesquisa se apropria destas ideias, mas também traz novas interpretações, pois questionar sobre até que ponto o sergipano era de fato um “igualitarista racial” e indagar a respeito de um discurso que colaborava ideologicamente com o “embranquecimento cultural” dos índios e dos negros são tarefas que ainda não foram executadas pelos intérpretes precedentes.

Enfim, pode-se afirmar que estes autores foram elencados como “objetos” de observação porque seus escritos projetam para as mulheres e homens do século XXI uma imagem de mundo incrivelmente complexa e contraditória, que revela os sonhos e os medos da geração a qual eles pertenciam. Conhecer melhor as ideias que “moviam” este mundo é o objetivo desta investigação historiográfica.

CAPÍTULO 1: “PERFIL” DE JOSÉ INGENIEROS E DE MANOEL BOMFIM

1.1 MÉTODO COMPARATIVO

A proposta desta dissertação de mestrado consiste em analisar comparativamente como a temática da *Raça* foi discutida por José Ingenieros e por Manoel Bomfim nas duas primeiras décadas do século XX. Estudar esta questão é imprescindível para compreender os projetos de coesão social e homogeneidade nacional propostos por estes dois intelectuais para o desenvolvimento da Argentina e do Brasil. O pensamento do ítalo-argentino e do brasileiro diferenciou-se quando eles pensaram na constituição biológica das etnias que compuseram o povo argentino e o povo brasileiro, e investigar esta questão é o objetivo deste estudo. É necessário frisar que esta pesquisa se preocupou em fazer um trabalho comparativo que fosse além da análise das concepções de Ingenieros e de Bomfim sobre *Raça*, pois também se empenhou em mostrar aos leitores os elementos que compuseram o repertório intelectual deles.

O trabalho *Ensayos Porteños*, de Sergio Miceli, foi uma inspiração de como fazer um estudo comparativo de qualidade entre intelectuais, uma vez que ele demonstrou que a investigação historiográfica comparativa é mais rica e interessante quando o pesquisador se compromete em:

- Tornar familiar o seu “objeto de estudo” ao público leitor.
- Demarcar as singularidades do contexto histórico, analisando a conjuntura política, econômica, intelectual, artística etc; que colaboraram para formar a concepção de mundo dos intelectuais.
- Demonstrar em qual “universo simbólico” e em qual “cultura nacional” os “objetos de estudo” se criaram e pensar nas inclinações ideológicas da sua geração, bem como nas condições materiais e morais em que suas obras foram produzidas.

- Reconstruir paralelamente os itinerários de vida, refletindo sobre a sua trajetória profissional, política e intelectual.
- Refletir sobre o posicionamento político destes autores em sua juventude e se ele repercutiu nas etapas seguintes do trabalho criativo e discorrer também sobre o gênero adotado nos primeiros escritos e se houve mudanças nos seus eixos teóricos de produção.
- Pensar no círculo familiar de origem, na posição social familiar e na expectativa da família em relação ao futuro destes autores.
- Refletir sobre as redes de sociabilidade profissional, assim como sua formação escolar e acadêmica.
- Pensar no impacto social das suas obras e se elas foram repudiadas ou consagradas pela crítica da época.

Enfim, a vantagem do trabalho comparativo é poder colocar em evidência diferenças históricas pertinentes para compreender melhor os “objetos de estudo”. Este capítulo tentará se estruturar a partir dos critérios comparativos elencados por Miceli. Todavia, é necessário destacar que esta pesquisa não é a primeira a se aventurar a fazer uma análise comparativa entre José Ingenieros e Manoel Bomfim. Este tipo de reflexão já foi feita por Aluizio Alves Filho na década de 1990 e, portanto, é relevante demonstrar de maneira sucinta aos leitores como Alves Filho executou a sua análise comparativa para desenvolver outros aspectos de investigação.

Alves Filho (1990), se propôs a construir uma reflexão sobre a dicotomia *Panteon X Anti-Panteon*, visto que Ingenieros se transformou em um ícone consagrado da Sociologia argentina, identificado como um *Panteon*, ao passo que Bomfim foi relegado ao ostracismo por várias décadas, sendo, portanto, um *Anti-Panteon* dos intérpretes da História do Brasil.

Alves Filho destaca que as várias biografias sobre José Ingenieros o retratam como um bom cidadão e um profissional exemplar, um filósofo de “peso” e um brilhante intérprete da nacionalidade argentina, o que leva a perceber que Ingenieros recebeu em vida e postumamente o reconhecimento de seus “pares” e “demais

avaliadores autorizados”. Para Alves Filho, o intelectual da Argentina se articulou em conformidade com os eixos paradigmáticos que norteavam a produção de conhecimento de sua época (evolução, progresso, superioridade racial) e assumiu um papel de continuador das obras dos grandes nacionalistas do passado, como Sarmiento e Alberdi. Desta maneira, o radicalismo socialista que Ingenieros sustentava em sua juventude cedeu lugar a um “socialismo moderado” e deixou-o “mais a gosto dos padrões da verdade científica construída, possibilitando que a sua avaliação fosse feita de forma mais isenta pelos detentores de decisões” (ALVES FILHO, 1990, p. 46-47).

Para o intérprete, o caso de Manoel Bomfim foi diferente. Durante mais de meio século praticamente não houve estudos biográficos ao seu respeito e, por isto, Alves Filho acredita que é importante refletir sobre o esquecimento do sergipano durante tanto tempo. O sociólogo defende que, assim como Ingenieros, Bomfim usou os paradigmas que norteavam o campo intelectual da sua época (evolução, progresso, organicismo). Contudo, não reproduziu em suas obras a “verdade construída”, e seu discurso tornou-se um dissenso. Levando em consideração os discursos de “senso” e “contrassenso” Alves Filho baseou-se em Bourdieu para retratar que:

No campo intelectual as relações são do tipo dominante X dominado. Os que possuem alto poder e prestígio (os detentores de decisões) tendem a tentar cristalizar suas posições pela manutenção da ortodoxia (como forma de produção e reprodução da verdade). Os dominados tendem a subversão e reivindicam “outras fontes de verdade”. As “estratégias de subversão” tem certos limites, pois os “subversivos” correm o risco da exclusão. Os membros do campo que ocupam posições “intermediárias” tendem a “adesão silenciosa”, a “cumplicidade objetiva subjacente” aos detentores de decisões. Por outro lado os detentores de decisões procuram evitar que os “subversivos” ocupem posições onde possam falar e serem ouvidos (publicações, cátedras, etc.) (ALVES FILHO, 1990, p. 13).

Neste sentido, Alves Filho acredita que uma das razões para o esquecimento de Bomfim deveu-se ao fato de ele ter construído um discurso demasiadamente radical para os padrões da época. O intérprete também observou que, em termo de teoria, Ingenieros e Bomfim partilharam da mesma “fé” no valor do conhecimento científico e na crença de que “leis objetivas” poderiam explicar o homem e a natureza, sendo que, por um lado, o ítalo-argentino estabeleceu uma nítida distinção

entre ciência e ideologia, ajudando a firmar a sua imagem de “cientista puro”; e, por outro, o brasileiro criticou a suposta neutralidade científica dos discursos da sua época. Isto é interessante de se notar, pois Ingenieros defendia uma Ciência neutra, baseada na observação e na experimentação, ao passo que Bomfim duvidava da suposta neutralidade das Ciências. Alves Filho ainda defendeu que o organicismo esteve presente nas obras de ambos os intelectuais, pois:

Ingenieros e Bomfim produziram tendo por paradigma o mesmo pressuposto – o da evolução; e valeram-se do mesmo princípio organizador do conhecimento: o organicismo. Apoiar-se no organicismo implica em admitir que o social é regido por princípios similares aos dos organismos biológicos (ambos fizeram ressalvas no sentido de que o “organismo social” possui especificidades, uma vez que varia em função de meio, lugar e tempo, e, os organismos biológicos – “strito senso” – não. Ingenieros e Bomfim apoiaram-se no organicismo não apenas porque eram médicos, mas sobretudo porque as teorias organicistas, assim como as evolucionistas, faziam à época, parte do universo teórico sociológico, dominante, “inquestionável” e “verdadeiro” (ALVES FILHO, 1990, p. 39).

Para Alves Filho, enquanto Ingenieros articulava seu pensamento com concepções já validadas, perseguindo uma ciência positiva baseada em deduções e comprovadas empiricamente, Bomfim não evocou a continuidade de nenhuma tradição intelectual ou movimento político. O discurso de Bomfim era um dissenso, pois em uma sociedade marcada pela hierarquização social, defendeu uma igualdade radical entre os homens e as raças.¹ Segundo Alves Filho, o contradiscurso bomfiniano era demasiadamente ousado para os parâmetros da época. Contudo, é interessante notar que nenhum movimento social ou político posterior reivindicou a sua memória. O intérprete aponta que Bomfim não foi lembrado pelos modernistas, nem pelos estado-novistas e os marxistas. Não foi retirado do ostracismo nem pelo integralismo, nem pelos isebianos anti-imperialistas e tão pouco pelo movimento negro. Sobre este último, pode-se dizer que a imagem de Bomfim não servia para os objetivos ideológicos do movimento negro, que não queria “chamar a atenção para a obra de um branco desconhecido, rico,

¹ Esta pesquisa questiona até que ponto Bomfim era de fato um igualitarista. Esta reflexão será apresentada aos leitores no capítulo três desta dissertação.

descendente de oligarquia rural, Doutor e – provavelmente – tendo por ancestrais ‘colonizadores’” (ALVES FILHO, 1990, p. 56).

Alves Filho defende que as diferenças mais significativas entre Ingenieros e Bomfim se deviam ao fato do ítalo-argentino defender o racismo científico, enquadrando-se na ótica dominante da sua época, ao passo que o brasileiro rejeitou o racismo, opondo-se às ideias dominantes do campo intelectual brasileiro. Mas enfim, mesmo que a análise comparativa entre Ingenieros e Bomfim já tenha sido feita, esta dissertação buscará um caminho próprio, aprofundando-se em uma reflexão que analise como Ingenieros e Bomfim elaboraram seus projetos de nação levando em consideração a questão racial, tema que ainda carece de ser estudado com mais profundidade no campo da história das ideias.

1.2 CONTEXTO

José Ingenieros e Manoel Bomfim produziram suas obras vivenciando um contexto social, político e econômico bastante diferenciado. Para se ter uma melhor dimensão destes aspectos, desenvolver-se-á abaixo uma sucinta descrição do cenário argentino e do brasileiro na conjuntura das duas primeiras décadas do século XX. Pretende-se com isto demonstrar a especificidade de cada país para se compreender, ao longo desta dissertação, em quais circunstâncias se desenvolveram os projetos de nação do ítalo-argentino e do brasileiro.

1.2.1 Particularidades do cenário histórico argentino nos princípios do século XX

Na segunda metade do século XIX, o Estado argentino recebeu um grande contingente imigratório graças ao incentivo da política estatal, sobretudo no governo

de Sarmiento,² que acreditava que o imigrante poderia trazer civilização ao deserto,³ ou seja, acreditava-se que o europeu era um elemento civilizador que poderia transformar a Argentina e levá-la ao progresso. Desde o século XIX, o Estado argentino já demonstrava preocupação em assimilar o imigrante à nação, e esta integração foi feita através do acesso à escola, que foi um elemento importantíssimo para forjar uma nova identidade argentina.

Segundo Camila Grejo (2009), o setor educacional argentino era bastante amplificado no começo do século passado, pois havia contado com o apoio político dos governos de Mitre, Sarmiento, Avellaneda, Roca etc. Também, desde o século XIX, o governo fomentou a construção de uma rede de bibliotecas comunitárias com a finalidade de levantar o nível intelectual da nação, e logo foram inauguradas várias bibliotecas para converter a leitura em um costume nacional. A Lei 1.420 previu, a partir de 1884, o ensino laico, gratuito e obrigatório no país para uma alfabetização massiva e uma “argentinização” acelerada dos filhos dos imigrantes. Contudo, a democratização do acesso à escola não foi suficiente para conseguir com que os imigrantes se assimilassem perfeitamente aos costumes argentinos.

No começo do século XX o país ainda enfrentava as dificuldades provenientes das grandes transformações pelas quais o Estado havia passado nos últimos anos do século XIX. A imigração em massa acarretou sérios conflitos sociais no país que, socialmente, ficou extremamente heterogêneo. Daí surgiu a necessidade por parte do Estado de tentar definir a sua nacionalidade e dar aos argentinos uma identidade mais homogênea. Nesta perspectiva, Grejo afirma que em 1910 a escola tinha um papel fundamental para converter os filhos dos imigrantes em legítimos argentinos com a finalidade de recuperar a “argentinidade” do país. Tentou-se assimilar os filhos dos estrangeiros pela utilização de símbolos, como o do hino nacional e o da bandeira, assim como se fomentou o acesso ao conhecimento da história nacional e de suas instituições políticas. As crianças da

² Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Foi o Presidente da Argentina entre 1868 a 1874.

³ O “deserto” pode ser compreendido como os grandes espaços vazios, a exemplo dos pampas, que precisavam ser integrados à nação por intermédio da ocupação dos imigrantes. Neste contexto, as ferrovias foram muito importantes para vencer os “desertos”, pois elas encurtavam as distâncias e se acreditava também que as ferrovias poderiam levar consigo o “progresso” para as zonas antes remotas. Contudo, cabe destacar que, não raro, algumas zonas compreendidas como “desertos” eram habitadas por povos indígenas que, com a chegada da “civilização”, foram cada vez mais “empurrados” para as regiões mais isoladas do país.

época cresceram rodeadas de símbolos nacionais, sendo ensinadas a exaltar seus heróis pátrios e tudo que fosse pertencente à nação argentina.

Também, entre o final do século XIX e o começo do século XX, Buenos Aires passou por um acelerado processo de industrialização e de crescimento econômico. Contudo, é importante destacar que a atividade agropecuária⁴ era, e continuou sendo, a base da economia argentina durante grande parte do século XX. Dizer que algumas regiões da Argentina passaram por um processo de modernização e de industrialização não implica na afirmação de que o país tornou-se totalmente industrializado. Se esta pesquisa destaca este processo de modernização é porque José Ingenieros presenciou, em sua juventude, um momento de muito otimismo e de “euforia econômica” no país.

Ingenieros viveu em um contexto em que várias cidades argentinas, sobretudo a capital, exprimiam “ares” da modernidade. Buenos Aires, cidade em que o intelectual passou a maior parte da sua vida, refletia sua modernidade em construções de parques e edifícios à moda parisiense, e era um grande centro cosmopolita não só da Argentina, mas de toda a América Latina. Nos princípios do século XX, Buenos Aires era uma cidade de grande porte que contava com “diversos meios de transporte, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador” (GREJO, 2009, p. 27). Porém, paralelamente a este clima de “euforia econômica”, surgiu uma série de conflitos sociais derivados da desigual distribuição dos frutos do progresso:

Em 1909, mobilizações operárias, compostas principalmente por imigrantes que denunciavam as longas jornadas de trabalho, foram violentamente reprimidas num episódio que ficou conhecido como Semana Roja, e em 1910 foi registrado um número elevado de greves e distúrbios sociais com o intuito de arruinar os preparativos para o Centenário. Organizados, sobretudo, por anarquistas, tais conflitos foram reprimidos previamente pelas forças policiais que, valendo-se da Lei de Defesa Social, frustraram completamente seu objetivo (GREJO, 2009, p. 98).

⁴ Em geral, os indivíduos que trabalhavam nesta atividade campesina em troca de escassa remuneração eram denominados como gaúchos no princípio do século passado.

Neste contexto, apareceram em Buenos Aires novas forças sociais (operariado) que pressionavam os setores dirigentes para fazer uma nova forma de política no país. Felipe Pigna (2014) afirma que surgiu “*una nueva clase social, numerosa y pujante, que se impone a la atención de los poderes públicos*” (PIGNA, 2014, p.1). Pressionados pelos conflitos sociais no país, fomentados na maioria dos casos pelos operários estrangeiros, os setores dirigentes constataram que seria mais viável fazer uma reforma eleitoral, ampliando os direitos políticos, do que tão somente reprimir as sangrentas manifestações populares que se tornavam cada vez mais frequentes. Neste sentido, o presidente Roque Sáenz Peña outorgou com o apoio do Parlamento, em 1912, a lei eleitoral Nº 8. 871, que ficou conhecida pela história como *Lei Sáenz Peña*, que visava ampliar o direito ao voto e modernizar as leis eleitorais para acabar com as fraudes nas eleições. O voto passaria a ser secreto e obrigatório para os cidadãos nativos e naturalizados maiores de 18 anos. A *Lei Sáenz Peña* significou um grande avanço na democracia na Argentina, permitindo que partidos opositores do governo tivessem mais expressão na vida política do país. “*En las primeras elecciones libres llevadas adelante en la Argentina, en el mismo año 1912, la bancada socialista crece notablemente y se suceden los triunfos radicales en Entre Ríos y Santa Fe*” (PIGNA, 2014, p.1). Contudo, continuavam excluídos do direito ao voto as mulheres, os alienados mentais, os eclesiásticos, os mendigos, os condenados por cometerem delitos, os estrangeiros não naturalizados etc.

A partir destas informações, pode-se constatar que José Ingenieros concebeu suas obras em um período de muita inquietação social e política em paralelo com uma fase de prosperidade econômica e entusiasmo com a acelerada modernização do país, e este contexto influenciou profundamente seu pensamento.

1.2.2 Particularidades do contexto histórico brasileiro nas primeiras décadas do século XX

No começo do século XX o Estado brasileiro encontrava-se em uma situação de muita agitação política-administrativa devido às mudanças de regime político

ocorridas no final do século XIX. Segundo Capelato e Neves (2004), a queda do Regime Monárquico foi muito mais um golpe militar do que propriamente uma ação orquestrada pelos republicanos, visto que praticamente não houve colaboração do elemento civil no ato da Proclamação da República em 1889.

Também, o ideário republicano da época demonstrou preocupação com a questão da modernização do país. As urbes eram imaginadas como o lugar do progresso, com grandes avenidas, edifícios e monumentos à moda francesa. Neste sentido, o Rio de Janeiro, capital da nação, deveria ser o símbolo da modernização republicana e, por isto, a urbe foi reformada, higienizada e modernizada, pois a capital brasileira deveria ser apresentada ao mundo como uma cidade moderna de um país que buscava caminhar em paralelo às nações civilizadas da Europa.

Capelato e Neves afirmam que o ideário republicano acreditava que se poderia promover a construção de um país moderno superando tudo que representasse o atraso, e, por isto, o Estado brasileiro se posicionou contra *Canudos*⁵ entre 1896 e 1897:

Canudos representaba el enfrentamiento del progreso con el atraso, o sea, con los mestizos del sertão, raza inferior según las premisas del evolucionismo social que informaba el cienticismo y, por eso, socialmente enfermos, intelectualmente irracionales y políticamente excluidos. Incompatibles, por lo tanto, con o que se representaba como moderno, según los principios de la ciencia y la República (CAPELATO; NEVES, 2004, p. 114).

Como estas autoras bem destacam, *Canudos* representava uma ameaça à ordem estabelecida e por isto foi destruído, visto que o sertanejo, habitante do Sertão, não era o modelo de homem imaginado pelo ideário da nova república; sua figura era um contraste com as ideias de progresso e civilização, sendo mestiço, pobre, analfabeto e considerado um fanático religioso.⁶ O sertão era visto como um

⁵ A “guerra de Canudos” foi a revolta social mais significativa da primeira República. Foi um confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro.

⁶ É válido ressaltar que esta interpretação foi compartilhada pelo próprio Euclides de Cunha antes de ele ter entrado em contato direto com a vida do sertanejo. Em um primeiro momento, Cunha enxergava o Sertão como um lugar inóspito que determinava o caráter do homem que ali vivia. Porém, Ricardo de Oliveira (2002) afirma que, ao acompanhar *Canudos* de perto, a percepção de Cunha se modificou, pois ele passou a ver o sertanejo como um homem forte que “conjuga na sua constituição histórica alguns fatores singulares: a reação ao meio arreado, a purificação existencial,

lugar inóspito que determinava o caráter do homem que ali vivia, e certamente não era este o modelo de cidadão brasileiro que o Estado almejava.

Também, é importante destacar que, nos princípios do século XX, o Brasil ainda enfrentava muitos problemas econômicos e sociais diretamente relacionados à abolição da escravidão em 1888. No final do século XIX, a escravidão passou a ser vista como uma prática imoral e incompatível com a civilização moderna. José Simões (2005) acredita que o Estado brasileiro, prevendo o desfecho da libertação dos cativos, preparou-se para a substituição da mão de obra escrava incentivando a vinda massiva de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café e na incipiente indústria local.

É nessa perspectiva que a imigração em massa surge como característica peculiar da República Velha. Ancorado numa fonte estrangeira, Boris Fausto apresenta os seguintes números da imigração: no período de 1887 a 1930 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. O período de maior concentração da imigração compreende 1887-1914 quando aproximadamente 2,74 milhões de estrangeiros se mudaram para o Brasil, ou seja, cerca de 72% de toda população imigrante durante a Primeira República (SIMÕES, 2005, p. 3).

Simões defende que, neste contexto de imigração em massa, o estrangeiro se transformou no principal concorrente dos mulatos e dos negros no mercado de trabalho livre e, em geral, os ex-escravos foram marginalizados das antigas e das novas práticas de produção, sendo relegados à exclusão social. O autor prossegue argumentando que o contexto de Proclamação da República e do incentivo à imigração coincidiu com o surto industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo que a maioria dos trabalhadores destas nascentes empresas eram estrangeiros. Simões ainda destaca que, apesar do Estado ter seus interesses voltados para a agroexportação, ele não se posicionou como inimigo da indústria, concedendo empréstimos e isenção de impostos para as novas empresas, afinal, o desenvolvimento das indústrias e das cidades eram associados a um “progresso”

resultado do martírio secular da terra e do isolamento de sua formação sócio-histórica” (OLIVEIRA, 2002, p. 1). Neste sentido, o sertanejo passou a ser visto como um forte, mas que foi “abandonado” pelo Estado. Logo, Cunha denunciou, em sua obra *Os Sertões*, a violência e autoritarismo do Estado Republicano, o qual não estava preocupado em “civilizar” o sertanejo, mas em destruir o que ele mesmo provocara e continuava constituindo: indivíduos marginalizados.

nacional. Contudo, é importante destacar que nas primeiras décadas do século passado, a economia nacional era majoritariamente estribada na produção e exportação de café e, em geral, o governo representava os interesses da “classe” cafeeicultora.

Também, segundo Marisa Lajolo (2000), em 1910, a população brasileira era composta por aproximadamente 23 milhões de habitantes, dos quais 67% residiam na zona rural do país, com pouquíssimo acesso às escolas. A maioria da população era iletrada e, por essa razão, não tinham direito político ao voto. Por volta da década de 1920 muitos liberais e críticos do governo da Primeira República passaram a defender que era necessário “republicanizar” a república brasileira por intermédio da educação, pois se desejava com isso reformar as instituições e a base da sociedade nacional pelo meio educacional. A instrução da população era vista como uma tarefa essencial para se lutar contra o atraso do Brasil e, assim, “*cabría a las elites modernas formar la conciencia nacional, promocionando la tranformación de la masa inculta en ciudadanos ordenados, prontos para respetar los valores cívicos e patrióticos*” (CAPELATO; NEVES, 2004, p. 136). As elites esclarecidas deveriam então colaborar com a mudança na mentalidade das massas para formar um novo conjunto de cidadãos. Tal projeto político-liberal acreditava que a educação era um fator elementar para o progresso e, portanto, a escola republicana da década de 1920 tinha como objetivo final formar novos cidadãos para uma moderna sociedade urbano-industrial.

Enfim, o contexto em que Manoel Bomfim elaborou as suas obras foi um período conturbado da História nacional, pois o país estava passando por uma série de transformações no âmbito político, social e econômico. Também foi um cenário em que as elites dirigentes da nação pensavam em projetos de modernização pra fazer o Brasil “progredir”.

1.3 BIOGRAFIAS COMPARADAS

José Ingenieros e Manoel Bomfim eram contemporâneos, mas viveram em contextos sociais relativamente diferenciados. O ítalo-argentino cresceu na nação mais próspera e rica da América do Sul, ao passo que o brasileiro se desenvolveu em um cenário de acentuada crise política. Neste período, tanto a Argentina quanto o Brasil estavam enfrentando vários problemas sociais em consequência da massiva quantidade de imigrantes que receberam, mas a crise brasileira era mais intensa, pois o país ainda enfrentava uma crise social e econômica em virtude da abolição da escravidão e uma crise política em consequência da troca do regime monárquico para o republicano. Mas enfim, o importante é ponderar que cada intelectual, levando em consideração o cenário do seu Estado, tentou entender as causas da desordem social do seu país, pois somente pensando nas “causas que geravam as doenças” é que se poderia diagnosticar uma “cura” para a Argentina e para o Brasil.

Utilizar os termos “doença”, “diagnóstico” e “cura” é recorrer ao vocabulário utilizado por ambos os intelectuais, pois eles tinham em comum o fato de terem se formado em medicina. Ainda, atuaram ativamente em várias instituições públicas voltadas para o ensino e a pesquisa, estando muito engajados com a causa da educação, vista como elemento fundamental para o desenvolvimento nacional. Ingenieros tinha como público alvo em suas discussões os alunos do ensino superior, enquanto Bomfim voltava as suas atenções para o incremento da educação de base no Brasil. Eles também foram estudiosos dos fenômenos sociais e acreditavam que era necessário refletir sobre o passado para compreender melhor os problemas do presente. Também, deixaram para a posteridade uma volumosa obra.

Feitas estas considerações gerais, é necessário elencar alguns elementos que possibilitem um estudo comparativo entre José Ingenieros e Manoel Bomfim. Portanto, se pensará a seguir nas concepções de mundo em meio as quais eles cresceram, assim como na origem familiar e na trajetória profissional para tentar compreendê-los e definir o perfil intelectual deles.

1.3.1 “Clima” intelectual em que Ingenieros e Bomfim cresceram

José Ingegnieros nasceu em 1877 em Palermo, na Itália. Quando era criança migrou para o Uruguai juntamente com seus pais, pois eles se viram coagidos a sair do território italiano por razões políticas, uma vez que o pai do intelectual ítalo-argentino era um ativo militante do socialismo. Algum tempo depois, a “rebelde família” migrou para a Argentina em busca de melhores oportunidades de vida, e lá, o jovem Ingegnieros teve seu nome “argentinizado”, passando a ser conhecido como José Ingenieros.

Seu pai, Salvatore Ingegnieros, foi um grande referencial em sua vida, e Ingenieros sempre se referiu a ele com respeito e carinho. Sabe-se que Salvatore foi professor e jornalista; participou da Primeira Internacional; dirigiu o primeiro periódico socialista em território italiano e foi militante de organizações operárias. Assim, Ingenieros cresceu em um ambiente repleto de livros e folhetos de propaganda socialista, e isto marcou profundamente a sua juventude. Quando tinha 18 anos, escreveu a sua primeira obra *¿Qué es el socialismo?* Segundo Sergio Bagú (1963), o jovem Ingenieros se preocupava em analisar a origem da desigualdade das classes sociais e era um ávido crítico das injustiças do capitalismo. Esta defesa do Socialismo marcou a primeira etapa da sua carreira intelectual, ao ponto de em 1897 redigir, juntamente com Leopoldo Lugones, o periódico socialista revolucionário *La Montaña*, em que demonstrava preocupação com a questão da igualitarização social. Logo, pode-se constatar que a herança intelectual paterna foi muito forte no pensamento ingenieriano, a ponto de ele dedicar a sua juventude a defender as propostas do socialismo.

É importante frisar que também existiram outras ideias que circulavam na Argentina que influenciaram imensamente o raciocínio do autor. Ingenieros cresceu em uma nação em que os discursos teóricos da geração de 1837, representadas por Sarmiento e Alberdi, formavam a base da mentalidade coletiva argentina desde a segunda metade do século XIX. Estes discursos eram ideias dominantes no cenário político-social do país, e Ingenieros se apropriou de muitas destas teorias.

Natalio Botana (2013) fez um estudo sobre a tradição republicana na Argentina e alegou que Sarmiento e Alberdi se preocupavam em refletir sobre a questão do cidadão ideal desta república; pensaram ainda sobre como traçar projetos de mudança social e como forjar uma nova ordem política no país etc. Grejo

também aponta que estes liberais influenciaram muito a elite intelectual e política do território e foram os responsáveis pela construção da história oficial argentina.

Botana acredita que, na obra *Conflicto y armonías de las razas en América*, Sarmiento associava os problemas da América Hispânica à formação social da sua população que era composta por distintas origens raciais. Na concepção de Sarmiento, a mistura de índios, negros e espanhóis havia gerado uma raça incapaz e de curta inteligência; sendo elementos não aptos a compreender as práticas políticas do governo republicano. Sarmiento (2001) defendia que o conflito entre as raças prejudicava a República Argentina, visto que as raças inferiores eram os elementos que praticavam o despotismo rural e a tirania urbana, prejudicando o progresso da nação. Para ele, uma das razões para o conflito na sociedade argentina ocorreu porque a raça branca espanhola, residente dos centros urbanos, foi assediada pelas turbas bárbaras de povos indígenas. Assim, o intelectual montou um esquema explicativo baseado na dualidade *civilização X barbárie*, convertendo um conflito histórico em um conflito racial. Sarmiento também acreditava que a sociedade argentina deveria tomar o exemplo dos Estados Unidos e não se mesclar com as “raças inferiores”. Nesta perspectiva, ele incentivou em seu governo a imigração de povos brancos e também defendeu que a educação pública poderia incorporar estes novos elementos e transformá-los em cidadãos de uma Argentina moderna.

Sarmiento ainda alegava que a Argentina não poderia ser um país composto por nacionalidades distintas, com uma comunidade francesa, outra alemã, uma comunidade italiana e outra inglesa. O país tinha que ser uma nação una, e por isso era tão importante que os imigrantes aprendessem o castelhano. Ele também dedicou sua vida à causa educacional, convencido de que a escola era uma agente de instrução homogênea que interpretava o interesse universal do Estado e promovia uma crescente incorporação dos indivíduos ao exercício do governo representativo.

Por sua vez, Alberdi (1994) também defendia ardentemente a imigração massiva para povoar o imenso “deserto” do país, pois acreditava que o europeu trazia consigo a civilização e os hábitos industriais. Nesta perspectiva, o progresso só seria possível pela introdução de massas imigrantes arraigadas em hábitos de

ordem e boa educação. Alberdi falava claramente na substituição dos gaúchos⁷ por uma “população melhor”, composta por brancos europeus, para desenvolver a república representativa. As ideias de Alberdi reverberaram na mentalidade coletiva argentina e José Ingenieros não foi imune a elas. Pode-se citar abaixo um trecho que elucida bem o pensamento alberdiano que marcou uma época:

As repúblicas da América do Sul são produto e testemunho vivo da ação da Europa na América. O que chamamos de América independente não é mais do que a Europa estabelecida na América; nossa revolução não é outra coisa do que o desmembramento de um poder europeu em duas metades, que hoje são manejadas por si próprias. Tudo na civilização de nosso solo é europeu; a própria América é um descobrimento europeu [...] Mesmo hoje, sob a independência, o indígena não figura nem compõe mundo em nossa sociedade política e civil. Nós, que nos designamos americanos, não somos outra coisa do que europeus nascidos na América. Crânio, sangue, cor, tudo é de fora. O indígena nos faz justiça quando nos chama de espanhóis até hoje. Não conheço pessoa alguma que se distinguiu em nossa sociedade que leve a designação de *pehuenche* ou *araucano*. O idioma que falamos é da Europa. Nossa religião cristã foi trazida para a América pelos estrangeiros. Se não fosse pela Europa, a América hoje estaria adorando o sol, as árvores, as bestas, incendiando homens em sacrifícios e não conheceria o matrimônio. A mão da Europa plantou a cruz de Jesus Cristo na América antes pagã, apenas por isso, bendita seja a mão da Europa [...] Quem conhece um cavalheiro dentre nós que faça alarde de ser um índio nato? Quem casaria sua irmã ou filha com um fidalgo da Araucania e não mil vezes um sapateiro inglês? Na América tudo que não é europeu é bárbaro; não há outra divisão que esta: o indígena, ou seja, o selvagem; e o europeu, ou seja, nós que nascemos na América e falamos espanhol, cremos em Jesus Cristo e não em Pillán, deus dos indígenas (ALBERDI, 1994, p. 69-70).

Ingenieros cresceu em meio a estas ideias eurocêntricas e elas repercutiram em seus escritos. O intelectual escreveu a obra *Las doctrinas sociológicas de Alberdi* demonstrando admiração pelas ideias alberdianas. Também, na obra *El hombre medíocre*, sustentou que Sarmiento era uma exemplo de gênio e de homem superior. Logo, pode-se constatar que Ingenieros tinha respeito e apreço por estes pensadores. Expor, mesmo que de maneira breve, estas concepções de mundo de Sarmiento e Alberdi é uma maneira de tentar compreender e decifrar melhor o pensamento e o posicionamento político-ideológico ingenieriano.

⁷ O gaúcho era fruto da miscigenação sanguínea e cultural dos povos indígenas com os ibéricos. Neste contexto, o gaúcho era interpretado como um “homem do campo” que apesar de ser corajoso e destro na lida com os cavalos, era um indivíduo que levava uma vida muito precária e humilde.

A geração de 1880 também repercutiu no pensamento do autor, pois ela se preocupava muito com a questão da modernização e progresso para a Argentina. Grejo acredita que a geração de 1880 é um desdobramento dos anseios da geração de 1837, pois os homens de 1880 tentaram concretizar as ideias da geração anterior, nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Também, sobre esta geração se pode apontar o desprezo pela tradição nativista e originária do território argentino:

O desprezo pela tradição criolla transformou-se num elemento de coesão entre os intelectuais da geração de 1880. Seguindo essa perspectiva, entendiam que a tradição criolla estava associada à espanhola, isto é, o criollo era considerado como o primitivo, o simples; por isso, sem estimar a forma de vida dos criollos, os homens que passaram a fazer as cidades ativos centros de europeização da Argentina trataram de suprimi-lo e substituí-lo pelo imigrante europeu, que a seus olhos, representava a civilização (GREJO, 2009, p. 30).

As reflexões da geração de 1880 influenciaram as obras juvenis de Ingenieros e foram o marco inicial da introdução do cientificismo darwiniano em seu pensamento. José Ingenieros foi bastante influenciado pelas ideias positivistas e biologistas que estavam presentes nesta geração e, assim como os homens de 1880, alimentou entusiasmo em relação à imigração e certo desprezo pela tradição criolla.

Por sua vez, o intelectual brasileiro Manoel Bomfim nasceu em oito de agosto de 1868, em Aracaju, Sergipe. Era filho de Maria Joaquina e Paulino do Bomfim, um comerciante e dono de engenho de açúcar. Bomfim foi obrigado pelos pais a abandonar a cidade de Aracaju para ir viver no engenho da família quando tinha onze anos de idade, e lá residiu ao longo de seis anos, pois era da vontade da sua família que ele aprendesse a administrar o engenho. Isto significa dizer que Manoel Bomfim já nasceu com o destino traçado: ser proprietário de engenho de açúcar.

Paulino do Bomfim era semianalfabeto e não dava importância ao estudo formal. Por isso pode-se afirmar que o brasileiro cresceu em um ambiente intelectual limitado, pois não havia estímulo familiar para que ele estudasse. Contudo, Bomfim foi um jovem autodidata, estudando avidamente as velhas brochuras do seu avô materno e lendo literatura. Segundo Ronaldo Aguiar (2000), ele tinha um nível de leitura assombroso para os padrões culturais da época e era acostumado a ler os

jornais que o seu pai recebia da capital. Logo, ele estava inteirado com as discussões que eram debatidas nos periódicos de seu tempo.

É muito importante destacar o papel da imprensa como porta-voz dos mais variados temas, pois ao mesmo tempo em que ela transmitia os valores das pessoas influentes da sociedade, também fornecia um espaço para a divulgação de ideias liberais. A imprensa foi um meio muito importante para o sucesso da propaganda abolicionista no Brasil. Sobre as ideias que circulavam nos jornais da segunda metade do século XIX, Aguiar fala que houve:

O ingresso no Brasil de uma pauta de materiais ideológicos vindos da Europa, como o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer, o naturalismo de Taine e Buckle, o transformismo de Darwin e Haeckel e a etnologia de Gobineau e Max Muller. Os quais a partir de 1870, passaram a exercer poderosa influência no meio intelectual e político do país, principalmente nos abrasadores debates sobre a possibilidade, ou não, de o Brasil, num futuro próximo ou remoto vir a construir uma nação (AGUIAR, 2000, p. 103).

Bomfim cresceu em uma época em que o público leitor testemunhava acirrados debates nos jornais que refletiam sobre a problemática da identidade nacional em face às diferenças raciais da população brasileira, uma vez que o pensamento social e político dos fins do século XIX girava em torno da questão da possibilidade, ou não, de construir uma nação a partir de uma população considerada inatamente inferior, composta majoritariamente por negros, índios e mestiços.

Também, pode-se afirmar que o sergipano entrou em contato com as reverberações dos debates ocorridos na década de 1870, pois os temas discutidos nesta fase continuaram a ser debatidos ao longo de décadas. Esta geração foi muito fértil em ideias que contribuíram pra impulsionar a tardia abolição da escravidão em 1888, e a Proclamação da República em 1889.

Pode-se afirmar que o Manifesto Republicano⁸ de 1870 não se posicionou claramente a respeito da escravidão e procurou manter um distanciamento da

⁸ Segundo Rita de Cássia Vasconcelos, o documento que funda o Partido Republicano do Rio de Janeiro é o Manifesto Republicano, publicado no jornal *A República* no dia 3 de dezembro de 1870. A

campanha abolicionista. Pensava, num primeiro momento, em uma reforma gradual na qual seria reconhecido o direito de propriedade dos senhores, ou seja, a abolição se daria pela prática da indenização, uma vez que para os republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo “a questão servil era um problema social e não político, por isso não casava com o programa dos republicanos cuja principal preocupação era política” (VASCONCELOS, 2011, p. 46). Em 1887, graças ao sucesso da campanha abolicionista nos meios midiáticos, houve uma mudança de postura sobre o posicionamento republicano em relação à escravidão, que passou a vê-la como um problema de toda a sociedade e de responsabilidade do governo. Neste sentido, após a abolição da escravidão em 1888, pela Princesa Isabel, os partidos republicanos se apresentaram à sociedade como corresponsáveis da vitória empreendida e “a abolição feita sem derramamento de sangue era indício da mudança de velhos costumes para as novas ideias liberais e democráticas” (VASCONCELOS, 2011, p. 46).

Sussekind e Ventura (1984) acreditam que, a partir de 1870, o ideário do racismo científico acabou sendo adotado por boa parte da intelectualidade brasileira. Entretanto, estas teorias de cunho racista provocavam uma grande angústia entre a elite pensante do país, que questionava: “se as raças negra e índia, além da latina, eram inferiores, estariam a nação e o povo brasileiro irremediavelmente condenados ao atraso?” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 99). Este impasse provocou a abertura para dois caminhos possíveis: ou a elite intelectual aceitava a ausência de soluções para os problemas da nação a partir das teorias racistas; ou ajustava estas teorias sobre raça ao contexto brasileiro.

Sobre este impasse pode-se exemplificar dois casos: o pensamento do médico e intelectual Nina Rodrigues, que condenou os negros, índios e mestiços à estagnação e que temia que o povo brasileiro se tornasse negro por meio dos cruzamentos entre “diferentes raças”, visualizando um futuro muito sombrio para o país; e o pensamento de Sílvio Romero que, por sua vez, também acreditava na ideia da inferioridade do negro e do índio em relação ao branco, todavia, defendia que negros e índios poderiam ser integrados à raça e à cultura dos brancos por

intermédio da miscigenação. Ele acreditava que através da miscigenação haveria o embranquecimento da população brasileira em poucos séculos e que, portanto, era necessário incentivar a imigração europeia para que houvesse um aumento na proporção do elemento branco na mistura. Em geral, esta interpretação de Romero foi bem aceita pela elite política e intelectual da nação.

Capelato e Neves, por sua vez, demonstram que, no contexto dos fins do século XIX e começo do século XX, o Positivismo teve muita expressão no Brasil. O lema de *Ordem e Progresso* esteve presente nas formulações dos ideólogos liberais e dos autoritários, pois ambos os segmentos se preocupavam com a questão do controle social, uma vez que o imaginário coletivo desejava um Estado forte e primava pela ideia de ordem. Contudo, os escritos de Bomfim demonstraram que ele não apreciou a tomada da doutrina positivista pelos republicanos da sua época.

Por fim, pode-se dizer que é importante demonstrar em meio à quais concepções de mundo Ingenieros e Bomfim cresceram. Isto é interessante para compreender o posicionamento político-ideológico deles, pois a partir da observação da sua herança intelectual, torna-se possível entender melhor o seu pensamento.

1.3.2 Posição social familiar

Os relatos biográficos sobre a família *Ingegnieros* concentram-se principalmente na atividade revolucionária de Salvatore na Itália e pouco abordam a vivência desta família na Argentina, mas sabe-se que Salvatore atuou no movimento operário argentino e deu a seu filho uma forte orientação de esquerda.

Os pais de Ingenieros foram “mais um” casal de imigrantes com filhos na Argentina, sendo uma família pobre, mas esclarecida intelectualmente. Os pais do ítalo-argentino estimularam muito o desenvolvimento intelectual do filho, colocando-o para estudar em bons colégios e ensinando-o, desde a mais tenra idade, a ser fluente em vários idiomas como o italiano, o inglês e o francês.

Alves Filho afirma que Salvatore trabalhou como periodista no país e incentivou o filho a praticar o trabalho intelectual desde menino, pois o colocou para corrigir os artigos e o encarregou de fazer traduções de italiano, francês e inglês por cinco centavos a página. O próprio Ingenieros reconheceu que executar estas atividades foi muito importante para o seu desenvolvimento intelectual. Também, Ingenieros cresceu em meio a uma família anticlerical e se tornou ateu, assim como seu pai.

O fato de Ingenieros ser um membro de uma família esclarecida e ter recebido uma educação esmerada leva a constatação de que era do interesse familiar que ele aprimorasse os seus estudos e fizesse um curso superior. A expectativa familiar concretizou-se quando Ingenieros se matriculou no curso de Medicina, em 1893.

Os pais de Manoel Bomfim, por sua vez, tinham origens sociais diferentes. Seu pai, Paulino do Bomfim, trabalhou desde os oito anos de idade como vaqueiro e era semianalfabeto. Sua mãe, Maria Joaquina, ocupava uma posição social muito superior, pois era filha e viúva de comerciantes portugueses e sabia ler e escrever. Segundo Aguiar, os dois enfrentaram a oposição de parentes e amigos (ela por querer ser esposa de um “joão ninguém” e ele por desejar unir-se a uma mulher oito anos mais velha), e se casaram por volta de 1858. Paulino tinha então 18 anos de idade e Joaquina 26 anos. Após o casamento, o casal dirigiu em parceria os negócios familiares; sua loja, *Casa Bomfim e Cia*, “vendia de tudo, desde utensílios domésticos, até artefatos de couro, tecidos, material de construção e louças” (AGUIAR, 2000, p. 80). Assim eles prosperaram, compraram mais de duas dezenas de imóveis em Aracaju e os colocaram para alugar, e também conseguiram comprar um engenho e uma boa porção de escravos. Os jornais da época elogiavam a *Casa Bomfim e Cia* e se referiam a Paulino do Bomfim como “o respeitável comerciante de nossa praça” (AGUIAR, 2000, p. 83). Paulino era um homem com grande tino para comercializar e foi um “alpinista social”, visto que ele saiu de uma posição de muita pobreza e, com muita dedicação ao trabalho, conseguiu enriquecer, dando a sua família uma posição de destaque social na cidade de Aracaju.

A família Bomfim era rica devido às suas atividades comerciais e adquiriu uma propriedade de terras como sinal da sua prosperidade, mas Paulino não

poderia abandonar os negócios em Aracaju para cuidar do engenho, então ele decidiu que o seu filho assim o faria. Marisa Lajolo afirma que Bomfim foi criado por um pai severo que, em 1880, o retirou da escola para ir aprender a administrar os negócios familiares. Contudo, “os anos que viveu no engenho com certeza patrocinaram o contato com boa parte dos tipos brasileiros presentes em *Através do Brasil*” (LAJOLO, 2000, p. 20) o que fez com que ele tivesse um conhecimento mais amplo a respeito das gentes que habitavam o país. Já estabelecido na propriedade familiar, teve como seu melhor amigo o menino Juvêncio, filho de escravos; e nutriu também afeição pelos cativos da propriedade, em especial a velha africana lá. De acordo com Aguiar, Manoel Bomfim tinha boas lembranças da sua vida no engenho e construiu a “fórmula de si mesmo” lá.

A expectativa familiar era de que Manoel aprendesse a administrar a propriedade e assumisse a direção dos negócios da família. Contudo, o jovem Manoel chocou a todos quando quis construir o seu próprio destino e, aos dezesseis anos, assumiu o ideal de que queria ser médico e implorou para que o pai concordasse em matriculá-lo no curso de medicina. Aguiar assim descreve a situação:

Paulino José caiu das nuvens: a conversa do filho parecia coisa de outro mundo. O destino de Nezinho estava ali, bem diante dos seus olhos, nos verdes e gordos canaviais – que história doida era aquela de estudar medicina? Paulino José e Maria Joaquina ficaram chocados e surpresos com a obstinada teimosia de Nezinho, irreduzível quanto à realização de seus planos. Não queria ser sucessor de ninguém, queria seguir seu próprio caminho – e este para o desgosto do pai, não passava pelo engenho Bomfim, nem pelos demais negócios da família (AGUIAR, 2000, p. 93).

O casal acabou cedendo à vontade do filho e Manoel Bomfim foi o único de seus rebentos a fazer curso superior. Ele foi aprovado nos preparatórios para o curso de medicina em 1886 e foi morar no estado da Bahia.

1.3.3 A trajetória profissional de José Ingenieros

José Ingenieros nutria muito interesse pelas Ciências Naturais, tanto que, no plano profissional, optou pela carreira médica, especializando-se na área de patologia nervosa e mental. Contudo, ele sempre gostou muito de estudar as leis do Direito e, por isto, seu pensamento dialogava bastante com as teorias do Positivismo Jurídico da época. Na universidade, participou ativamente dos grupos que pensavam sobre a questão do socialismo, mas em 1899 afastou-se da estrutura partidária do socialismo alegando ter muitas divergências ideológicas com ela, visto que o ítalo-argentino acreditava que o igualitarismo era uma solução ingênua para os problemas sociais e que internamente o partido tinha uma metodologia muito repressiva. Grejo acredita que Ingenieros nunca abandonou suas convicções socialistas, porém, ele se desligou definitivamente do partido em 1904 porque passou a ocupar cargos de relevo do governo argentino.

Ingenieros foi um estudante universitário excelente e chamou a atenção dos seus professores pelo seu comprometimento com os estudos e inteligência arguta. Ele se graduou médico pela Universidade de Buenos Aires em 1900 e sua preferência pela área da psiquiatria se deu graças à influência do seu professor José Ramos Mejía.⁹

Segundo Oscar Terán (2004), Ingenieros ingressou em seu período mais estritamente positivista em 1900; isto significa dizer que a doutrina positivista foi absorvida por Ingenieros, sobretudo na época da faculdade, e o professor Mejía foi um grande inspirador desta “etapa intelectual” do pensamento ingenieriano. O mestre e o discípulo foram continuadores das ideias da Geração de 1880¹⁰ e foram grandes expoentes da cultura científica e do movimento positivista na Argentina.

⁹ Segundo Terán, Mejía foi um dos mais ativos introdutores do Positivismo no meio intelectual de Buenos Aires. Ele foi um médico especializado em neuropsiquiatria e usou seus conhecimentos para construir uma teoria sobre a psicologia das multidões urbanas que passaram a ser definidas como irracionais. Ele também foi um defensor da nacionalização das massas estrangeiras por parte do Estado e defendia que a escola pública era um elemento fundamental para nacionalizá-las. Estas concepções foram apoderadas pelo pensamento de José Ingenieros que dedicou parte das suas obras a analisar o perfil das multidões e refletiu sobre a necessidade de incorporar os imigrantes ao seio da nação.

¹⁰ De acordo com Oscar Terán, a Geração de 1880 refletia sobre a importância da modernização nacional em paralelo com o medo da dissolução dos costumes da sociedade frente à acelerada transformação das cidades. Ela refletia um mal-estar das classes dirigentes ante a modernidade que supostamente estaria dissolvendo as antigas virtudes do povo. Buscava definir também um modelo de nacionalização dos imigrantes e pensava sobre a necessidade de construir uma nova identidade

O professor de Medicina Legal Francisco Veyga também foi uma figura muito importante na vida do estudante de medicina. Veyga introduziu o ensino de antropologia criminal e chefiava o Serviço de Observação de Alienados da Polícia de Buenos Aires. Quando Ingenieros se doutorou, Veyga o fez chefe da Clínica de Observação de Alienados, cargo que o jovem médico veio a desempenhar até 1911. Para Ingenieros este cargo era incrível, pois era um caudal fecundo de observações, experimentos e comprovação de hipóteses. Nesta Clínica ele pode observar o comportamento dos indivíduos “mais antissociais” do país e fazer uma classificação científica dos delinquentes fundamentada em seus estudos de psicopatologia. Enfim, o fato é que Ingenieros encontrou apoio e proteção entre os seus professores que o ajudaram muito no início da sua carreira, a ponto de Bagú afirmar que “*Ramos e Veyga fueron para él un padre y un hermano*” (BAGÚ, 1963, p. 32).

Aos 24 anos de idade Ingenieros tornou-se o Diretor dos *Arquivos de Criminologia, Medicina Legal e Psiquiatria*. Nesta fase publicou uma gama de artigos sobre a temática criminalista, como *Valor de la psicopatología en la antropología criminal*, em que propunha a divisão da Criminologia em Terapêutica Criminal, Clínica Criminológica e Etiologia Criminal. A originalidade dos seus trabalhos consistia em dar atenção aos traços psíquicos dos indivíduos de comportamento antissocial, e seus estudos na área da criminologia foram recebidos com empolgação entre os mais seletos alienistas e psicólogos da época.

Angel Kauth (1996) fez uma boa cronologia da carreira do ítalo-argentino e alega que, em 1904, Ingenieros obteve a cátedra da Psicologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Também foi premiado com o prêmio de melhor obra argentina pela Academia Nacional de Medicina por suas obras *La simulación en la lucha por la vida* e *Simulación de la locura*, que foram um desdobramento da sua tese de Doutorado em Medicina. Kauth prossegue afirmando que entre 1905 a 1906 ele visitou várias universidades europeias, dando palestras sobre sua especialidade de estudos; e foi neste contexto que ele passou a ser um intelectual renomado na Europa e América Latina. Em 1907, foi o primeiro diretor do

nacional, pois era necessário dar aos estrangeiros símbolos de identificação para incorporá-los de maneira homogênea à nação.

Instituto de Criminologia da Penitenciária Nacional de Buenos Aires, lugar onde pode aplicar as suas ideias; e, no ano seguinte, obteve a Cátedra de Psicologia Experimental da UBA e fundou a Sociedade de Psicologia. Foi eleito, em 1909, Presidente da Sociedade de Medicina Argentina. Pode-se observar que, entre os anos de 1897 a 1908, sua atividade intelectual concentrou-se nos estudos de Patologia Mental e Criminologia, e ele se tornou um médico-pesquisador reconhecido e repetido internacionalmente.

Também, sobre a sua atuação como professor universitário, Bagú relata que Ingenieros era admirado e querido, como demonstra o depoimento dos alunos sobre ele:

Ingenieros se vinculaba estrechamente a los alumnos, se encariñaba con ellos, auxiliandolos en toda forma. Sus clases resultaban siempre brillantes: bien preparadas, documentadas, ilustradas; su palabra era fácil, clara, insinuante y persuasiva; su forma galana y amena; sus modos familiares... Ingenieros, como profesor, todo lo dio; jamás escatimó sus energías; nunca sus servicios fueron reenumerados en la medida de su esfuerzo (BAGÚ, 1963, p. 38).

Alejandra Mailhe (2013) afirma que, em 1911, o Conselho Diretivo da Faculdade de Medicina queria nomear com unanimidade Ingenieros para assumir a Cátedra de Medicina Legal da Universidade de Buenos Aires, mas o governo de Roque Sáenz Peña negou a sua nomeação e chamou outra pessoa para ocupar o cargo, talvez em *“respuesta a la oposición de Ingenieros a la reforma de la ley electoral, o por presiones de la Iglesia Católica”* (MAILHE, 2013, p. 198). Ingenieros ficou indignado com a recusa da sua nomeação, feita por um Poder Executivo que simplesmente ignorou suas capacidades intelectuais. Para protestar contra o presidente Saénz Peña, renunciou a todos os seus cargos, distribuiu os livros de sua biblioteca e foi morar na Europa, onde completou seus estudos científicos nas universidades de Paris, Genebra e Heidelberg. Para atacar o governo de Peña, publicou, em 1913, uma de suas obras mais conhecidas, *O homem medíocre*, numa claríssima alusão ao fato de que homens como Faustino Sarmiento pertenciam a uma “casta superior”, ao passo que indivíduos como Peña eram simplesmente medíocres.

Em seu autoexílio na Europa Ingenieros teve uma produção intelectual formidável. Segundo os relatos de Bagú, ele trabalhava intensamente, do café da manhã até o jantar em quase 15 horas de estudos e trabalho árduo e continuado. Foi em sua estadia no Velho Mundo que Ingenieros encerrou o ciclo intelectual concentrado na psicologia e na criminologia, dando início a um novo ciclo, voltado para as discussões e reflexões filosóficas.

Ingenieros só retornou a Buenos Aires no ano de 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial e também ano em que Saénz Peña, por problemas de saúde, cedeu a presidência a Victorino de la Plaza; e ele continuou produzindo obras e publicando artigos intensivamente. Ainda neste ano, ele se casou com Eva Rutenberg e, de seu matrimônio, nasceram quatro filhos.¹¹

Bagú afirma que na segunda década do século XX Ingenieros já era um intelectual renomado e respeitado não só na América Latina como também na Europa, a ponto de ele receber mais de vinte títulos honorários concedidos por academias e instituições científicas de todo o mundo. Além disso, o sucesso de suas publicações era algo notável:

Sus libros seguían reeditándose sin cesar. Su *Sociología Argentina* llegaba a la quinta edición en 1913. Su *Criminología* a la sexta en 1916. Su *Principios de Psicología* a la quinta en 1916. *El Hombre Mediocre* a la tercera en 1917. *La Simulación en la Lucha por la vida* a la undécima en 1917. A esta altura de su producción, no es aventurado afirmar que Ingenieros era el autor más leído por los públicos de habla española (BAGÚ, 1963, p. 69).

Ainda segundo Bagú, só no ano de 1918, a quinta edição de *O homem medíocre* e a oitava edição de *Simulação da Loucura*, por exemplo, tiveram uma tiragem de mais de 10.000 exemplares.

Depois do seu retorno para a Argentina, em 1914, Ingenieros passou a ser cada vez mais admirado pelos estudantes universitários, pois ele foi um dos mais importantes inspiradores e orientadores da juventude reformista argentina. Na

¹¹ Ao longo da sua vida Ingenieros amou e foi amado por várias mulheres e mesmo depois do seu matrimônio com Eva Rutenberg, continuou tendo “aventuras amorosas”. Seu caso extraconjugal mais famoso foi com a chilena Sara Hübner, e as “provas” deste romance se encontram nas várias cartas trocadas entre ambos. Estas cartas estão atualmente disponibilizadas nos arquivos do CeDinCi, em Buenos Aires.

década de 1920 ele era considerado um líder da “nova geração” por seu discurso anti-imperialista e latino-americanista. Segundo Pita González (2009), este posicionamento ajudou a impulsionar a Reforma Universitária com demandas estudantis e anti-imperialistas. Sobre o movimento reformista, Pita esclarece:

La idea de crear una unidad regional que frenava el avance norteamericano se expandió al tiempo que en otros ambitos universitarios de América Latina se debatía sobre el reformismo. Así, desde sus primeros meses de vida el movimiento reformista incorporo a su programa el americanismo junto a los temas como anticlericalismo, la participación estudiantil y la solidaridad social, característica que se acentuaría durante los siguientes años [...] El desencanto por la primeira guerra mundial y por todo aquello que representaba al viejo orden social incluyo a los partidos políticos, a los cualesse rechazó y descalificó de modo permanente. La operación del cambio debía ser, por onde, para los estudiantes, planeada y ejecutada desde las universidades, defendiendo una pratica política “apartidaria” (PITA GONZÁLEZ, 2009, p. 40-41).

A Primeira Guerra Mundial fez com que Ingenieros mudasse a sua percepção sobre o Imperialismo e questionasse o europeísmo na América. Nesta perspectiva, em revistas como *Renovación*, passou a dar um papel destacado para a juventude letrada da Argentina, vista como um “motor” de mudanças sociais. Se formava então “una especie de aristocracia entre la juventude, seleccionando los mejores por sus capacidades y méritos y no con base en la desigualdad social impuesta por el capitalismo” (PITA GONZÁLEZ, 2009, p. 49). Nesta última etapa de sua vida, seu pensamento colocou a América Latina e não a Europa ou Estados Unidos como centro de reflexão.

Kauth afirma que Ingenieros morreu inesperadamente, provavelmente de Meningite, no ano de 1925. Sua morte foi um grande abalo para todos ao seu redor, pois ele veio a falecer no mesmo mês em que adoeceu. Ingenieros tinha apenas quarenta e oitos anos de idade, mas deixou para a posteridade uma produção intelectual muito vasta nos mais variados campos do saber. Sua morte causou comoção pública e durante vários anos ele recebeu inúmeras homenagens pela seriedade de seu trabalho e por sua dedicação incondicional à produção do conhecimento.

1.3.4 A trajetória profissional de Manoel Bomfim

Ronaldo Aguiar aponta que Bomfim foi um estudante aplicado, mas não foi o melhor aluno da turma. O sergipano aceitou as rígidas formalidades do curso de medicina e, enquanto estudou na Bahia, não se envolveu diretamente em nenhuma revolta estudantil ou movimento político. Nesta época, seus colegas de classe discutiam muito a respeito das ideias abolicionistas e republicanas, mas Bomfim preferia não se envolver em movimentos políticos.

Por influência do seu amigo Alcindo Guanabara, transferiu o seu curso para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois lá se encontravam as maiores sumidades médicas da época e era um ambiente intelectual rico e excitante. Na Faculdade de Medicina do Rio demonstrou interesse pelos estudos clínicos e relatórios médicos. Na cidade conheceu o jornalista e poeta Olavo Bilac, o homem que veio a se tornar o amigo de uma vida inteira. Sob a influência de Bilac e Guanabara, passou a se envolver com a campanha abolicionista e se integrou ao campo intelectual da época.

Em 1890 Bomfim concluiu o curso de Medicina e teve que procurar um emprego estável, afinal, não cabia mais continuar vivendo à custa da “mesada” do pai. Pela primeira vez na vida, o jovem de família abastada sentiu o “peso” da responsabilidade de ter de se sustentar. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e este foi o melhor trabalho que ele conseguiu arranjar; depois, por meio de indicação de amigos, conseguiu ser promovido ao cargo de médico-cirurgião. É interessante notar que, apesar de Bomfim fazer parte de uma seleta casta de indivíduos que tinham curso superior no Brasil, não se pode dizer que ele gozava de uma situação plenamente confortável. Seu emprego não pagava tão bem e constantemente ele se via na constrangedora situação de pedir ajuda financeira ao pai. Seu trabalho como médico estava muito aquém das suas expectativas idealizadas, uma vez que ele desejava:

Dedicar-se principalmente à pesquisa médica e ao magistério, idealizando glórias e galardões nas duas atividades, via-se agora, recém-formado, na constrangedora posição de receitar vermífugo, curar feridas e pior ainda, tratar de doenças venéreas que corroíam o

organismo dos praças da Brigada. Os quais, para o incontido horror do jovem médico, ignoravam todas as suas profiláticas e terapêuticas recomendações, preferindo guiar-se pelos conselhos e rezas de pais e mães-de-santo do Rio de Janeiro (AGUIAR, 2000, p. 152).

Ronaldo Aguiar aponta que, no final do século XIX e começo do século XX, a massa da população brasileira em geral confiava mais no curandeirismo do que na Medicina e, não raro, ignorava quase que completamente as recomendações médicas para o restabelecimento da sua saúde.

Em 1891, aos 23 anos de idade, Bomfim se casou com a portuguesa Natividade Oliveira, de 17 anos e, no mesmo período, participou “da expedição que percorre o Rio Doce para estudar a situação dos índios botocudos” (LAJOLO, 2000, p. 37).

Em 1893, Bomfim mudou-se para a cidade de Mococa, interior de São Paulo, devido à perseguição política que estava sofrendo pelo Governo de Floriano Peixoto,¹² pois ele escreveu críticas contra o autoritarismo do governo republicano, caracterizando o presidente como um homem que não respeitava a Constituição, o poder jurídico e o Congresso. O governo de Floriano respondeu de maneira enérgica aos opositores e decretou estado de sítio. Floriano mandou prender os políticos e os intelectuais que se opunham publicamente ao seu governo e Bomfim estava entre os perseguidos. Logo, o sergipano viu-se obrigado a abandonar o seu emprego na Brigada Militar para escapar da prisão, fugindo com sua família para Mococa.¹³

¹² Nesta ocasião, vários militares, políticos e intelectuais que faziam oposição ao governo de Floriano Peixoto foram presos, como foi o caso de José do Patrocínio, que foi aprisionado e depois deportado para a Amazônia, ao passo que Olavo Bilac ficou preso durante meses além de ser proibido de receber visitas e de se comunicar através de cartas com o mundo exterior.

¹³ Segundo os relatos de Humberto de Campos no contexto em que Bomfim estava correndo o risco de ser preso pelo governo de Peixoto em 1893, ele se escondeu na casa de um amigo antes de mudar-se para Mococa e: “Permaneceu escondido por vários dias, na casa de um amigo, que o livrou assim da prisão. Quando pode, finalmente, abandonar o abrigo, foi levando a mulher do amigo, que tornara sua amante, e que abandonou depois sem a menor consideração. Bomfim era, enfim, um sujeito levado da breca”. (CAMPOS *apud* AGUIAR, 2000, p. 169). Os relatos de Humberto de Campos sobre Bomfim são o seguinte: “Eu não sei como se pode explicar a existência, no Bomfim, de dois homens tão diversos um do outro: o escritor ilustre, o homem de grande erudição, e o indivíduo desprovido de certos escrúpulos, em matéria de moral privada. O Bomfim era um sujeito de tal ordem, em assuntos de mulheres, que não respeitava nem as dos seus amigos mais íntimos. Seduziu a mulher de mais de um amigo, sem o menor respeito às leis da amizade”. (CAMPOS *apud* AGUIAR, 2000, p. 146-147). Também a vida pessoal de Bomfim foi cheia de “altos e baixos”; após vários anos de casado, confessou à esposa a existência de uma filha ilegítima e isto perturbou severamente o seu ambiente doméstico, provocando um grande afastamento entre o casal.

Em Mococa dedicou-se exclusivamente à clínica médica e não se envolveu em nenhum movimento político. Atendeu muitos casos de Tifo, que era uma doença endêmica na região. Contudo, tanto o tratamento quanto o conhecimento médico sobre a doença eram precários na época. 1894 foi um ano particularmente difícil e emblemático na vida do jovem médico; seu pai faleceu e sua filha Maria, de um ano e dez meses, morreu durante a epidemia de Tifo. Seu pequeno corpo não respondeu à medicação ministrada pelo pai e depois de dias “ardendo em febre”, morreu exaurida pelo sofrimento. A morte de Maria deixou-o imensamente abalado e com sensação de impotência. O falecimento da filha foi um acontecimento marcante que fez com que o sergipano abandonasse não apenas a cidade Mococa, mas também a própria medicina. Logo ele que, cheio de sonhos, havia enfrentado a família para ser médico, viu-se aos 26 anos de idade desiludido com a profissão e decidiu que era a hora de traçar novos rumos para sua vida. O exercício da medicina foi uma atividade profissional que definitivamente ficou para trás.

Em 1896, Bomfim deu início a sua longa carreira na área da educação. Segundo Lajolo, ele se tornou um intelectual comprometido com a construção de um projeto educacional para o país e transformou-se em uma figura pública de relevância no aparelho educacional do Rio de Janeiro, o que não era pouca coisa, afinal, o Rio era a capital do Brasil e a cidade mais moderna e importante da nação. Lajolo segue afirmando que Bomfim tinha um currículo incorrupto e militava pela causa educacional no serviço público. Ocupou, ao longo da vida, vários cargos ligados à educação. Foi nomeado Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro de 1895 a 1900, e também de 1905 a 1907. Foi o Diretor-geral do *Pedagogium* - a primeira instituição dedicada à pesquisa educacional no país – no período de 1896 a 1902, e de 1911 a 1919. Contudo, apesar de o *Pedagogium* ser um renomado centro de estudos e pesquisas, a instituição não recebeu muito apoio do governo, pois sofria constantemente pela falta de recursos governamentais e com as precárias instalações físicas do prédio, o que leva a constatar que Bomfim trabalhou nas instituições educacionais mais importantes do Rio de Janeiro em um contexto em que a educação popular não era uma prioridade para o Estado.

Bomfim também foi professor de Instrução Moral e Cívica da Escola Normal do Rio de Janeiro. Em 1902, foi extinta a cadeira de Moral e Cívica e ele foi

transferido para a de Pedagogia. Entre 1902 e 1903 estudou Psicologia na Sorbonne (França), quando:

Em comissão pedagógica nomeada pela prefeitura, segue para a Europa em agosto para estudar psicologia. Em Paris é aluno de Alfredo Binet e George Dumas, cujo laboratório – também frequentado pelo jovem Piaget – funcionava em anexo à clínica Jouffroy, em Sain't Anne (GONTIJO, 2010, p. 151).

Bomfim era um homem que gozava de respeito entre os profissionais da educação da época. No entanto, suas tentativas de reforma educacional sempre encontravam muitas barreiras burocráticas e geralmente não eram apoiadas pelas políticas estatais vigentes. Nesse sentido, ele se aventurou na carreira política para pôr os seus projetos de melhoria educacional em prática e, em 1907, conseguiu eleger-se Deputado Federal por Sergipe, unindo-se ao Presidente Afonso Pena na luta pela ampliação do ensino fundamental, médio e superior no Brasil.

Para Bomfim, a alfabetização das massas era requisito obrigatório para o exercício do voto, pois era “um contrassenso exigir que o eleitor fosse instruído e, ao mesmo tempo, negar ao governo da União o dever de preparar o cidadão para o exercício do voto” (AGUIAR, 2000, p. 401). Segundo Aguiar, o projeto nº 242, elaborado com o apoio de Bomfim, autorizou o presidente Pena a reformar o sistema educacional brasileiro, e isso foi uma grande vitória; mas na prática, não houve mudanças substanciais durante alguns anos. Em 1908 Bomfim não conseguiu se reeleger ao cargo de deputado e depois disso não tentou retomar a carreira de político.

É importante ressaltar que Manoel Bomfim não recebeu destaque em vida por sua atuação como médico, mas sim como educador. Ele era um professor reconhecido e admirado entre os seus pares e políticos que apoiavam a ampliação do sistema educacional no Brasil. Segundo Rebeca Gontijo (2010), ele defendeu que a instrução pública era o caminho para a “redenção do atraso brasileiro” e possibilitava a construção de uma nação moderna, por isto lutou ativamente pela expansão do número de escolas destinadas a formação de professores: as Escolas Normais, que tiveram um papel significativo na melhoria das práticas pedagógicas exercidas nos colégios primários.

Além de trabalhar em instituições educacionais, ele ainda escreveu várias obras ao longo da vida. Aluizio Alves Filho (2013) fez uma compilação das publicações mais importantes de Bomfim, como *A América Latina: males de origem* (1905); *O respeito à criança* (1906); *Noções de psicologia* (1916); *Lições de pedagogia* (1902); *O Brasil na América* (1929); *O Brasil na História* (1931); *O Brasil nação* (1931 2v.) entre outras. Ainda publicou artigos em vários periódicos e revistas como o renomado *O Tico-Tico*. Também escreveu uma gama de livros didáticos contando com a coautoria do seu amigo Olavo Bilac.

Um momento complicado na vida de Bomfim foi em 1925 quando ele teve que se desfazer de todo o patrimônio adquirido tanto pelo seu trabalho quanto por sua herança familiar para ajudar o filho Aníbal que viu sua firma ir à falência com uma fortuna em dívidas.

Também, segundo Conde Aguiar (1996), Bomfim redigiu o livro *O Brasil nação* entre os anos de 1928 e 1931, num contexto em que lutava contra um câncer de próstata, cuja metástase se irradiou pelo seu organismo, fazendo com que ele sofresse e passasse por inúmeras e dolorosas cirurgias. Padecendo de dores fortes, Bomfim não aceitava ser drogado e estava extremamente magro porque não conseguia se alimentar. Aguiar acredita que isto explica porque *O Brasil nação* é um texto “quase sem revisão, os longos períodos e a repetição das ideias e palavras, que talvez incomodem os leitores mais exigentes e desavisados” (AGUIAR, 1996, p. 29-30). Quando Bomfim já não tinha mais forças para escrever, ditou seu último livro à Joracy Camargo, com o título *Cultura e educação do brasileiro*, publicado postumamente em 1933. Os relatos sobre os seus momentos finais sob a face da terra são dramáticos e impactantes:

Nos últimos anos de vida, Manoel Bomfim passou menos tempo em casa que no hospital Dr. Eiras, fez nada menos que quatorze cirurgias e – imaginem! Escreveu não apenas as setecentas páginas de *O Brasil nação*, como as quatrocentas e tantas páginas de *O Brasil na América* e quase seiscentas de *O Brasil na História*. Um caso realmente extraordinário de amor à vida, compromisso intelectual e coragem, sobretudo, se for levado em conta os procedimentos médicos operatórios de então, praticamente no neolítico tecnológico. O fato é que Manoel Bomfim sofreu horrivelmente até o momento de sua morte, ocorrida às dez da noite de 21 de abril de 1932. Segundo o médico Paulo Cesar de Andrade, que o submeteu às últimas oito ou dez operações, “durante três anos as dores não o abandonaram. Os raios X constantes tinham-lhe

destruído o aparelho digestivo, e ele se sentiu decompor ainda em vida”. Outro depoimento tão impressionante como este foi o de Humberto de Campos, que registrou no seu *Diário Íntimo*: “Debilidado ao extremo, transformado num fantasma de si mesmo, Manoel Bomfim passou a viver praticamente deitado. Não obstante isso, trabalhava, produzia, escrevendo com a máquina obras mais substanciais. Morreu extenuado pelo sofrimento” (AGUIAR, 1996, p. 23).

Por seu comprometimento intelectual até os momentos finais de sua vida e substancial obra deixada para a posteridade, pode-se afirmar que Bomfim foi um dos pensadores mais importantes do país e, atualmente, é um dos mais respeitados “intérpretes do Brasil”.

1.3.5 Perfil intelectual de José Ingenieros

Intelectual multifacetado. Esta é a melhor definição para José Ingenieros. Tanto que se criou na memória coletiva argentina diversas imagens sobre ele, tais como: “*socialista, criminalista, antiimperialista, bohemio, modernista, vanguardista y positivista*” (PITA GONZÁLEZ, 2009, p. 71). O fato é que, na década de 1920, ele já era um intelectual com produção reconhecida nos círculos acadêmicos nacionais e internacionais devido à sua ampla bagagem cultural que o permitia publicar obras sobre os mais variados temas, que iam desde a política à filosofia, passando pela psiquiatria à criminologia, da sociologia à ética, da história à literatura etc.

A obra *José Ingenieros: Pensar la Nación*, de Oscar Terán, é a que melhor demonstra as transições do posicionamento ingenieriano, analisando sua fase socialista, positivista, cientificista, moralista e filosófica etc. Neste sentido, é válido discorrer brevemente sobre as “fases de pensamento” do intelectual para compreendê-lo melhor.

Na década de 1890 Ingenieros foi o primeiro Secretário e dirigente do Partido Socialista Obreiro Argentino. Nesta fase, foi um crítico radical do sistema capitalista, definindo-o como imoral e parasitário. Terán destaca que seu pensamento também era atravessado por paradigmas biologistas e medicalizados em que “*el parasitismo*

acarrera necesariamente la degeneración de la clase ociosa” (TERÁN, 1986, p. 16), ou seja, seu pensamento socialista também era influenciado pelo clima cientificista da época. Na juventude, Ingenieros era um crítico extremado da exploração burguesa sobre os setores despossuídos que, na sua interpretação, eram tão ignorantes intelectualmente que não conseguiam perceber os benefícios de uma solução revolucionária. Neste sentido, ele pensava que as ativas minorias conscientes deveriam guiar o processo de transformação social, e este otimismo no que tange ao papel das “minorias intelectuais” foi um elemento constante em toda a produção ingenieriana.

Após se formar no curso de Medicina, o cientificismo foi a “marca” do seu pensamento. Terán afirma que, no período da faculdade, os escritos de Ingenieros começam a apresentar uma ruptura teórica em relação aos seus escritos da juventude. Ele passou a dialogar mais com a “sociologia científica” e ingressou “a un universo de discurso positivista, evolucionista y darwiniano” (TERÁN, 1986, p. 28). Em produções como *De la barbarie al capitalismo*, o sistema capitalista não era mais a besta exploradora e improdutiva dos seus primeiros escritos, mas sim um sistema positivo que “*desarrolla las fuerzas productivas, universaliza las relaciones humanas y genera una clase social destinada a superarlo*” (TERÁN, 1986, p. 28). Desta maneira, ao assumir uma leitura biologista da realidade social, noções como *raça*, *sobrevivência dos mais aptos* e *luta pela vida* passaram a fazer parte integrante de seus escritos. Logo, o capitalismo estaria realizando uma justa seleção natural mediante uma eliminação dos fracos pelos fortes, pois, “*las sociedades humanas evolucionan dentro de leyes biológicas especiales, que son las leyes económicas*” (TERÁN, 1986, p. 32).

Nesta fase da sua vida, houve uma interrupção marcante em seu discurso social-anarquizante dos tempos juvenis. Influenciado por Ramos Mejía, Ingenieros começou a fazer uma medicalização da sociologia na qual os problemas sociais passaram a ser vistos como enfermidades.

Obviamente, en interior de esta reestructuración ideológica, y en camino de revisión de tesis anteriores, Ingenieros debía reencontrarse, ahora sí, con determinadas categorizaciones de la generación del 80. A partir de aquella inflexión la cuestión social ya no será el eslabón débil de la cadena de dominación capitalista y si el síntoma de um malestar profundo que es necesario detectar y tratar

teurapéuticamente, y entonces las ciencias sociales constituirán el emergente de dicha mutación en el orden de la teoría, definida como un saber normativo que permite integrar el disenso y segregar a los núcleos sociales patologizados o marginales no proyecto fundacional de una nación moderna (TERÁN, 1986, p. 37).

Ainda segundo Terán, Ingenieros dialogava com os pressupostos do Positivismo,¹⁴ que era uma ideologia que se preocupava com a definição de uma cidadania e com a invenção de uma nacionalidade, defendendo dispositivos de reformas integradoras e segregacionistas. As reformas integradoras pensavam na nacionalização dos imigrantes e este projeto de integração partia do pressuposto de que as *minorias pensantes* deveriam guiar as massas estrangeiras para a formação de um corpo nacional coeso e homogêneo. Os positivistas¹⁵ também pensavam em reformas segregacionistas, nas quais grupos considerados inassimiláveis ao seio nacional deveriam ser “excretados” da nação. As pessoas percebidas como inassimiláveis eram os criminosos, os parasitas sociais (indivíduos improdutivos) e os grupos humanos considerados inferiores, como os gaúchos e os índios.

Segundo Roberto Tortorella (2005), o ítalo-argentino foi muito influenciado pelas premissas do Positivismo e ele foi um grande representante desta corrente na

¹⁴ Nicola Abbagnano deu uma excelente definição de Positivismo em seu *Diccionario de filosofia*. A seguir estão as considerações deste autor sobre este termo que podem ser encontradas na página 787 do seu Dicionário. Segundo ele, este termo foi empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia. Foi adotado por Augusto Comte para a sua filosofia e, graças a ele, passou a designar uma grande corrente filosófica que, na segunda metade do séc. XIX teve numerosíssimas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. A característica do Positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Como Romantismo em ciência, o Positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo. Também, é possível distinguir duas formas históricas fundamentais do Positivismo. O Positivismo social, de Saint-Simon, Comte e John Stuart Mill, nascido da exigência de constituir a ciência como fundamento de uma nova ordenação social e religiosa unitária; e o Positivismo evolucionista de Spencer, que estende a todo o universo o conceito de progresso e procura impô-lo a todos os ramos da ciência. Também, se pode afirmar que as teses fundamentais do Positivismo são as seguintes: 1º: A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; 2º: O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer); 3º: O método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana, individual ou social, deve ser guiada por ele. Assim, o Positivismo presidiu à primeira participação ativa da ciência moderna na organização social.

¹⁵ O auge do Positivismo na Argentina foi entre as décadas de 1880 a 1910.

Argentina. Contudo, Tortorella pondera que Ingenieros foi um “pensador de transição”, pois, por volta da década de 1910 o Positivismo sofreu um grande desgaste como cânon interpretativo da realidade social do país e os escritos do ítalo-argentino, após este período, também evidenciaram um desgaste com os fundamentos do positivismo.¹⁶ A obra *O homem Mediocre*, publicada em 1913, foi um marco de fissura no seu posicionamento cientificista e no seu rígido determinismo, pois ele começou a dialogar mais com temas filosóficos e da metafísica do que com temas “estritamente científicos”. A partir deste trabalho, a ideologia positivista presente em seu pensamento começou a ser relativizada e a temática do *idealismo*, do *moralismo* e da *ética* passaram a fazer parte integrante das suas obras posteriores.

Da mesma forma, o racismo-científico presente em seu discurso começou a se amenizar e ele mesmo reconheceu que a sua obra *Crônicas de Viagem*, de 1906, (em que disse que sentiu vontade de vomitar ao ver os negros), foi fruto de uma “moda intelectual” da sua juventude. Pita González demonstra que, no pós-guerra, Ingenieros se afastou das suas antigas concepções racialistas e se incorporou a uma corrente de pensamento que desejava uma identidade coletiva para a América Latina. Isto significa que o pensamento do intelectual foi gradativamente se transformando.

Por volta de 1904 ele defendia que a Argentina estava destinada a desempenhar uma hegemonia na América Latina, visto que o “*imperialismo es expresión pacífica de la lucha darwiniana entre las naciones*” (TERÁN, 1986, p. 40). Na sua visão, a Argentina estava apta a liderar o continente porque era rica, tinha população branca e clima temperado. É importante destacar que ele pensava num expansionismo argentino pacífico e difusor de civilização. Todavia, o desenrolar da Primeira Guerra Mundial fez com que ele revisse o seu posicionamento de defender o Imperialismo e, conseqüentemente, reestruturasse seu pensamento. Se antes defendia o imperialismo argentino na América do Sul, depois da Guerra sua produção foi marcada pela luta contra os interesses imperialistas da Europa e

¹⁶ É importante ressaltar que era bastante comum até os meados da década de 1980, considerar Ingenieros como um positivista monolítico e sem fissuras. Todavia, os estudos de Oscar Terán trouxeram à tona toda a complexidade do pensamento ingenieriano.

Estados Unidos na América Latina. Também, os resultados da Revolução Mexicana de 1910 e da Revolução Comunista de 1917 influenciaram o pensamento de Ingenieros e o fizeram retornar e revisar algumas concepções socialistas da sua juventude, colaborando assim para formar um marxismo original na América Latina.

Depois dos resultados catastróficos da Primeira Guerra, o europeísmo do pensamento ingenieriano começou a se amenizar a ponto de ele afirmar que houve o esgotamento do impulso civilizador da Europa. Neste sentido, o continente europeu passou a ser visto como um lugar da barbárie e do feudalismo, pois para Ingenieros, a dramaticidade da guerra provou que no Velho Mundo uma força mal sana havia oprimido as forças morais do continente. A crise da Europa acabou provocando um rompimento com o seu europeísmo exacerbado, que definitivamente foi um dos maiores pilares da sua produção intelectual anterior e, assim, Ingenieros voltou suas atenções para a América, região do planeta cheia de novas ideias e de sociedade nova.

No começo da década de 1920 Ingenieros foi um ávido apoiador da Reforma Universitária, pois acreditava que a nova geração poderia ser *“una alternativa frente ao desastre en que se hundió el mundo civilizado en la guerra mundial”* (TERÁN, 1986, p. 96). Os povos latino-americanos deveriam então fazer frente aos imperialismos dos estrangeiros. Este novo posicionamento acabou abrindo uma fissura no seu antigo discurso sócio-darwiniano de condenação da raça e do meio geográfico, pois se antes ele condenava a América Latina pela mestiçagem de seu povo e por seu clima tropical, na década de 1920 passou a defender uma confederação das nações da América Latina, para que estas nações unidas pudessem se manter independentes e fazer frente ao interesse imperialista dos países capitalistas estrangeiros.

Enfim, José Ingenieros foi um intelectual complexo. Cada “fase” de seu pensamento possui fontes fecundas, suficientes para vários trabalhos historiográficos. Esta pesquisa pretende abordar e analisar nos capítulos dois e três o período em que ele se identificou com as concepções do cientificismo. Porém, esta dissertação se preocupou em não “mutilar” o pensamento do autor e classificá-lo como tão somente cientificista e, neste sentido, foi necessário esclarecer, mesmo

que de maneira breve, que existiram outras “facetas” que compuseram o seu grande repertório intelectual.

1.3.6 Perfil intelectual de Manoel Bomfim

Pode-se dizer que, em geral, Manoel Bomfim foi um intelectual mais “constante” ao longo da vida. Na sua maturidade intelectual não chegou a entrar em nenhuma grande contradição em relação aos seus escritos da juventude. Suas modificações de posicionamento diziam respeito ao fato de ele ter assumido, no decorrer do tempo, um discurso mais radicalizado; mas seu radicalismo não chegou a romper com as suas propostas defendidas anteriormente, ao contrário, sua radicalização se deu para defender um caminho em que seu projeto de nação fosse posto em prática. Também, é importante demarcar que uma característica de Bomfim foi não ter evocado nenhuma tradição intelectual nacional ou movimento político liderado pelas elites.

De acordo com Rebeca Gontijo (2003), toda a produção de Bomfim foi marcada por aspectos do Cientificismo e do Civismo. Ele valorizava o saber científico para a compreensão da realidade social, pois acreditava que as ciências ensinavam o caminho do progresso à humanidade. Contudo, ele alegava que o conhecimento científico estava sendo manipulado pelos “filósofos do massacre”¹⁷ a fim de explorar os povos “menos desenvolvidos”. Ele também edificava a importância do patriotismo, considerando o civismo um elemento primordial para o fortalecimento da nação brasileira.

Manoel Bomfim se aproximou muito da Psicologia em obras como *O Brasil na História*, em que, de acordo com Gontijo, o homem era representado como um ser moral, cuja subjetividade lhe permitia escapar das influências externas (do meio) e internas (da hereditariedade psíquica e/ou biológica). Nesta perspectiva, ele refletia sobre a subjetividade dos sentimentos humanos para destacar a importância da

¹⁷ No capítulo 2 desta pesquisa se encontra uma análise mais detalhada sobre esta questão.

paixão, e, a grande paixão de Bomfim tinha nome: se chamava *Brasil*, e seus escritos nitidamente tentavam conduzir o público leitor a também desenvolver este mesmo sentimento, incentivando-o a amar as terras e as gentes da nação. De acordo com André Filgueira (2012), Bomfim elaborou a tese de que o amor à terra e o amor à pátria constituíram o *ânimo nacional* do povo brasileiro. Foi em nome deste amor que portugueses e nativos se uniram e resistiram bravamente contra a invasão francesa e a holandesa. Isto significa dizer que, para Bomfim, a resistência só foi possível porque existia no Brasil uma precoce coesão social entre portugueses e nativos que, unidos, lutaram não pela posse de uma colônia, mas pela sua pátria. Neste sentido, não foram os portugueses nem os nativos a fazer frente à invasão, mas sim o vigoroso e soberano povo brasileiro que, ante a incapacidade da mãe-pátria, lutou para salvar sua tradição. O povo era constituído por nativos, mestiços e portugueses que, juntos, forjaram o espírito de uma nova pátria, e sua tradição nacional veio à tona na resistência contra as invasões estrangeiras. Para Bomfim, a ação popular foi guiada pelo sentimento de patriotismo para defender não a tradição portuguesa, mas uma tradição original que se forjou no próprio Brasil: a tradição brasileira.

Também, numa época em que a legitimidade da produção científica era associada a um saber necessariamente neutro e pautado em métodos racionais, Bomfim rompeu com a neutralidade dominante do discurso cientificista, opondo a suposta impassibilidade, imparcialidade e frieza do caráter científico à relevância da paixão e sua força propulsora nas ações humanas, alegando que paixão nem sempre é cegueira, e nem impede o rigor da lógica. Isto significa dizer que, em suas obras, Bomfim não se envergonhava em dizer o que pensava e em expor suas opiniões; ele escrevia com paixão para fazer reflexões sobre as ciências e não escondia seus interesses pessoais sob a máscara do verniz cientificista. Pode-se dizer que, assim como seus contemporâneos, Bomfim tinha “fé” nas ciências, mas se recusava a usar em suas produções os critérios que legitimavam a produção científica, não sendo neutro nem demasiadamente objetivo.

Outro aspecto marcante nas obras de Bomfim foi a sua crítica ao Positivismo. Entretanto, não se pode negar que ele aderiu a certas concepções positivistas, uma vez que também compreendia as sociedades como organismos regidos por “leis

fatais” – sejam elas sociais ou biológicas. Estas ideias organicistas, frequentemente utilizadas por ele, faziam parte do arcabouço teórico dos positivistas. Todavia, ele se apresentou ao público leitor como um crítico desta corrente doutrinária. Desde a época da faculdade Bomfim fazia severas críticas à ideologia de Comte, que se esquematizaram, sobretudo, na obra *O Brasil nação*. O sergipano via com pessimismo a influência desta doutrina sobre o movimento republicano e, para ele, o Positivismo propunha apenas uma “modernização conservadora” do país, pois se voltava muito para o desenvolvimento industrial e a necessidade de formação técnica em detrimento das questões sociais. Segundo o intelectual, o Positivismo era uma doutrina conservadora e tão somente comprometida com a manutenção da ordem capitalista, em que o trabalho dos indivíduos das “classes inferiores”, era tiranizado e espoliado, ou seja, o Positivismo era interpretado por Bomfim como uma ideologia que só beneficiava as classes dirigentes. Aguiar relata que o que mais irritava Bomfim em relação ao Positivismo era o:

Dogma positivista *contra a obrigatoriedade do ensino elementar*. A pretexto de defender os direitos do cidadão, os seguidores de Comte consideraram a ideia da obrigatoriedade uma ingerência despótica do poder civil num domínio que não lhe competia atuar, ferindo assim, “as atribuições mais sagradas das mães e dos pais”. Manoel Bomfim foi extremamente cáustico ao censurar os positivistas por esta suposta defesa dos direitos do cidadão. E não era para menos: afinal, numa sociedade atrasada, inculta e tacanha, onde a maioria da população era compactamente analfabeta e as pessoas instruídas cabiam num bonde, a obrigatoriedade do ensino elementar era, segundo o autor da proposta, Ramiz Galvão, um mecanismo – no fundo, um quebra galho – contra o descaso (fruto da ignorância na maioria dos casos) dos familiares em relação a educação das crianças. Os positivistas não percebiam, ou não queriam perceber, notou Manoel Bomfim, que a obrigatoriedade do ensino não atentava contra a cidadania: atentava, sim, contra “os direitos que tem os pais de condenar os filhos à inferioridade patente do analfabetismo” (AGUIAR, 2000, p. 145).

Por sua vez, Kátia Baggio (1998) pondera que Bomfim foi um anti-imperialista. Assim, ele criticou o fato do Brasil ter entrado em guerra contra o Paraguai, afirmando que o interesse do Império brasileiro estava em obter a livre navegação nos Rios Paraná e Paraguai para ter acesso mais fácil a todo centro-oeste do território brasileiro. Para o sergipano, foi uma grande torpeza do Brasil Imperial invadir e destruir o Paraguai para impor a sua hegemonia na região.

As análises de Bomfim, formuladas no final dos anos 20, sobre a participação da monarquia brasileira nas guerras do Prata, foram contrárias à tendência dominante da época, que condenava os hispano-americanos e glorificava os militares brasileiros. Especialmente no caso da Guerra do Paraguai, Bomfim antecipou uma visão muito crítica que, décadas mais tarde passou a vigorar (BAGGIO, 1998, p. 120).

Também, seus escritos demonstraram que ele acreditava que os Estados Unidos tinham objetivos expansionistas no continente americano, principalmente na América Central e nas Antilhas. Para ele, a maneira de impedir que a América do Sul fosse dominada pelos “países mais fortes” era deixar de ser uma região de economia essencialmente agrícola. Ou seja, para o brasileiro o desenvolvimento industrial era a melhor forma de superar a dependência externa e fazer frente aos interesses imperialistas dos norte-americanos e europeus na América Latina. Neste sentido, ele defendeu a solidariedade e união entre os países sul-americanos com a finalidade de combater o domínio e a dependência deles em relação às poderosas nações capitalistas.

Por sua vez, Maria Nunes (1997) afirma que Bomfim conhecia as concepções dos teóricos marxistas, como Marx, Engels, Lenin e Blanqui, e ele chegou a interpretar a realidade brasileira utilizando alguns conceitos socialistas, como o conceito de “luta de classes”; mas, como Wilson Martins (1996) demonstra, Bomfim via com desconfiança o fato dos socialistas revolucionários da década de 1920 serem guiados por ideologias totalitárias, demandando por um “governo forte” e culpando a “democracia burguesa” pelos males que assolavam os seus países. Nesta perspectiva, ele rejeitou a “solução comunista” para os males do Brasil e, por esta razão, criticou o movimento tenentista e seu líder Carlos Prestes, pois era totalmente contra a intervenção do exército na política, desejando assim, uma nação plenamente democrática.

Como destaca Aguiar (2013), ao final da sua vida o pensamento de Bomfim havia se radicalizado. Se em *América Latina: males de origem* propunha a solução “ilustrada” da instrução popular massiva como “cura” dos problemas nacionais e como o caminho do progresso, em *O Brasil Nação*, obra produzida mais de vinte anos depois, propôs uma solução revolucionária para os problemas sociais. Sua experiência pessoal no campo educacional e na política o fez chegar à conclusão

que os políticos dirigentes não iriam fazer nenhuma concessão em nome dos dominados. Assim, ele passou a defender uma solução revolucionária que contasse com o apoio popular nos moldes da Revolução Mexicana, em nome de uma distribuição igualitária de terras, do acesso universal à educação popular, o direito à greve etc.

O Brasil Nação é uma obra que demonstra que Bomfim foi influenciado por ideias socialistas, pois ele defendeu que o único meio de acabar com a exploração era através da revolução popular. Contudo, a sua aposta na revolução não significava a adoção de um modelo soviético no Brasil, uma vez que o proletariado nacional não se definia como “classe”, ao passo que o povo era visto como inculto e sem consciência dos seus direitos. Apesar disto, para o sergipano, a revolução não poderia esperar e necessariamente deveria haver o afastamento definitivo dos antigos dirigentes dominadores. Para Bomfim, o exemplo mexicano era muito mais familiar do que o russo, e assim ele propunha que os brasileiros seguissem o modelo mexicano de mudança social, pois ele:

Reconhece e elogia várias iniciativas resultantes do processo revolucionário mexicano: a derrota do poder da velha oligarquia representada pela ditadura de Porfírio Díaz; a difusão maciça do ensino público, principalmente a partir da gestão de José Vasconcelos como ministro da educação; o estímulo ao fortalecimento da identidade nacional, com a valorização da cultura popular e de suas raízes pré-hispânicas; a legislação trabalhista e social; a reforma agrária. Não há dúvida que Bomfim acompanhava atentamente o processo político no México a partir da Revolução de 1910 e, principalmente, as profundas transformações pelas quais o país vinha passando (BAGGIO, 1998, p. 125).

Enfim, os principais elementos presentes nos escritos de Bomfim podem ser elencados como: valorização das ciências e crítica à manipulação do conhecimento científico com a finalidade de explorar os povos “menos desenvolvidos”; valorização da educação e do patriotismo brasileiro; crítica ao imperialismo assim como às ideias totalitárias dos socialistas; e valorização do povo, considerado como o único elemento capaz de provocar mudanças substanciais na vida das sociedades latino-americanas, uma vez que, para ele, os Estados estavam mais preocupados com a manutenção do *status quo* do que com melhorar as condições de vida destas populações.

Para concluir este capítulo se deseja ponderar que esta dissertação buscou demonstrar ao público leitor as rupturas e as constâncias ideológicas no pensamento de José Ingenieros e Manoel Bomfim. Como a proposta desta primeira parte da pesquisa era traçar um perfil intelectual de ambos os pensadores, se buscou elencar os principais elementos que compuseram os seus repertórios intelectuais. Feito este trabalho panorâmico de evidenciar o perfil ideológico do ítalo-argentino e do brasileiro, se deseja nos próximos capítulos fazer uma análise sistematizada e aprofundada a respeito de como eles pensaram sobre o “povo ideal” de seus respectivos países levando em consideração o critério racial.

CAPÍTULO 2: AS “CONCEPÇÕES DE MUNDO” DO INÍCIO DO SÉCULO XX

O segundo capítulo desta dissertação é um capítulo de transição, pois ele tem como proposta apresentar ao leitor algumas ideias que complementam as informações contidas na primeira parte deste trabalho e, também, apresentar ao público alguns conceitos e concepções de mundo sobre a questão da raça a fim de prepará-lo para as questões que serão discutidas na parte final desta pesquisa.

2. 1 CIENTIFICISMO E SOCIOLOGIA

Segundo Haack (2012), no século XIX a palavra *Ciência* referia-se a qualquer corpo sistematizado de conhecimento, independentemente de qual fosse o objeto de estudo. Neste período, o termo *cientificismo* era neutro e significava “o hábito e modo de expressão de um homem de ciência” (HAACK, 2012, p. 5). Todavia, em meados do século XX este termo ganhou uma conotação negativa e passou a ser visto como uma “aberração” da Ciência, uma vez que o cientificismo fazia uma deferência às Ciências de modo inapropriado e exagerado, procurando nelas por respostas e perguntas que iam muito além do seu escopo. Ou seja, o cientificismo passou a ser concebido como uma superestimação do valor da Ciência, que se recusava em admitir que ela, assim como todos os empreendimentos humanos, era falível, limitada e imperfeita.

Pode-se afirmar que Ingenieros e Bomfim foram pensadores cientificistas, uma vez que recorriam ao prestígio das ciências para dar legitimidade às suas argumentações. É importante ponderar que eles tiveram este tipo de postura em um contexto em que “cultuar” a Ciência não era uma atitude mal vista, pelo contrário, era uma “moda intelectual”. Pois bem, as discussões historiográficas sobre a influência das Ciências Biológicas no pensamento de José Ingenieros ainda são relativamente escassas. Neste sentido, uma das propostas desta pesquisa é

identificar os elementos derivados das Ciências Naturais presentes no pensamento do intelectual.

Aliado aos princípios do Positivismo, o pensamento de Ingenieros era marcado pela presença de “ideias científicas” que eram representadas pelas teorias do Biologismo, do Evolucionismo, da Psicologia e da Sociologia. Desta maneira, o intelectual mesclou o Positivismo com os conhecimentos das Ciências Naturais para criar uma explicação sobre a “evolução” da sociedade argentina. Além disto, Terán demonstra que o discurso do ítalo-argentino adicionou concepções do marxismo às suas ideias de cunho evolucionista e positivista, assim:

El discurso de Ingenieros se ve claramente colmado por categorías que se reclaman de una “sociología científica” encuadrada ahora sí con coherencia dentro de las matrices del positivismo evolucionista. Mas en su caso resultará explícita además la influencia del marxismo, y al cruzar esta doctrina con las categorías spencerianas, generará un resultado sincrético al que demoninará *bioeconomicismo* (TERÁN, 2008, p. 290).

O *bioeconomicismo* no pensamento ingenieriano era o fruto do encontro de teorias do Evolucionismo e da Seleção Natural com a leitura do marxismo feita por Ingenieros. Desta maneira:

El determinismo biológico, al ingresar en el mundo humano se transforma en economicismo ya que factor económico crea un ambiente artificial que modifica las condiciones de la lucha por la vida. La necesidad de vivir y reproducirse es el móvil de la actividad de los grupos sociales y determina su evolución económica: la economía política es una aplicación a la especie humana de las leyes biológicas fundamentales que rigen la lucha por la vida (VARELA, 2011, p. 2).

Também Grejo defende que a atividade econômica não era interpretada por Ingenieros como contrária à evolução biológica, mas sim “como a aplicação da sociologia biológica ao estudo evolutivo das sociedades humanas por atuar como um mecanismo da seleção natural” (GREJO, 2009, p. 53). O intelectual acreditava que os princípios da Economia deveriam ser usados ao lado das ciências para complementar a compreensão da história da humanidade.

Como se pode perceber, os escritos do autor eram caracterizados por uma sobreposição das mais variadas teorias. Ao discorrer sobre suas concepções sobre o Socialismo, a História, a Sociologia, a Economia, o amor ou qualquer outro assunto, elaborava uma reflexão que sempre vinha acompanhada de algum saber derivado das Ciências Biológicas.

Sobre o “estilo cientificista” em Manoel Bomfim, Sussekind e Ventura afirmam que o sergipano denunciou a suposta neutralidade dos discursos das ciências da sua época sem conseguir, no entanto, se afastar do paradigma científico que ele mesmo criticava. O intelectual explorou as contradições do discurso científico e ideológico da sua contemporaneidade, mas seus escritos não demonstraram a pretensão de romper com o biologismo. Neste sentido, o seu trabalho “é antes um discurso crítico que explora as contradições do discurso dominante” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 16). Apesar de Bomfim criticar o modo como os conhecimentos das ciências estavam sendo “manipulados”, sua produção não tentou inaugurar um novo horizonte de linguagem e seu texto era repleto de metáforas biológicas. Isto significa que o sergipano não superou a “linguagem científica” criticada, mas trabalhou servindo-se das mesmas categorias utilizadas pelos “homens de ciência” da sua época. Todavia, ele reverteu o emprego destas categorias, e “sua obra apoia-se nas categorias comuns a essa ciência, deslocando-as, porém, do emprego homológico para uma utilização metafórica” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 16). Neste sentido, Sussekind e Ventura esclarecem que:

Não é pelo rigor teórico que se diferencia a produção de Bomfim da dos seus contemporâneos, mas pela perspectiva crítica que assume. A diferença entre seu texto e a produção da virada do século não se dá a partir da adoção de maior rigor ou cientificidade. O texto de Bomfim se inscreve no panorama intelectual que lhe é contemporâneo como contradiscurso, discurso crítico que se elabora no interior do próprio discurso ideológico dominante, como o seu “negativo”, a sua “contradição” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 14-15).

Bomfim criticou o biologismo usando a mesma rede metafórica dos seus contemporâneos. Ele construiu novas hipóteses ligadas ao Histórico e ao Econômico sem fazer uma rejeição ao biologismo. Sobre a linguagem biologizante presente nas obras do autor, Sussekind e Ventura argumentam que:

Esboçando um molde interpretativo ligado a um novo domínio, fala com uma linguagem em vias de superação. Um texto que, norteadado pela crítica constante às linguagens científicas e as ideologias vigentes, não chega, entretanto, a romper com os horizontes impostos por estas mesmas linguagens. É nesse solo ambíguo que se enuncia o texto de Bomfim. Metafórico, sentimental, sem a requerida objetividade, numa intelectualidade fascinada pelo cientificismo. Texto onde se mistura ciência e paixão (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 26).

Sussekind e Ventura também defendem que, ao longo dos anos, houve uma radicalização das perspectivas político-ideológicas do pensamento de Bomfim, pois em *América Latina: males de origem* ele defendeu um ideal liberal-republicano; mas já em *O Brasil Nação*, advogou em favor de mudanças sociais por intermédio da via revolucionária. Contudo, ele nunca abandonou a utilização de metáforas biológicas. Pelo contrário, a patologização do seu discurso se manteve de forma intensa. Isto é, o intelectual continuou explicando o social pela via do biologismo, e quanto mais Bomfim ficava desiludido com a República brasileira, maior era o alastramento de metáforas que se referiam à “doença” que “invadia o corpo da nação”. Neste sentido, o sergipano não criou um novo aparato conceitual, e, “em Bomfim, a metáfora não se abre para uma nova linguagem científica e conceitual. Constrói suas cadeias metafóricas ainda com base no biológico” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 53). Isto significa que ele não conseguiu se desvencilhar da rede metafórica biologizante que ele criticava para criar um solo teórico diferente.

Incapaz de se manter no paradigma científico que lhe apresentava como possível e sem dispor de um novo aparato conceitual, surge o que podemos denominar lusco-fusco da metáfora. Bomfim aponta a superação do organológico e de seu horizonte teórico, descortinando, contudo, este horizonte outro no interior de um sistema metafórico vinculado àquilo que pretende abandonar. A crítica e o recentramento da metáfora biológica chega a principiar a fragmentação do que rejeita. Nesta fragmentação, a metáfora biológica constitui condição de afloramento de outro horizonte teórico. Horizonte desprovido de linguagem, pela ausência de um sistema metafórico-conceitual que efetue a ruptura com o biológico. (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 53-54).

Nesta perspectiva, a crítica de Bomfim foi formulada dentro do interior de uma linguagem “velha” - a biologizante - e não se propôs a utilizar um “novo” aparato conceitual. Assim, ele “move-se, pela crítica, entre uma linguagem “velha” e uma

ideologia “nova”, terreno ambíguo que trava uma possível eficácia do seu texto enquanto práxis” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 56). Foi justamente este fator que provocou uma grande dificuldade da recepção das obras de Bomfim, pois, na sua época, suas ideias não foram bem aceitas por suas rupturas ideológicas e, posteriormente, seus textos tiveram dificuldade de recepção pelo uso extensivo de uma rede metafórica biologizante tida como superada.

Feitas estas considerações, pode-se afirmar que os escritos de Ingenieros e Bomfim apresentavam uma nítida valorização das ciências. Ambos relacionaram as teorias derivadas das Ciências Biológicas aos estudos que visavam refletir sobre a questão da sociabilidade humana, abarcando os relacionamentos, sentimentos, modos de ser e de agir dos seres humanos. Neste sentido, a Sociologia era vista pelos dois intelectuais como uma ciência que analisava a vida das “sociedades humanas”.

No caso de Ingenieros, pode-se afirmar que ele definiu a Sociologia como uma Ciência Natural que estudava a evolução da espécie humana e dos “grupos” que a compunham. A evolução dos seres humanos se daria por uma contínua variação da espécie sob a influência do meio. O intelectual também alegou que as “sociedades humanas” poderiam ser estudadas utilizando o mesmo critério que os naturalistas aplicavam ao estudo das demais espécies do reino vegetal e animal, pois:

Numerosas especies viven en grupos o colonias, no siendo imposible que los “hominidios” viveran de esa manera antes de transformarse en “hombres”, lo que excluiría todo hipotético contrato social. Las razas, naciones, tribus y todos los agregados humanos, son colonias animales organizadas de acuerdo con las condiciones de subsistencia propias de la especie; su evolución en la superficie de la tierra es un hecho tan natural como la evolución de una colonia microbiana en medio propicio a su cultivo (INGENIEROS, 1961, p. 15, v. 6).

Para Ingenieros, a espécie humana, como todos os outros seres vivos da Terra, estava submetida às leis biológicas. Porém, por ser capaz de viver em “agregados sociais”, também estava submetida às leis sociológicas. Ao pensar nas “sociedades humanas”, chegou à conclusão de que elas eram um corpo organizado de indivíduos que, de acordo com as circunstâncias do tempo e da *luta pela vida*

com os outros “grupos sociais”, desenvolveram uma homogeneidade de crenças e de interesses. Ao longo das gerações os “grupos sociais” foram desenvolvendo instituições, cerimônias religiosas, mitos e costumes ao ponto de tornarem-se bastante diferenciados entre si. Neste sentido, o papel do sociólogo seria pensar na mentalidade e nas experiências das “diferentes sociedades humanas” ao longo da sua evolução biológica no planeta.

Bomfim, por seu turno, acreditava que a Sociologia era uma ciência que estudava as leis biológicas e as leis sociais às quais as sociedades estavam submetidas. Todavia, defendia que era um erro utilizar os estudos da Sociologia para assimilar em tudo e para tudo as sociedades humanas aos organismos biológicos. Para ele, os “grupos sociais” eram regidos por leis biológicas porque eram organismos vivos e estavam sujeitos às leis que regem a vida e a evolução dos seres vivos no planeta. Porém, também eram orientados por leis sociais porque eram organismos mais complexos do que todos os outros organismos biológicos. Assim, para estudar um “grupo social” era necessário analisar as condições do meio e do tempo em que ele se desenvolveu para compreender por que ele se encontrava naquele estado atual. Pode-se explicitar a sua concepção sobre Sociologia a partir do trecho abaixo:

As sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas. Deste consenso unânime vem – exatamente o considerar-se a Sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame. Nenhum homem verdadeiramente pensante desconhece, hoje, esta noção elementar em ciência social: as sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica (BOMFIM, 2008, p. 17).

Nesta perspectiva, o sociólogo deveria, segundo Bomfim, se preocupar em analisar o passado das sociedades, estudando as suas tradições e as condições sociais e políticas nas quais elas se desenvolveram para poder compreender a sua “evolução” ao longo do tempo.

2.2 DARWINISMO E DARWINISMO-SOCIAL

A origem das espécies, de Charles Darwin, foi publicada em 1859 e, mesmo encontrando oposição por parte de alguns setores religiosos, logo se expandiu e começou a ser aceita como uma hipótese válida para explicar a origem da diversidade biológica, incluindo a origem do homem. O darwinismo era compreendido, *grosso modo*, como a Teoria da Evolução causada pela Seleção Natural.

É importante para esta pesquisa discorrer sucintamente a respeito de como Darwin concebeu o conceito de *Luta pela vida*, pois este termo foi amplamente utilizado para os mais variados propósitos ideológicos e políticos pelos homens dos fins do século XIX e da primeira metade do século XX, incluindo José Ingenieros e Manoel Bomfim.

Darwin afirmou que o termo *Luta pela vida* estava relacionado ao esforço dos seres orgânicos em se multiplicar e deixar descendentes. Para ele, todos os seres vivos estavam em constante luta pela sobrevivência e expostos à destruição, pois as variedades mais fracas diminuía e acabavam se extinguindo, ao passo que os seres mais sadios e vigorosos sobreviviam a esta luta, conseguindo perpetuar a sua espécie. As espécies lutavam contra o meio quando, por exemplo, “uma planta, à beira de um deserto, luta pela sobrevivência contra a falta de água, embora fosse mais correto dizer que a sua sobrevivência depende da umidade” (DARWIN, 2004, p. 77). Assim, Darwin explicou que as variações climáticas atuavam sobre a quantidade de nutrição dos seres vivos, acirrando cada vez mais a luta pela vida entre os indivíduos da mesma espécie ou de espécies distintas. Na visão do naturalista, os animais ou plantas da mesma espécie, ou de espécies diferentes, lutavam entre si quando, por exemplo, “dois animais carnívoros, em tempos de fome, lutam um contra o outro em busca de alimentos necessários para sua sobrevivência” (DARWIN, 2004, p. 77). Desta maneira:

A luta é muito mais encarniçada entre os indivíduos pertencentes à mesma espécie, os quais, com efeito, frequentam as mesmas regiões, procuram o mesmo alimento, e vêem-se expostos aos mesmos perigos. A luta é quase sempre encarniçada quando se trata de variedades da mesma espécie (DARWIN, 2004, p. 88).

Inspirados no conceito darwiniano de *Luta pela vida*, José Ingenieros e Manoel Bomfim defenderam que a espécie humana seria mais beneficiada se o antagonismo entre os homens e as nações cede-se lugar ao altruísmo e à solidariedade. Por esta razão os dois intelectuais discorreram duras críticas contra a escola sociológica do darwinismo-social que pensava a luta pela existência como conflito permanente dos seres humanos entre si. Mas antes de discorrer sobre as ideias do ítalo-argentino e do brasileiro, é importante fazer uma breve discussão sobre os princípios do darwinismo-social.

O darwinismo-social interpretava os fenômenos sociais a partir do uso de categorias biológicas, aludindo principalmente aos princípios da teoria darwiniana de *seleção natural, luta pela vida e sobrevivência do mais apto*. Contudo, é importante frisar que o darwinismo-social utilizava elementos de diversas teorias evolucionistas, não só a darwiniana, recorrendo também aos estudos de Mendel e Lamark.

Havia uma dificuldade, no começo do século XX, de estabelecer os limites do darwinismo. Isto revela que existia uma tensão entre os indivíduos que o viam como uma revolução científica e os homens que o enxergavam como um movimento social com um sistema conceitual histórico. Todavia, Sierra (2005) defende que não se deve tomar como ponto de partida uma oposição rígida entre darwinismo - entendido como ciência - e darwinismo-social - compreendido como ideologia.

Para Sierra, o próprio termo *darwinismo-social* é desafortunado porque houve uma pluralidade de leituras da obra darwiniana, tornando impossível definir o darwinismo-social como um bloco ideológico conciso e estável ao longo do tempo.

Ahora bien, a pesar de todas estas dificultades, se pueden establecer algunas líneas básicas, destinadas a aclarar algo, el confuso panorama de ese conglomerado llamado darwinismo social. En primer lugar, se debería abandonar la pretensión de intentar definir el darwinismo social como un bloque, con una estructura conceptual y, sobre todo, unos fines ideológicos estables. Por lo contrario, la obra de Darwin fue sometida, desde 1880 a 1914, a interpretaciones sociopolíticas plurales, e incluso, abiertamente contradictorias entre sí (SIERRA, 2005, p. 47).

Esta explicação de Sierra sobre a não concisão ideológica dos indivíduos taxados de darwinista-sociais é muito importante para compreender José Ingenieros,

pois ele foi um crítico do social-darwinismo, mas recorreu aos princípios darwinianos de *luta pela vida e sobrevivência do mais apto* para justificar a exclusão dos elementos considerados inferiores na Argentina. Esta “estranha situação” pode ser explicada justamente pela não estabilidade de valores e doutrinas deste conglomerado chamando de darwinismo-social.

Também, Sierra defende que o esforço de mostrar uma imagem neutra de Darwin do ponto de vista científico-político é uma atitude problemática, uma vez que a obra darwiniana também estava contaminada por elementos ideológicos. É claro que esta questão de forma alguma é um problema, pois Darwin não estava alienado das demais discussões feitas pelos seus contemporâneos, pelo contrário, seus escritos também se inseriram nos debates que eram considerados relevantes para os indivíduos daquela época. Assim, não cabe ao historiador determinar *a priori* quais seriam os limites entre a atividade científica e a ideologia, uma vez que seria uma divisão artificiosa querer distinguir as obras de Darwin em uma científica (*A origem das espécies*,¹⁸ publicada em 1859) e uma ideológica (*A descendência do homem e seleção sexual*, publicada em 1871).

Na obra com o título original *The descent of man and selection in relation to sex*, Darwin explicou a origem dos seres humanos “*desde la perspectiva histórica definida por su teoría de la descendencia con modificación y la supervivencia del más apto en lucha por la existencia*” (WOLOWELSKY, 2005, p. 59) e, neste trabalho, segundo Wolowelsky (2005), além de conter os princípios da sua teoria da Seleção Natural, também havia a apologia ao matrimônio; a justificação da propriedade privada; a valorização de mitos da expansão colonial; argumentos que legitimavam a noção da inferioridade das mulheres e uma reafirmação dos valores do liberalismo britânico. Assim:

Su pretensión de crear una suerte de cortocircuito entre la obra darwiniana y el llamado darwinismo social, encuentra un poderoso obstáculo, y éste es *La descendencia del hombre*, donde los tradicionales argumentos a favor de la expansión colonial y de la inferioridad de las mujeres reciben una nada dudosa legitimación. (SIERRA, 2005, p. 39).

¹⁸ Obra em que existe, segundo Sierra, uma tensão entre uma linguagem saturada de referências à Providência com a teoria da Seleção Natural.

Em *The descent of man*, Charles Darwin demonstrou que compartilhava de muitos valores semelhantes aos de seus contemporâneos. Observe as palavras do naturalista:

El mejoramiento del bienestar de la humanidad es un problema de los más intrincados. Todos los que no puedan evitar una abyecta pobreza a sus hijos deberían abstenerse del matrimonio porque la pobreza es no tan sólo un gran mal, sino que tiende a aumentarse, conduciendo a la indiferencia en el matrimonio. Por otra parte, como ha observado Galton,¹⁹ si las personas prudentes evitan el matrimonio, mientras que las negligentes se casan, los individuos inferiores de la sociedad tienden a suplantarse a los individuos superiores. El hombre, como cualquier otro animal, há llegado, sin duda alguna, a su condición elevada actual mediante 'la lucha por la existencia', consiguiente a su rápida multiplicación: y se há de avanzar aún más, puede temerse que deberá seguir sujeto a una lucha rigurosa. De otra manera caería en la indolencia, y los mejor dotados no alcanzarían mayores triunfos en la lucha por la existencia de los más desprovistos (DARWIN, 1972, p. 515).

Pode-se perceber, a partir destas palavras, que o pensamento de Darwin não voltava suas atenções apenas para a origem da diversidade biológica, mas também fazia especulações sobre o futuro genético da humanidade e tentava explicar *“diferentes cuestiones referidas al comportamiento social de los seres humanos pudiendo, por lo tanto, ser considerado como un buen fundamento para determinados programas sociopolíticos”* (WOLOWESKY, 2005, p. 59). Mas enfim, o motivo desta pesquisa ter se preocupado em fazer uma sucinta reflexão sobre a questão do darwinismo e do darwinismo-social se deu porque Ingenieros e Bomfim se apropriaram muito do discurso darwiniano que, sem dúvida, foi um grande alicerce teórico nos escritos dos dois intelectuais. Nesta perspectiva, demonstrar-se-á abaixo como eles interpretaram o pensamento de Darwin e como se posicionaram em relação à escola sociológica denominada de darwinismo-social.

¹⁹ Francis Galton era primo de Darwin e foi um dos principais responsáveis pela popularização das ideias eugênicas. Ele definiu a eugenia como “boa origem”, que seria a ciência do cultivo da raça, defendendo que, com controle social, seria possível melhorar a qualidade racial das futuras gerações tanto fisicamente quanto intelectualmente.

Na obra *A simulação na luta pela vida*,²⁰ Ingenieros demonstrou ser um ávido apoiador da teoria da *Seleção Natural* e um grande admirador de Darwin. Neste trabalho, o autor expôs a crença de que todos os seres vivos competiam pela vida, inclusive as “sociedades humanas”, que lutavam para se conservar ou morrer. Logo, “a luta pela existência nas sociedades humanas é um fato incontestado, manifestando-se com caracteres semelhantes aos que reveste o mundo biológico” (INGENIEROS, s/d, p. 27). Segundo o intelectual, a luta pela vida e a seleção dos melhores adaptados era um fato inegável na evolução do mundo biológico. Porém, no processo de evolução do “mundo social”, estes princípios ganharam uma nova carga de complexidade, pois a capacidade dos seres humanos de produzir meios de subsistência determinava “a formação de um ambiente artificial (econômico) dentro de um ambiente natural (cósmico), modificando sensivelmente as condições de luta pela vida entre os homens” (INGENIEROS, s/d, p. 203).

O ítalo-argentino acreditava que era necessário combater os “exagerados” seguidores de Darwin por suas errôneas interpretações, uma vez que “os discípulos do naturalista inglês, falseando ou exagerando os seus ensinamentos, não vacilaram em transportar a lei de *luta pela vida* do terreno biológico para o da sociologia” (INGENIEROS, s/d, p. 206). Assim, ele afirmava que o darwinismo-social tinha um caráter de sectarismo científico e era passível de sofrer as mais severas críticas enquanto doutrina. A escola sociológica do darwinismo-social era vista por Ingenieros como incapaz de compreender que o fenômeno biológico “entra na determinação do fenômeno social, mas não o constitui completamente, porque este é mais complexo” (INGENIEROS, s/d, p. 203). Assim, Ingenieros era contrário à ideia de se transportar a lei da *luta pela vida* do terreno biológico para o sociológico, alegando que tal adulteração da teoria evolucionista de Darwin não era feita pelos naturalistas, mas sim por gente não qualificada no assunto como os historiadores, os economistas, os filósofos etc.

Também, não concordava com o pensamento dos darwinista-sociais que defendiam que a luta pela existência era a lei superior da evolução da espécie

²⁰ Este livro originalmente era a introdução da sua tese de doutorado intitulada *La simulación de la locura* que foi eleita pela Academia de Medicina a melhor obra científica argentina. Tal trabalho foi apresentado à Faculdade de Medicina de Buenos Aires no ano de 1900.

humana e que o progresso da espécie “viria a ser o resultado do conflito permanente em que vivem os indivíduos entre si, os indivíduos e os agregados sociais, os agregados entre eles” (INGENIEROS, s/d, p. 204). Ao contrário, Ingenieros defendia que estas ideias não correspondiam à realidade, visto que o princípio do antagonismo da espécie humana estava cedendo lugar ao princípio da solidariedade social, que se fundamentava na utilidade da associação na *luta pela vida*.

Na espécie humana a associação para a luta, com sua correspondente solidariedade social, atinge um desenvolvimento ainda mais importante, modificando as manifestações de luta pela vida. Os dados da biologia perdem parte do seu valor quando aplicados aos fenômenos sociais; e embora aceitando considerar a sociedade como um organismo – mais por comodidade do que analogia rigorosa – deveriam evitar-se alguns erros difundidos pelos partidários do “darwinismo social” (INGENIEROS, s/d, p. 206).

Ingenieros acreditava que a “luta” entre os indivíduos da espécie humana estava se atenuando na proporção em que os homens passaram a viver em sociedades mais complexas e civilizadas. O altruísmo era visto por ele como a forma mais perfeita de associação na *luta pela vida*, porque vivendo em comunidade o homem era mais forte do que vivendo isoladamente. Então, nas “sociedades humanas”, o princípio de luta pela existência estava se atenuando de maneira progressiva, desenvolvendo-se entre os homens o princípio da *associação*, que estava diretamente relacionado à solidariedade social. Este fenômeno foi produzido na organização social humana porque, psiquicamente, desenvolveu-se um sentimento altruísta que, “na evolução mental da humanidade, tende a estender a solidariedade do indivíduo à família, desta à tribo, daqui à raça ou nação, e desta à humanidade” (INGENIEROS, s/d, p. 167).

A evolução altruísta dos sentimentos dos humanos iniciava-se quando os indivíduos entravam em contato com a dor do outro. Contudo, os débeis e os “inferiores” eram sempre desprezados, mas o mesmo não se aplicava para com os indivíduos enfermos, pois mesmo em estado de barbárie já se encontrava na selvagem o sentimento de piedade, e esta compaixão era inerente ao homem. Para Ingenieros, a empatia para com os enfermos exprimia uma nova forma evolutiva do utilitarismo individual, pois: “a máxima galiléia ‘faze aos outros o que desejarias que a ti te fizessem’ é altamente utilitária” (INGENIEROS, s/d, p. 169). Isto porque, embora

a solidariedade para com o outro atenua a *luta pela vida*, não esta em contradição com ela, uma vez que a reciprocidade era a melhor forma de associação na luta pela existência. Assim, o altruísmo era visto como imensamente vantajoso para os indivíduos, pois “o altruísmo, longe de ser antagonista do individualismo, é sua forma superior e mais socializada” (INGENIEROS, s/d, p. 169).

Por seu turno, Bomfim criticava os intelectuais que invocavam os princípios da teoria evolucionista de Darwin de *luta pela vida* e *sobrevivência do mais apto* para justificar a dominação de certos povos sob outros.

Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da Seleção Natural se aplicava à espécie humana, como dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida, mas esta expressão “luta” não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta (BOMFIM, 2008, p. 197).

O sergipano citou a obra *A descendência do homem e seleção sexual* para explicar que Darwin acreditava que, na evolução da espécie humana, a “luta” era substituída pelo desenvolvimento dos sentimentos altruístas e a solidariedade entre os homens. Segundo Bomfim, o naturalista pensava na “solidarização de todos os povos, combatendo assim, tudo que possa opor à harmonia e unificação da espécie humana” (BOMFIM, 2008, p. 197). Assim, as sociedades deveriam cuidar de seus idosos, enfermos e inválidos para que o progresso social se fizesse a partir do desenvolvimento dos sentimentos altruísticos. Também, a crítica de Bomfim contra o darwinismo-social pode ser expressa nesta passagem:

Extraordinários, estes moralistas e sociólogos que esperam melhorar, aperfeiçoar o homem, fazendo-o voltar justamente à primitiva condição animal!... Se o homem conserva ainda estes instintos, que trouxe do seio das florestas, o empenho deve ser para eliminá-los. É pelo esforço na luta, não há dúvida, que o homem progride, mas a luta é contra a natureza, e, nesta luta, só a união dos esforços garante a vitória. O papel do homem, na civilização, é conquistar esta mesma natureza, impor-se a ela, e dar à evolução a marcha que lhe parecer melhor para a conquista de um ideal; e não o entregar-se às brutalidades da fera, para qual o futuro não tem significação; e não entregar-se a essas brutalidades sob a alegação

de que elas são naturais nos outros animais. Demais, a verdade é que, mesmo entre os animais, não são os mais fortes os que sobrevivem e triunfam, e sim os mais inteligentes, e sobretudo os que, mesmo fracos, se achegam uns para os outros, amparando-se num mútuo apoio. – Os mamutes e os mastodontes extinguiram-se, e as formigas multiplicaram-se. Nem sempre a força é garantia da sobrevivência e do triunfo; perseguidos são os ratos e os leões, estes desaparecem, aqueles enxameiam... Só não sabem disto esses que só se voltam para a natureza, querendo achar nela justificativas para a sua própria crueldade (BOMFIM, 2008, p. 203).

O sergipano defendia que era uma deturpação grosseira da teoria de Darwin querer assimilar os conflitos dos animais aos conflitos dos seres humanos. Para ele, o progresso e o aperfeiçoamento da humanidade não se daria por meio da luta entre os homens - que só servia para avigorar os sentimentos egoísticos e criar obstáculos à justiça e à fraternidade - mas por meio da solidariedade entre eles.

Como se pode perceber, Ingenieros e Bomfim nutriam muitas ideias em comum. Os dois estavam irresistivelmente seduzidos pelos novos conhecimentos produzidos pelas ciências. Voltaram-se para a Sociologia para pensar a História e a evolução biológica da espécie humana. Eram fascinados pelas obras de Darwin e denunciaram aqueles que “corromperam” o pensamento do naturalista inglês. Feitas estas considerações, este capítulo pretende apresentar a seguir alguns conceitos relevantes que ajudarão o leitor a ter uma melhor compreensão das questões que serão discutidas no capítulo final desta pesquisa e, também, demonstrar o posicionamento dos intérpretes que já se aventuraram em analisar o pensamento de Ingenieros e de Bomfim.

2.3 CONCEITOS IMPORTANTES

Seguirão abaixo alguns conceitos que são fundamentais para preparar o leitor para as questões que serão abordadas no capítulo três desta pesquisa. É válido ressaltar que conceituar termos como raça, mestiçagem, povo e nação é uma tarefa relativamente complicada, pois estas palavras são muito ambíguas e foram se

modificando ao longo do tempo. Contudo, intenciona-se discuti-las a partir de uma definição que seja pertinente aos propósitos deste trabalho.

2.3.1 Raça, mestiçagem e racismo

Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2006) afirmam que a compreensão do termo *raça* foi se modificando ao longo do tempo. Por volta do século XVII, *raça* significava pertencer a uma linhagem e praticamente não existia a associação do termo *raça* com a ideia de inferioridade racial. No século XVIII o *racismo* não era compreendido como racismo, pois “enquanto o racismo é o estudo das diferentes raças humanas, o racismo é a aplicação prática dessas teorias, que acredita em raças superiores e cria mecanismos sociais e políticos para reprimir as raças consideradas inferiores” (SILVA; VANDERLEI, 2006, p. 347). Ainda no século XVIII, os iluministas queriam encontrar um sistema de valores universal, que pudesse ser aplicado a todas as raças. Assim:

O racismo, com os iluministas, definia *raça* como um grupo humano cujos membros possuíam características físicas comuns [...]. Assim, a distinção do mundo em raças correspondia à divisão do mundo em culturas, e o comportamento do indivíduo era definido pelo grupo racial ao qual ele pertencia (SILVA; VANDERLEI 2006, p. 346).

Foi a partir do século das luzes que surgiram as tradições de pensamento que influenciaram a “definição de *raça* como um sistema de classificação humana. Entre essas tradições estava a História Natural, que daria origem, no século XIX, à Antropologia Física, ciência responsável pelas teorias racialistas” (SILVA; VANDERLEI, 2006, p. 346).

Nos meados do século XIX, o conceito de *raça* migrou das Ciências Naturais para as Ciências Humanas e passou a dizer respeito a um conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano. De acordo com Lilia Schwarcz (1993), neste período o termo *raça* começou a ser interpretado como uma “ideia da existência de heranças físicas permanentes entre vários grupos humanos”

(SCHWARCZ, 1993, p. 47). Passou-se, então, a estabelecer rígidas correlações entre patrimônio genético, inclinações morais e aptidões intelectuais.

Schwarcz acredita que o discurso racial do século XIX foi uma reação contra os pressupostos do iluminismo que defendiam uma visão unitária e igualitária da humanidade e, também, foi um desdobramento dos debates sobre cidadania, pois a ideia de *raça* estava cada vez mais próxima da noção de povo neste contexto. Nesta fase, surgiu o embate entre duas vertentes que buscavam pensar na origem do homem. De um lado estavam os monogenistas, cujas ideias se assentavam nos pressupostos da Bíblia para afirmar que a humanidade era una. “O homem, segundo esta versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto da maior degeneração ou perfeição do Éden” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Por outro lado, houve o fortalecimento da versão Poligenista, que partia do pressuposto que existiam vários “centros de criação” que corresponderiam às diferenças raciais observadas. Logo, defendiam que as “diferentes raças” humanas constituíram “espécies diversas”. Foi apenas com a publicação da obra *A origem das espécies*, de Darwin, que os monogenistas e os poligenistas começaram a chegar a um consenso:

De um lado, monogenistas como Quatrefage e Agassiz, satisfeitos com o suposto evolucionista da origem una da humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos, em função dos seus diferentes níveis mentais e morais. De outro, porém, cientistas poligenistas, ao mesmo tempo em que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. A novidade estava, desta forma, não só no fato das duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de *raça* uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Também, tão importante quanto apresentar ao leitor o conceito de *raça*, é demonstrar uma definição do termo *mestiçagem*, uma vez que o capítulo três deste trabalho faz uma análise de como Ingenieros e Bomfim se posicionaram em relação ao processo de mestiçagem que ocorreu em seus respectivos países.

Pois bem, o conceito de mestiçagem é bastante ambíguo. Kabengele Munanga (1999) conceitua este termo como uma generalidade de todos os casos de

cruzamento ou miscigenação entre populações²¹ “biologicamente diferentes”. Contudo, ele pondera que a mestiçagem não pode ser pensada apenas como um fenômeno biológico inerente à história evolutiva dos seres humanos, uma vez que este termo carrega consigo uma série de implicações sociais, político-ideológicas, psicológicas, econômicas etc. Assim, o autor definiu a mestiçagem do ponto de vista populacionista e raciologista. A primeira concebe a mestiçagem como uma troca ou fluxo de genes entre populações “contrastadas biologicamente”. A segunda se baseia na divisão da espécie humana em “grandes raças” – branca, negra, amarela e vermelha - e pensa de forma simultânea sobre a hibridez do patrimônio genético dos indivíduos derivados desta mistura e sobre os processos de transculturação entre grupos étnicos cujos membros estão envolvidos no processo de mestiçagem. Como se pode perceber, a abordagem raciologista tem muito mais implicações ideológicas do que a abordagem populacionista da mestiçagem. Sobre esta questão se pode esclarecer que:

A mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originariamente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias. A noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia (MUNANGA, 1999, p. 18).

Munanga também afirma que, entre o final do século XIX e o começo do século XX, a intelectualidade ocidental pensava a questão da mistura das raças sobre dois prismas diferenciados: ou afirmava que os “seres híbridos” tendiam a desaparecer em virtude do decréscimo das suas capacidades físicas e mentais; ou acreditava que as “raças híbridas” eram as mais vigorosas, pois a infusão de sangue novo aumentava a vitalidade do grupo.²²

²¹ Munanga afirma que se pode entender o termo populações como um conjunto de indivíduos que se reproduzem entre si.

²² O debate sobre a questão da mestiçagem é muito antigo. No século XVIII, os iluministas já demonstravam preocupação em relação a este assunto. Buffon tinha uma visão positiva da mestiçagem e acreditava na unidade da espécie humana, elegendo fatores culturais e climáticos para explicar a variabilidade humana. Seu pensamento fazia frente aos argumentos de Voltaire que considerava a mestiçagem entre “raças diferentes” como uma anomalia bestial. Buffon e Diderot viam a fecundidade dos “seres híbridos” como uma manifestação do poder do Criador. Kant, por sua vez,

Eliane Sá (2000), por seu turno, alega que boa parte dos Estados latino-americanos buscaram refúgio na construção de uma utopia de unidade étnico-cultural em um contexto que se buscava construir nacionalidades homogêneas. Para ela, a questão étnica é um elemento importante nas representações simbólicas construídas pelas sociedades latino-americanas e “os mestiços constituem elementos da identidade dessas sociedades, construídos entre o mito e a utopia” (SÁ, 2000, p. 2). O “mestiço” é uma invenção que surgiu em um quadro de representações e referências produzido no âmbito da sociedade colonial. Ele “ocupa um papel que lhe foi desenhado, inventado como expressão da realização do processo de conquista e colonização na América e perdura nas sociedades pós, neo-coloniais” (SÁ, 2000, p. 3). Também, pode-se afirmar que o elogio ao hibridismo foi uma forma de superar os “biologismos racistas” das primeiras décadas do século XX, incentivando a construção de nações culturalmente assimilacionistas e politicamente integradoras. Todavia, no processo de construção do pensamento mestiço na América Latina houve o eclipse das contribuições consideradas não ocidentais. Isto implica que houve uma discriminação das contribuições das culturas/sociedades consideradas historicamente inferiores, ao passo que, por outro lado, houve uma supervalorização da colaboração etnocêntrica ocidental. Sobre esta questão pode-se destacar que:

O pensamento mestiço admite a (re)interpretação, (re)combinação e constante (re)produção além das fronteiras de sistemas culturais locais, com consequentes inovações, desaparecimentos, novos usos, redimensionamentos, enfim as inúmeras possibilidades decorrentes dos contatos entre sistemas culturais diversos. O que marca este processo, entretanto, é a matriz ocidental que se impõe como “gerenciadora”, decorrente da liderança das sociedades europeias, historicamente imposta. É a partir desta matriz que se forja o conceito de mestiçagem, paralelamente ao que Gruzinski vai denominar o processo de “ocidentalização”, processo de difusão de um projeto experimentado, em princípio através da efetivação da colonização ibérica. Convém observar que a ocidentalização é a criação e construção simbólica do ocidente – cujo centro irradiador inicial seria a Europa (SÁ, 2000, p. 3).

era contra a mistura de raças, pois, acreditava que a mestiçagem não melhorava a espécie humana, ao contrário, estava destinada a estragá-la, gerando produtos bastardos. Para mais informações sobre a mestiçagem na história do pensamento é recomendado que se leia o trabalho *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, de Kabengele Munanga.

Por sua vez, Nicola Mattieucci (2000) alega que o termo *racismo* se refere ao comportamento do indivíduo em relação à raça a qual ele pertence e também se refere ao uso político de resultados aparentemente científicos para legitimar a crença de que existe uma superioridade de uma determinada raça sobre as outras. Para o autor, “o racismo é um fenômeno tão antigo quanto a política, na medida em que é capaz de fortalecer um grupo social contra um inimigo verdadeiro ou suposto” (MATTIEUCCI, 2000, p. 1059). Também, o autor acredita que o racismo foi o resultado do encontro de três correntes de pensamento: O nacionalismo; o estudo científico das raças; e uma atitude mística em política. Mattieucci alega que a ideologia nacionalista do final século XIX e da primeira metade do século XX acreditava que existiam nações superiores às outras. Neste sentido, o imperialismo, que justificava o domínio colonial, deu um imenso impulso à difusão das teorias racistas. Ele discorre sobre a questão do racismo da seguinte maneira:

No final do século XVIII, com o progresso das ciências naturais fomentado pelo iluminismo, começou a tender a classificação das raças humanas, com base no estudo do crânio (frenologia) ou do rosto (fisionomia): daí a uma definição da psicologia das várias raças o passo é muito curto, como é fácil também estabelecer uma hierarquia entre elas, colocando a raça branca em primeiro lugar, a raça negra em último e amarela no meio. O negro seria preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar; por isso é colocado próximo ao reino animal. A raça amarela não teria imaginação, seria materialista, capaz de se realizar apenas no comércio e nos negócios, entregue exclusivamente aos interesses materiais. A raça branca – ou melhor, ariana – possuiria qualidades de que carecem as outras duas: seria uma raça superior, porque as suas qualidades são superiores à sensualidade dos negros e ao materialismo dos amarelos. A parte estas simplificações psicológicas, este estudo do homem natural tem reflexos no racismo devido ao estereótipo que formula, influenciado pelo mito grego: a raça branca é bela. Daí a adjetivação que depois seria dirigida aos negros ou aos judeus: “porco”, “feio”. Este conceito materialista se desenvolve no século XIX, tanto como a teoria da hereditariedade dos biólogos raciais, como a livre interpretação do pensamento de Darwin: seleção natural, que permite a sobrevivência de quem se adapta ao ambiente, se transforma em sobrevivência da raça favorecida por fatores hereditários. Estas teorias científicas dão origem a práticas que depois serão utilizadas pela política racista: a eugenia (ou higiene racial) que há de servir para combater a degeneração racial e para melhorar a qualidade da raça, para a tornar mais pura. No racismo, o perigo da mistura das raças torna-se uma obsessão (MATTIEUCCI, 2000, p. 1060-1061).

Estas teorias raciais que se originaram na Europa tiveram grande repercussão na América Latina entre o final do século XIX e o começo do século XX. Neste sentido, esta pesquisa discorrerá sobre o impacto das ideias eugênicas na Argentina e no Brasil para demonstrar ao leitor o cenário ideológico em que Ingenieros e Bomfim elaboraram as suas obras.

2.3.2 Eugenia

Marisa Miranda (2012) afirma que a eugenia (do grego eu-genes; boa linhagem) se difundiu de maneira quase homogênea no mundo ocidental²³ e

²³ O final do século XIX e o começo do século XX foi um período em que as ideias do social-darwinismo e da eugenia foram bem recebidas por grande parte da intelectualidade latino-americana. Todavia, existiu uma gama de pensadores que questionaram estas concepções de mundo. Manoel Bomfim não foi o único intelectual a criticar o racismo científico e a elaborar discursos de inclusão dos elementos considerados “inferiores” dentro das nações latino-americanas. Outros pensadores também se imbuíram desta tarefa, podendo-se citar, o cubano José Martí que em seu escrito *Mi raza* (1893) defendeu a ideia de que todos os seres humanos eram iguais em sua natureza e que a República de Cuba deveria resolver os problemas acumulados durante quatro séculos de colonialismo, entre eles, a questão da plena igualdade de direitos civis entre as raças. O intelectual peruano, Gonzalez Prada, por sua vez, negou a inferioridade biológica dos índios, defendendo que eles tinham capacidade de se desenvolver e de se equiparar aos povos mais avançados do mundo. Ele também defendia que os índios formavam a base da sociedade peruana, negando a mentalidade racista da época que afirmava que o índio era incapaz de se “civilizar”. A obra em que o intelectual explorou com muita clareza a questão indígena e a questão racial foi *Nuestros indios* (1904) em que ele elegeu o tema do antirracismo como o eixo central da sua análise, defendendo a valorização e a instrução do índio para torná-lo um cidadão capaz de atuar politicamente. Também, Baggio pondera que os primeiros sinais de superação das análises baseadas no social-darwinismo e na eugenia começaram a surgir no começo do século XX e ela fez uma compilação sobre os intelectuais latino-americanos que recusaram os pressupostos racistas deste contexto: “Luís E. Valcárcel, em *Tempestad en los Andes* (1927), proclamou que a verdadeira nacionalidade peruana deveria ser buscada entre os índios: “la sierra es la nacionalidad”. José Carlos Mariátegui, nos anos 20, recusou as interpretações de caráter étnico, cultural ou moral e analisou o problema do índio a partir de pressupostos econômicos, sociais e políticos. No México, Andrés Molina Enríquez, em *Los grandes problemas nacionales* (1909), renegou a superioridade da raça branca e elogiou as aptidões ainda inexploradas do mestiço. José Vasconcelos, um dos mais influentes intelectuais mexicanos da primeira metade deste século, publicou *La raza cósmica* em 1925 e *Indología* em 1926. Fundamentou suas concepções na valorização da “obra espanhola na América” e no elogio da mestiçagem, com a continuação na América Latina de uma “quinta raça”, que seria uma fusão de todos os povos, a raça universal. [...] Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), tal como Vasconcelos, inverteu o sinal da mestiçagem, transformando-a de fator negativo em fator positivo. No Brasil, a partir da obra de Gilberto Freyre, a identidade nacional passou a ser sinônimo de mestiçagem, da mesma forma que no México, a partir da obra de Vasconcelos. O Brasil dos anos 30, com o varguismo e o México dos anos 20, pós-revolucionário, precisavam de novos referenciais teóricos para pensar a nação, superando as perspectivas pessimistas herdeiras do social-darwinismo. A glorificação do mestiço, eleito símbolo da nação em ambos os países, possibilitou essa superação”. (BAGGIO, 1998, p. 40-41).

legitimou estratégias biopolíticas que visavam melhorar a qualidade racial das gerações futuras. A eugenia também se preocupava em classificar, hierarquizar e excluir os indivíduos que fossem prejudiciais a uma possível melhora física e mental da espécie humana.

Os princípios da eugenia e do racismo científico são relativamente semelhantes. A primeira partia do pressuposto que existia uma hierarquia entre as raças e buscava aperfeiçoar a espécie humana mediante à seleção artificial, *“seleccionando los mejores especímenes que demostrasen tener las características más adecuadas para transmitirlos a las generaciones, incentivando la reproducción que tuviera como fin mejorar a los descendientes”* (SANTOS, 2012, p. 82), ao passo que o segundo também propunha uma hierarquia entre as “raças humanas”, em que a “raça branca”, por ser mais “desenvolvida”, deveria governar todas as outras, visto que as “várias raças” humanas estavam em estágios diferentes de evolução e, portanto, as menos capazes deveriam ser subordinadas pelas mais aptas. Assim, “o racismo científico procurava justificar as diferenças sociais através do uso da biologia: as diferenças raciais eram identificadas como responsáveis pelas desigualdades humanas” (BECHELLI, 2009, p. 81).

Ricardo dos Santos (2012) alega que as ideias eugênicas foram bem recebidas nas repúblicas latino-americanas na primeira metade do século XX. O movimento eugênico, na Argentina e no Brasil, contava com redes intelectuais e institucionais bem organizadas na década de 1910, valendo-se de uma dinâmica atividade de publicações de livros, revistas e periódicos para divulgar as propostas de melhoramento nacional, podendo-se citar:

La Sociedad Eugenésica Argentina, La Liga Argentina de Profilaxis Social, Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social, La sociedade eugênica de São Paulo, La Liga Brasileira de Higiene Mental, La Liga Pró-saneamento do Brasil y publicaciones periódicas como La Semana Médica, La Medicina Argentina, Anales de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social, Viva Cien Años y Boletín de Eugenia, que intelectuales como Belisário Penna, Alfredo Fernández Verano, Arturo León López, Victor Delfino y Renato Kehl formularon y defundieron ideas y formaron grupos de presión (SANTOS, 2012, p. 68).

Ainda segundo Santos, a especificidade do pensamento eugênico na América Latina dizia respeito à sua grande preocupação com o controle da população de imigrantes e ex-escravos; com sua inquietação na luta contra enfermidades (principalmente as venéreas); e com a criação de políticas públicas que visassem melhorar as condições de vida das pessoas por intermédio da educação e da higiene. Também, os eugenistas refletiam sobre uma possível adoção de uma “seleção racial” para “embranquecer” a população; sobre a necessidade de fazer exames clínicos para autorizar os matrimônios; e se pensava, ainda, acerca da prática da esterilização das pessoas com genes inadequados, com a finalidade de evitar o nascimento de indivíduos indesejáveis.

Esta preocupação de reformar a “raça” estava associada às tentativas de se criar nações civilizadas e modernas na Ibero-América, pois se culpava os mestiços, os indígenas e os negros pelo fracasso econômico e cultural dos países da América do Sul. Havia ainda uma grande inquietação quanto a real capacidade de progresso social, econômico e político destes países e, para os eugenistas latino-americanos, os desafios de criar nações prósperas e sadias eram enormes, pois:

Para esta facción de intelectuales eugenistas de comienzos del siglo pasado, la explicación de la situación de los países latinos residía en las características naturales del Estado y la sociedad. En ese sentido, los países vivían sus conflictos y crisis políticas debido al clima, al entorno físico y la constitución racial del pueblo. Según estos actores sociales, algunas de estas naciones no tenían el desarrollo social de las europeas porque la ubicación geográfica, las enfermedades, la constitución genética, el calor y la mezcla con razas inferiores habían vuelto a estas extensiones de tierra incapaces de progreso (SANTOS, 2012, p. 88).

Para superar estes “graves problemas”, os eugenistas defendiam a intervenção do Estado para zelar pela saúde física e psíquica dos povos como meio de melhoramento da sociedade.

Gustavo Vallejo e Marisa Miranda (2005) argumentam que o movimento eugênico na Argentina colocou a biologia a serviço da política, legitimando as formas de exclusão social por meio da ciência. Estes estudiosos acreditam que as ideias da eugenia se propagaram no país de maneira tão intensa porque contaram com ostensivo apoio das elites dirigentes. Nesta perspectiva, desenvolveram-se teorias

biológicas que atestavam a superioridade do homem branco no processo de extermínio do indígena e, também, tais teorias contribuíram para controlar os conflitos provenientes do transcurso da imigração massiva. Traçou-se um programa profundamente intervencionista por parte do Estado na sociedade, consentindo-se na aplicação de exclusões sociais a partir de critérios eugênicos. Sobre a atuação das elites políticas estes autores ponderam que:

Los intereses de la clase dirigente se proyectaron a un discurso cientificista que situo la pretendida mejora de la raza dentro de un programa de muy vastos alcances que discurrió por tópicos biomédicos, higienistas, poblacionales y ambientales. A través de él, la ilusión de erradicar la enfermedad como factor degenerativo de la raza, quedo integrada eficazmente a una patologización permanente de la gran ciudad que demandaba importantes acciones para su regeneración (MIRANDA; VALLEJO, 2005, p. 147).

No caso do Brasil, por sua vez, a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e a *Faculdade de Medicina da Bahia* eram os dois “grandes polos” em que higienistas e alienistas pensavam na questão da degeneração racial.²⁴ Apoiados por pressupostos científicos, “diagnosticavam” um futuro sombrio para o país, pois a “inferioridade biológica da população” dificultava demasiadamente a ascensão do Brasil ao rol dos países civilizados. Acreditava-se que o estado letárgico da nação brasileira se devia à fatores climáticos e raciais; logo, uma das soluções propostas para transformar o país em um grande Estado era a do embranquecimento da população. Santos argumenta que “*la influencia de los crueles diagnósticos sobre Brasil, sus negros y sus mestizos impregnaria el pensamiento social y político brasileño durante un buen tiempo*” (SANTOS, 2012, p. 76), ou seja, se pensava que seria melhor para o Brasil se houvesse outro povo que não fosse mestiço.

Também, O racismo científico esteve presente no pensamento social brasileiro durante o período da Primeira República (1889-1930). Suas ideias estavam inclusas nos círculos acadêmicos e profissionais que refletiam uma “*insatisfacción de un mundo cambiante, donde eran abolidos los privilegios estamentales*” (SANTOS, 2012, p. 81). Assim, apoiar o racismo científico era uma estratégia para fazer frente à ameaça da igualdade jurídica. Por isto surgiram tantas

²⁴ Vale lembrar que Manoel Bomfim estudou nestas duas instituições.

“comprovações científicas” que demonstravam a desigualdade biológica entre as raças, desigualdade esta que, conseqüentemente, implicava em uma desigualdade de direitos entre os indivíduos.

Por fim, é necessário destacar que as ideias eugenistas foram produzidas *“por hombres que vivían en sociedades históricamente situadas en el tiempo y el espacio”* (SANTOS, 2012, p. 87), que pensavam na construção de grandes nações a partir da possibilidade de aperfeiçoamento e controle da espécie humana. As ideias eugênicas foram teorias que dominaram uma época caracterizada pela fé no progresso da humanidade e na crença de um possível controle do homem sobre a natureza e a sociedade. As concepções eugênicas se desenvolveram no mundo ocidental e foram postas em prática, sobretudo, no âmbito anglo-saxão, chegando ao seu clímax com as ações dos nazistas nas décadas de 1930 e 1940.

2.3.3 Nação e povo

Benedict Anderson (1989) define nação como imaginada, limitada e soberana. É uma comunidade imaginada porque seus membros imaginam uma comunhão entre os seus compatriotas. Assim, o intelectual assimila nação à “imaginação” e “criação” que são elementos que insinuam a existência de uma comunidade “verdadeira”. A nação também é limitada porque possui fronteiras finitas e não se imagina coextensiva com a humanidade, ou seja, não sonha que todos os membros da raça humana se juntem a sua nação. Por fim, a nação é soberana porque sonha em ser livre, e, o símbolo desta liberdade é o Estado soberano.

Para Anderson a nação inspira amor e seus produtos culturais são poesia, ficção, música etc. Ele não concorda com os intelectuais que dão um caráter “quase-patológico” ao nacionalismo, afirmando que ele tem raízes no medo, no ódio contra o outro e na afinidade com o racismo. Para ele, “Nair está fundamentalmente enganado ao afirmar que o racismo e o antissemitismo derivam do nacionalismo” (ANDERSON, 1989, p. 161). Observe abaixo como Anderson cria uma dissociação entre o nacionalismo e o racismo:

A verdade é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, enquanto o racismo fantasia com contaminações eternas, transmitidas desde o começo dos tempos através de uma sequência infindável de cópulas asquerosas: fora da história. Os negros, graças ao sangue negro, são sempre os negros; os judeus graças ao sêmen de Abraão, são sempre judeus [...] As fantasias do racismo tem realmente sua origem em ideologias de *classe*, mais do que nas de nação (ANDERSON, 1989, p. 162).

Pode-se concordar com Anderson que o racismo não deriva diretamente do nacionalismo. Contudo, é inegável que houve nos fins do século XIX e começo do século XX uma relação muito estreita entre a ideia de identidade racial e a ideia de nação. Para Ricardo Bechelli (2009), no processo de formação da nação deste contexto, buscou-se defini-la em termos étnicos e de linguagem, ou seja, “o nacionalismo buscava a identificação étnica e linguística com um Estado, dando a este uma uniformidade racial” (BECHELLI, 2009, p.30). Este foi um período em que as teorias racistas buscaram se integrar ao conceito de nacionalismo, ao passo que o nacionalismo também passou a criar uma associação entre ideia de “raça” e Estado, afirmando que se o país desejasse “evoluir” ele precisava ser habitado por uma “raça superior”. Neste cenário, a teoria de superioridade e inferioridade entre as raças foi usada de desculpa para justificar a negação de direitos a um determinado setor da sociedade nacional. Para Bechelli, o racismo científico foi:

Uma negação do princípio com os quais se constrói a ideia de nacionalidade, isto é, igualdade e solidariedade. O racismo científico propunha que essa nacionalidade estava vinculada a uma “raça” ou a um “segmento” predefinido a população, e tinha como base o conceito de que o elemento que compunha a raça “superior” era o definidor da nação. A “solidariedade” entre indivíduos, tão importante na definição da nação, existia somente no interior daquele grupo. Partindo desse princípio, o nacionalismo e o racismo são duas ideologias que se complementam, principalmente quando vinculados à direita política. Como diz Hobsbawm, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois desloca a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a natureza. Assim, a “natureza” explicava não só as diferenças sociais, mas também a impossibilidade de se estender a nacionalidade a todos os elementos da população (BECHELLI, 2009, p. 37).

Por sua vez, Carvalho e Souza (1998) definem *povo* como um conjunto de pessoas que vivem integradas, formando um todo dotado de organicidade. Eles argumentam que, nos meados do século XIX e começo do século XX, o termo

“povo” recebeu um novo valor porque ele estava relacionado a tudo que compunha a realidade nacional e foi concebido como um conjunto de indivíduos que constituem uma nação. Este foi um período em que as nações ocidentais adotaram o sufrágio universal (com exclusão das mulheres, analfabetos, criminosos, doentes mentais etc.) e o discurso liberal-democrático passou a acreditar que haveria mais “povo” no país quanto menores fossem as restrições para a aquisição da cidadania. Foi também a partir deste contexto que o povo foi pensado como um conjunto de indivíduos iguais *quanto ao ser* (origem, natureza e destino) e desiguais quanto *ao modo de ser* (capacidade, aptidões, grau de cultura). É relevante destacar que o termo “povo” não significa “população” e nem “massa”, pois “população” esta vinculada a um conceito estatístico referente ao número de habitantes de um determinado país, ao passo que “massa” tem o significado de multidão amorfa.

2.4 INTERPRETAÇÕES SOBRE AS OBRAS DE INGENIEROS

José Ingenieros foi um intelectual consagrado, celebrado e estudado pela intelectualidade do mundo latino americano e a quantidade de trabalhos historiográficos sobre ele é abundante; contudo, ele é um autor pouco conhecido e mencionado no Brasil. Prova disto é a escassa quantidade de pesquisas produzidas pelos círculos acadêmicos brasileiros a respeito de seu pensamento. Não obstante, apresentar-se-á neste tópico algumas interpretações sobre José Ingenieros e também, demonstrar-se-á algumas críticas que os seus contemporâneos fizeram a respeito de suas obras.

O intelectual contemporâneo à Ingenieros elencado por este trabalho é Manoel Bomfim. Em seu trabalho *O Brasil na América*, escrito em 1925, mas publicado em 1929, criticou a postura do médico ítalo-argentino em dar um valor social diferenciado aos indivíduos de acordo com a sua raça. Segundo Bomfim, os sociólogos que legitimavam a teoria da desigualdade entre as raças eram apenas indivíduos sem o real conhecimento científico, sendo tão somente legitimadores da exploração. Nesta perspectiva, ele criticou o pensamento de José Ingenieros no que diz respeito ao cruzamento entre as raças, pois o sergipano acreditava que uma

nação ou sociedade política só era legítima quando existia a *combinação* humana, formando uma nova e complexa unidade. Para Bomfim, deveria haver a assimilação das gentes para que fosse possível uma harmonia e uma unificação do tipo social, e por isto ele disse:

Há tempos, Ingenieros, professor muito citado no Prata, publicou um estudo sobre as *Populações Latino-americanas*, distinguindo-as, muito nitidamente, em grupos etnográficos de valor social diferente, inassimiláveis entre si: os brancos de ascendência europeia; os gaúchos, mestiços de campanha; e os índios. [...] ele dá valor nacional diferente a estes grupos-castas, que separa, admitindo e reclamando para os brancos, os euro-argentinos, uma superioridade absoluta: “... os únicos a fazerem a independência e a nacionalidade...”. É de crer que o trabalho do senhor Ingenieros seja mais um reflexo de suas ideias preconcebidas do que a anotação desapaixonada de puras observações (BOMFIM, 1997, p. 188-189).

Bomfim acreditava que as concepções de José Ingenieros geravam uma imperfeita coesão nacional, pois a nação argentina – com próspera vida econômica e política – não podia ser apenas composta por uma “massa inorganizada, conglomerado de castas, separadas em cultura e em sangue, sem unidade nacional” (BOMFIM, 1997, p. 189).

Ao analisar o discurso ingenieriano que admitia a exclusão de certos indivíduos de acordo com a sua raça, Bomfim ficou indignado. Ele atacou Ingenieros por este defender a teoria de Gobineau que dizia que existiam raças inferiores e raças superiores, uma vez que esta teoria tinha um grande desprezo pelos povos latino-americanos, visto com misturados, inferiores e degenerados. Bomfim afirmava que foi em nome desta teoria que Ingenieros proclamou a irremediável inferioridade de índios e negros, desestimando em absoluto toda a “gente de cor” e segregando-a do seio da nação.

Para acentuar as distinções marcadas pelo professor Ingenieros há todas essas prevenções e soberbias do castelhano para com as gentes subalternas. [...] Ainda hoje, no México, na Bolívia ou mesmo na Argentina, há populações cristãs, relativamente civilizadas, incorporadas no viver comum que, no entanto, são contadas como massas de índios. Tudo isso se fez sob a inspiração de preconceitos veementes, mais de ostentação, talvez, do que de repugnância; em todo caso, preconceitos. E são eles que, valendo sempre sobre as consciências, refletem-se ainda hoje no pensamento de homens inteligentes, para que mascarem de ciência. Vem daí a razão por que a serôdia e odienta teoria das superioridades e inferioridades de

raças tem tanta voga nos sociólogos neocastelhanos (BOMFIM, 1997, p. 189-190).

Bomfim criticava Ingenieros por incentivar a construção de uma nação heterogênea na Argentina, ao separar e distinguir sistematicamente os indivíduos em castas raciais. Para o brasileiro, era absurda a teoria de que existiam duas civilizações opostas dentro da Argentina. Não concordava com Ingenieros quando este defendia que em seu país existiam duas civilizações opostas: os euro-argentinos X os gaúchos, ao passo que a população indígena estava totalmente à parte da sociedade argentina. Segundo o sergipano, a dissertação do ítalo-argentino fazia com que a “nova sociedade” continuasse com velhos hábitos nocivos à nacionalidade, ao depreciar e a isolar as raças indígenas e ao espezinhar os mestiços, chamados constantemente de indolentes, degenerados e servís. Assim, a atitude de Ingenieros de segregar a sociedade em grupos assimiláveis e em populações inassimiláveis era vista por Bomfim como um fator que causava um profundo embaraço à homogeneidade da nação, pois dentro de uma mesma sociedade se construía uma hierarquia entre os povos e uma distinção entre as gentes.

Em relação às interpretações historiográficas a respeito do autor, pode-se dizer que grande parte dos intérpretes refletem sobre o discurso racial de Ingenieros como um tema secundário e de menor importância frente à obra ingenieriana como um todo. Tentar-se-á refletir a respeito de como os intérpretes se posicionaram em relação à questão racial em três modelos de interpretação.

Primeiramente, pode-se tomar como referência a obra *Vida de José Ingenieros*, de Sérgio Bagú, com sua primeira edição datada de 1936, e a segunda de 1963. Bagú é, ainda hoje, um dos mais respeitados biógrafos de José Ingenieros e seu estudo, de projeção internacional, é de inegável qualidade. Ele entrevistou as pessoas que faziam parte do círculo pessoal do intelectual ítalo-argentino e sua investigação baseou-se nestas entrevistas e em anos debruçados a estudar a obra ingenieriana. Seu trabalho faz parte de um contexto em que a maioria das interpretações sobre Ingenieros o representavam como um cidadão exemplar, um grande cientista, um homem de brilhantismo e de conduta moral impecável. Desta maneira, o trabalho historiográfico de Bagú ajudou a fazer coro à construção de uma

imagem positiva de José Ingenieros e a transformá-lo em um intelectual consagrado do pensamento social argentino.

Bagú nutria imensa admiração pelo trabalho teórico ingenieriano e afirmava que tinha uma intensa intimidade e afinidade com as obras do mesmo. Logo, o interprete admitia: “*esta es una biografía y no una obra crítica*” (BAGÚ, 1963, p. 7). Nesta perspectiva, ele abordou a influência do socialismo no pensamento ingenieriano, discorreu sobre a grande fecundidade da sua obra criminológica e da sensibilidade das suas reflexões filosóficas. Contudo, o respeito e o encanto pela obra de Ingenieros era tão grande que Bagú se recusou a refletir sobre temas mais delicados e incômodos como a questão do racismo presente no pensamento do intelectual, limitando-se apenas a dizer que, no final da sua vida, Ingenieros amenizou sua convicção que existiam raças inferiores. Portanto, pode-se afirmar que o assunto *raça* era um tema-tabu na análise de Bagú, que, até os dias atuais, é considerado como um dos maiores intérpretes da obra ingenieriana.

Mesmo em interpretações mais recentes, pode-se demonstrar que existe pesar por parte dos intérpretes em refletir sobre o posicionamento ingenieriano em relação às raças. O estudo *El racismo en el Pensamiento de José Ingenieros* de Angel Kauth, publicado em 2001, demonstra que ainda na atualidade alguns historiadores sentem-se constrangidos em abordar temas incômodos que poderiam “manchar” a imagem de José Ingenieros como um intelectual progressista e inspirador da juventude latino-americana. Nesta perspectiva, pode-se observar a seguir as expressões de aflição (em grifo) que Kauth utilizou em seu estudo ao analisar a questão do racismo:

De lo que he venido escribiendo sobre José Ingenieros, éste es, sin duda alguna, el artículo que más me ha costado escribir y presentar [...] Encontré páginas ignoradas del maestro, en las que se revela una enorme y dolorosa contradicción (KAUTH, 2001, p.1).

Y ahora viene lo más interesante, en cuanto a ser objeto de dolorosa crítica, del discurso de Ingenieros: “El examen de los caracteres físicos, fisiológicos y psicológicos, minuciosamente realizados, demuestra la inferioridad física e intelectual de los hombres pertenecientes a las clases sociales inferiores (KAUTH, 2001, p. 1).

No obstante, es quizá en su Crónica de Viaje por el Archipiélago de Cabo Verde, en la Isla de San Vicente, fechada en 1905, en donde se desprende de su obra el “tufillo”, de lo que me atrevo a llamar el

prejuicio racial de Ingenieros. Hubiera sido preferible que no hubiese escrito dichas Crónicas. Lamentablemente así lo hizo y con ellas confirma y profundiza toda su convicción de que existen en la especie humana diferentes razas, algunas de las cuales son de menor calidad y por lo tanto no merecen ser llamadas humanas (KAUTH, 2001, p.1).

Como uma boa parte dos intérpretes de José Ingenieros, Kauth também é um admirador da obra ingenieriana e, por isto, não se sentiu confortável para escrever sobre uma temática que poderia provocar uma “desconstrução” da imagem positiva de Ingenieros no imaginário coletivo argentino. Em geral, este trabalho em específico tem pouca profundidade, pois apenas demonstra as citações racistas de Ingenieros, mas pouco reflete sobre o contexto ideológico e o alicerçamento nos preceitos científicos sobre os quais Ingenieros construiu a sua narrativa.

É necessário frisar que esta dissertação não tem medo de se aventurar a desconstruir e reconstruir interpretações sobre o pensador ítalo-argentino, uma vez que a produção de José Ingenieros tem imenso mérito e ele sempre será lembrado como intelectual de “peso”, comprometido e engajado com as causas de seu tempo. Portanto, não será uma análise da concepção racial do seu discurso que irá destruir o seu legado. O tema racial será abordado nesta pesquisa “sem desconforto” ao mostrar esta “faceta” ingenieriana, mas esta abordagem será feita com a responsabilidade de não reduzi-lo e estigmatizá-lo como tão somente um indivíduo racista. Por esta razão, o *capítulo um* discorre sobre a sua trajetória, para apresentar ao público leitor o intelectual José Ingenieros em sua complexidade e integridade.

Também, existem alguns trabalhos que se preocupam em analisar a questão racial no pensamento de José Ingenieros, podendo-se citar o estudo *De la utopía social a la utopía racial. Notas sobre el Cientificismo evolucionista en José Ingenieros* de Cristina Fernández, publicado em 2009. Nesta pesquisa, a historiadora fez um interessante estudo no qual afirma que havia em Ingenieros uma contraposição entre o papel de escritor-artista, com o qual ele se identificava em sua juventude, e o papel de sociólogo-cientista, que corresponde a sua “fase” posterior. Ingenieros abandonou o papel de escritor-artista e, conseqüentemente, afastou-se da utopia social ao estilo do socialismo revolucionário em favor do papel de sociólogo-cientista que enxergava a ciência como uma forma mais evolutiva de

progresso, fundando assim uma nova utopia científica. Isto não significa dizer que José Ingenieros passou a se posicionar contra a literatura, mas sim que ele estabeleceu uma nova hierarquia na qual as Ciências necessariamente estariam acima da Literatura.

Ingenieros renunciou à utopia social ao estilo do socialismo revolucionário em nome de uma utopia do progresso pautada nos critérios das ciências. Nesta perspectiva, ele amenizou seu radicalismo para se inserir numa linha de socialistas reformistas, que acreditava que as melhoras sociais poderiam partir de grupos progressistas dentro das classes dirigentes do país. O novo utopismo de Ingenieros não pensava mais em soluções revolucionárias, mas sim em soluções pautadas nos critérios das ciências para levar a Argentina a uma condição de liderança imperialista na América do Sul.

Fernández afirma que, na visão ingenieriana, o componente que ajudaria a sociedade argentina a “evoluir progressivamente” seria a raça; logo, ele adotou uma versão racista do evolucionismo para refletir sobre o futuro da nacionalidade argentina. Os índios eram vistos como elementos inassimiláveis à civilização branca e, portanto, eram indivíduos totalmente alheios à nação e destinados ao desaparecimento, pois na *luta pela vida* os brancos os eliminariam. Assim, foi sobre uma matriz racista que germinou o seu novo utopismo, na qual a imigração europeia constituiria os *euro-argentinos*, nova raça e símbolo de civilização. Neste sentido, a historiadora chegou a seguinte conclusão:

La colonización del país por inmigrantes europeos era la solución científica que Ingenieros veía como única posibilidad de enfrentar al imperialismo, que también era, a su vez, producto de inexorables leyes biológicas y económicas. Por eso afirmaba, de este último, que “no puede evitarse con discursos o declamaciones” y que la única defensa de los países sudamericanos era el desarrollo en su seno de grandes núcleos de raza blanca, capaces de equilibrar la influencia extracontinental (FERNÁNDEZ, 2009, p. 100).

Isto significa que Ingenieros considerava a raça *euro-argentina* como um “motor” da evolução social que encaminharia a sociedade argentina rumo ao progresso, cultura e aperfeiçoamento humano.

Assim como o trabalho de Cristina Fernández, também existem outros trabalhos acadêmicos que interpretam o posicionamento ingenieriano em relação ao espaço do imigrante na sociedade argentina e refletem sobre o preconceito de Ingenieros em relação às demais “raças”. Esta pesquisa analisará estas mesmas questões, mas buscará um caminho alternativo que reflita sobre os critérios utilizados por Ingenieros para dar fundamentação científica ao seu discurso de desigualdade entre as raças. Refletirá mais especificamente sobre a tomada e utilização dos conceitos darwinianos na obra de José Ingenieros para justificar a eliminação e substituição das raças consideradas inferiores no território argentino.

2.5 INTERPRETAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE BOMFIM

O primeiro trabalho feito para analisar o pensamento de Manoel Bomfim foi o estudo de Silvio Romero intitulado *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*,²⁵ publicado em 1906. Romero criticou e ironizou muito a obra *A América Latina: males de origem*, de Bomfim, dizendo que “só a geral ignorância do mundo legente no Brasil pode explicar a atenção despertada por um livro tão mal feito, tão falso, tão cheio dos mais grosseiros erros” (ROMERO, 1906, p. 92). Para o Professor da Escola Normal, ser enxovalhado publicamente por um homem consagrado no meio intelectual brasileiro foi um tremendo golpe. Romero chamou o livro de Bomfim de medonho e falso por ele ter criticado os mais célebres sábios da Europa como Le Bon e Gobineau. Sobre as críticas que Romero fez ao posicionamento de Manoel Bomfim ao defender a igualdade entre as raças, pode-se destacar:

A quinta e ultima parte do livro do dr. Bomfim é, sem dúvida, a mais extravagante de todo ele. Para tal privilégio, bastante é considerar ser aquela em que se contem a ciência antropológica e etnográfica do autor. É uma verdadeira comédia. Percebe-se facilmente ter sido, neste ponto o alvo principal do jovem médico – dizer mal, sistematicamente, dos brancos, principalmente espanhóis e portugueses, e exaltar os negros, índios e mestiços de todas as

²⁵ Esta dissertação atualizou a ortografia da obra *A América Latina: Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*.

gradações. Bomfim bate-se pela unidade e igualdade completa, absoluta dos homens e das raças. Houve tempo em que essa patranha liberalizante era defendida em nome do dogmatismo cristão, em nome da teologia católica principalmente: éramos todos filhos de Deus, nosso senhor. Podia-se lá falar em desigualdade entre essa irmandade? Hoje defende-se a mesmíssima curiosa ilusão em nome do dogmatismo democrata, em nome do catecismo socialista. Bomfim é deste ultimo partido (ROMERO, 1906, p. 203-204).

Romero acreditava que a desigualdade entre as raças era um fato assegurado pelos saberes da ciência e espezinhou o pensamento bomfiniano de todas as maneiras:

Nunca a doutrina da igualdade das raças teve um advogado tão desasado. Multiplica os adjetivos insultosos, julgando que basta este grosseiro expediente para dar ganho de causa ao seu socialismo colegial; finge argumentar com algum pobre espírito, que houvesse caído na patetice de fazer provir a desigualdade das raças do fato de agora, hoje em dia, estarem umas mais adiantadas do que outras, para se gabar de vitória, assoalha que a velha doutrina, por ele desastradamente combatida, é uma invenção recentíssima do que atualmente se costuma chamar de pretensão imperialista, no claro intuito de desviar um debate meramente científico para o das paixões partidas da atualidade. Baldado esforço, porém! ... As diferenciações entre as raças humanas, a maior ou menor progressibilidade entre elas – não é coisa para ser apagada por motivos tão fúteis. É velha, é secular a doutrina, estribada nos mais imparciais e despreocupados estudos da pré-história e da história, da antropologia e da etnografia, com que a política nada tem a ver. São investigações sinceras, objetivas, meramente científicas em que tem tomado parte dos maiores espíritos e os mais profundos sábios. Boucher de Perthes, Lartet, Broca, Darwin, Martillet, Huxley, Topnard, Hackel, Wallace, Lyell, ao lado de Bopp, Pott, Ewald, Schleiner, Marx Muller, Renan, Ihering, e milhares de outros, todos à uma, biólogos, antropologistas, historiadores, linguistas, sociólogos – deparam essas diferenciações, sem a mínima preocupação pejorativa, política, religiosa ou de qualquer outra ordem (ROMERO, 1906, p. 2013-214).

Sobre a *Teoria do Parasitismo* de Bomfim, Romero argumenta que a teoria fundamental do livro *América Latina: males de origem*, era totalmente desbaratada:

O que nele se pode chamar o esteio principal é a doutrina biológico-social do Parasitismo aplicada à colonização dos ibéricos na America. Em torno dessa desvirtuada premissa, rolam todos os capítulos da obra. A teoria ali não passa de uma desazada geringonça, sem base nos fatos, nomeadamente no exagero com que emprega o Sr. Bomfim (ROMERO, 1906, p. 38).

Silvio Romero foi o primeiro a chamar Bomfim de homem parcial, apaixonado, sem base científica, antilusitano e socialista; e o interessante é notar que a interpretação romeriana vigorou durante mais de meio século, pois os escassos estudos sobre Bomfim antes da década de 1980 seguiram esta linha interpretativa ao caracterizar a obra bomfiniana por seu antilusitanismo, subjetividade e socialismo. Para Alves Filho, as críticas de Romero contra Bomfim foram feitas porque Bomfim introduziu no campo intelectual brasileiro novas interpretações que desautorizavam e questionavam a “verdade científica” que vigorava naquela época. Nesta perspectiva, Romero representava “a defesa radical da “ortodoxia”, a oposição dos que dominam o campo intelectual que produzem e reproduzem o discurso verdadeiro” (ALVES FILHO, 1990, p. 53) contra as ideias subversivas daqueles que questionavam a “ordem científica”.²⁶

Pode-se destacar que um aspecto muito comum aos estudos que se referem à Bomfim é a reflexão sobre o esquecimento das suas obras. O livro *O caráter nacional brasileiro*, de Dante Moreira Leite, publicada em 1968, dedicou algumas páginas a analisar a obra de Bomfim e já refletia sobre o esquecimento da produção do sergipano. Para Leite, a razão do ostracismo de Bomfim se deu pelo fato dele estar adiantado em relação aos intelectuais do seu tempo. Leite defendeu que os intelectuais do começo do século XX incompreendiam Bomfim porque tinham dificuldade de visualizar os equívocos das teorias racistas. Neste sentido, ele afirmou que “algumas de suas teses eram tão avançadas para a época, que só viriam a ser reencontradas algumas décadas depois” (LEITE, 1976, p. 255).

²⁶ Também, é importante ressaltar que Romero é conhecido pela historiografia brasileira como um intelectual polemista. Ele acreditava na desigualdade biológica entre as raças e colocava os brancos no topo da hierarquia humana, mas aceitava a mestiçagem como um traço na formação da nacionalidade brasileira. Também, tinha a percepção de que a miscigenação não levaria o país à degeneração, ao contrário, ela contribuía para civilizar as “raças inferiores”, convertendo-se, portanto, em um instrumento civilizatório. Sílvia Romero não negava a condição mestiça de grande parte da população brasileira. Sendo assim, porque ele dirigiu tão duras críticas contra Bomfim? Primeiro é necessário ter em mente que, naquele contexto, era muito comum os intensos debates entre intelectuais na imprensa carioca e Romero tornou-se tão renomado e temido justamente por elaborar artigos sobre crítica literária, sociológica e filosófica. Ele era um “crítico profissional”. Assim, atacou duramente à Machado de Assis, José Veríssimo, Castro Alves entre outros “intelectuais de peso” com o intuito de gerar debates sobre as mais variadas questões. Os diversos artigos “alfinetando” Manoel Bomfim estão inseridos neste quadro do desejo de Romero de gerar polêmicas e pôr-se em evidência perante a opinião pública brasileira.

Leite classificou Bomfim como socialista, alegando que o mesmo queria conciliar nacionalismo com socialismo, e criticou o intelectual sergipano por seu posicionamento demasiadamente subjetivo e apaixonado, o que fez com que ele perdesse a sua “cientificidade”. Ao pensar na tese do Parasitismo, em que Bomfim buscava explicar o atraso das nações latino-americanas, interpretou o posicionamento dele como antilusitano. Suas críticas podem ser demonstradas neste parágrafo abaixo:

O pensamento de Bomfim parece ter sofrido uma lenta maturação, mas somente em algumas páginas atinge o nível de generalidade e consistência lógica, necessárias para a visão sistemática de uma posição. Muitas vezes, em seus livros, perde-se em minúcias ou na demonstração de episódios pessoais; outras vezes, perde-se num antilusismo estéril, procurando demonstrar até que ponto os portugueses prejudicaram o Brasil. Espírito apaixonado – e por isto frequentemente parcial e incapaz de colocar-se na perspectiva histórica para julgar os homens e os acontecimentos do passado – Manoel Bomfim frequentemente deixa de dar ênfase à tese fundamental, ao apresentá-la de maneira sentimental e não objetiva (LEITE, 1976, p. 250-251).

Dante Leite interpretou a posição apaixonada de Manoel Bomfim como uma ação incompatível às dos “Homens da Ciência”, pois na sua visão, o intelectual sergipano não sustentava sua argumentação nos mecanismos da objetividade, mas num ataque raivoso contra as antigas metrópoles. Todavia, é importante pensar que no final da década de 1960 e durante a década de 1970 se pensava a Sociologia e a História como uma Ciência e a crítica que Leite fez à Bomfim foi feita levando em consideração os paradigmas teóricos e metodológicos que eram dominantes em seu tempo e, por isto, existiu em sua análise uma grande valorização da objetividade. Atualmente, estes paradigmas já não são mais tão hegemônicos a ponto de condenar uma obra e a competência do autor que a escreveu, pois não são mais os parâmetros obrigatórios para determinar ou não a qualidade de um trabalho.

Sobre a lusofobia que Leite destacou no pensamento de Bomfim, deve-se levar em consideração que a obra *América Latina: males de origem* foi uma resposta aos escritos dos cientistas sociais, políticos, sociólogos e economistas da Europa e América Latina que escreviam concepções que depreciavam o homem latino-americano. Numa época em que se dizia que a América Latina era atrasada porque era habitada por povos racialmente inferiores, Bomfim produziu um contradiscurso

em que os negros, índios e mestiços não eram biologicamente inferiores aos brancos, atacando, desta maneira, a Teoria de Superioridade e Inferioridade entre as raças. Contudo, ao rejeitar a tese da inferioridade biológica de certas raças, Bomfim viu-se numa situação extremamente complicada, pois, se o atraso do continente americano não se devia aos cruzamentos entre diferentes raças, então porque será que a América Latina era tão atrasada em relação à Europa e Estados Unidos? Ele precisava explicar o motivo do atraso e, neste sentido, produziu a *Teoria do Parasitismo*, que alegava que o atraso das nações da América Latina se devia ao fato delas terem sido parasitadas durante mais de trezentos anos por Portugal e Espanha, ou seja, o atraso não era por um fator racial, mas devido à política parasitária metropolitana a qual a região foi submetida. Para ele, a fraqueza das novas nações estava diretamente ligada ao seu passado colonial, isto é, os “males de origem” da América Latina estavam relacionados à sua formação histórica, a uma valorização de uma economia essencialmente agrícola e do uso “parasitário” do trabalho escravo. Portanto, pode-se dizer que as severas críticas de Bomfim contra as antigas metrópoles foram feitas porque ele precisava justificar o atraso das nações latino-americanas passando por uma explicação que não fosse a racial. Sua *Teoria do Parasitismo*, que culpa Portugal e Espanha pela carência e subdesenvolvimento latino-americano não pode ser interpretada como tão somente lusofobia, como tentou demonstrar Leite, mas deve ser pensada como a busca de um caminho alternativo que não depreciasse as origens raciais do homem latino-americano.

Também, é importante destacar as interpretações dos fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000 de Aluizio Alves Filho e Ronaldo Conde Aguiar em relação ao esquecimento das obras de Bomfim, pois estes estudiosos apresentaram ao público leitor uma série de razões que justificam o esquecimento da produção do intelectual brasileiro.

A obra *O rebelde esquecido*, de Aguiar, recebeu o prêmio da CNPq-ANPOCS de melhor tese de doutorado em 1999 e ajudou a colocar as obras de Bomfim em evidência nos círculos acadêmicos brasileiros. Atualmente, a “tese do esquecimento” de Alves Filho e Aguiar demonstra “ares de esgotamento”, pois o sergipano é cada vez mais estudado em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Manoel

Bomfim não é mais um intelectual esquecido, pelo contrário, nos dias atuais é considerado pela historiografia brasileira como um importante intérprete da realidade do Brasil e suas especificidades. Todavia, como a “tese do esquecimento” teve imensa repercussão e ajudou a retirar Bomfim do ostracismo, é interessante demonstrar as peculiaridades desta linha interpretativa.

Alves Filho fez uma discussão interessante sobre os elucidadores do pensamento de Manoel Bomfim e criticou todos os intérpretes que alegaram que Bomfim estava “a frente do seu tempo”. Sobre esta questão, ele criticou em especial Thomas Skidmore por, em seu livro *O preto e o branco*, ter visualizado o sociólogo sergipano como um homem a frente do seu tempo ao rejeitar a doutrina da diferença entre as raças; logo, Alves Filho questiona:

Será que para Skidmore não existe nenhuma relação entre o que uma pessoa escreve e a época em que ela vive? Entre as condições materiais de existência e as formas de pensar? Será que acredita que as ideias “brotam” na cabeça dos homens e que, portanto, independem das circunstâncias históricas? [...] Essa crença de Skidmore – de que as ideias podem estar “fora do tempo” (Talvez imagine as de Bomfim soltas pelo espaço, rodopiando de um lado para o outro) - seria simplesmente estranha, mas não contraditória, se ele mesmo (Skidmore) não afirmasse poucas páginas depois: Manoel Bomfim invoca autoridades científicas de seu tempo – os antropologistas Zabrowski e Topinard, por exemplo, tinham divulgado comunicações que desacreditavam a definição científica do ariano (ALVES FILHO, 2013, p. 55)

Pode-se observar que Bomfim estava engajado com as discussões científicas de sua contemporaneidade e citava autoridades científicas de seu tempo e, portanto, concorda-se com a concepção de Alves Filho de que Bomfim não é um homem “a frente de seu tempo”, mas sim um crítico das teorias raciais da sua época. Como já foi dito, Bomfim era formado em medicina e conhecia as teorias biológicas de sua contemporaneidade; logo, foi com base nelas que ele rejeitava as teorias raciais que eram vistas por ele como justificações para a espoliação colonial. Então, “não existe apenas uma teoria numa época, e sim várias teorias, todas intrinsecamente ligadas às ‘lutas de seu tempo’” (ALVES FILHO, 2013, p. 70). Bomfim utilizava o conhecimento científico da sua contemporaneidade para fazer frente às alegações de superioridade e inferioridade das raças e, por isso, Alves Filho defendeu que

imaginar as ideias de Bomfim como “soltas” e “a frente de seu tempo” corresponde a desassociá-las da totalidade social que Bomfim era parte e produto.

Alves Filho destaca ainda que Bomfim era um *Professor da Escola Normal* e não era protegido por agências legitimadoras, como as cátedras universitárias, mas ainda sim publicou trabalhos que extrapolavam tudo aquilo que era autorizado pela “verdade científica” da época. Portanto, foi o próprio discurso de Bomfim de combate ao racismo e de defesa da educação popular que o levou a ser relegado ao ostracismo, uma vez que suas concepções de mundo não agradavam as elites dirigentes do Brasil que, conscientemente, procuram silenciar suas ideias.

A interpretação de Ronaldo Aguiar, por sua vez, acredita que o discurso de Manoel Bomfim foi esquecido pelo pensamento social brasileiro por uma série de circunstâncias, tais como:

Manoel Bomfim não aceitou determinadas regras e comportamentos do campo intelectual brasileiro, apesar de fazer parte dele. O sociólogo sergipano, por exemplo, recusou o convite de Machado de Assis para participar da fundação da Academia Brasileira de letras, copondo o elenco dos quarenta primeiros “imortais”. [...] O constante desinteresse de Bomfim em vincular-se as “instituições legitimadoras” (Bourdieu) do campo intelectual impediu-o também, de usufruir o prestígio e o renome de pertencer a elas (AGUIAR, 2000, p. 510).

Outra razão para o esquecimento foi a recusa de Bomfim a polemizar com o crítico de seu pensamento, Sílvio Romero. Não polemizar significou, na prática, não reafirmar suas ideias e pô-las em evidência no debate intelectual da época. A recusa em responder às críticas de Romero fez com que as ideias romerianas prevalecessem sobre as suas e, conseqüentemente, enfraquecesse o seu contradiscurso. Também, Aguiar salienta que o contradiscurso de Bomfim era uma verdadeira afronta às concepções das elites dominantes, pois a ideia de que existiam raças superiores e raças inferiores era uma noção dada como verdadeira na sociedade da época.

Outro motivo para o esquecimento consistia no estilo de escrita de Bomfim:

É possível argumentar que o próprio estilo literário de Bomfim, que Humberto de Campos chamou de “rude”, dificultou ou atrapalhou, o acesso de leitores a sua obra, normalmente a trilogia sobre o Brasil.

Bem verdade que Bomfim escreveu e reviu *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil* nação numa fase particularmente difícil e sofrida de sua vida, mas isso não impede de reconhecer os problemas de seu estilo (AGUIAR, 2000, p. 511).

Aguiar também aponta que o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, de 1937, não aceitou a republicação dos livros de Manoel Bomfim, pois o intelectual havia criticado a Revolução de 1930. Nesta perspectiva, “os jornais e as revistas receberam também a recomendação infame de não citar, ou pelo menos evitar o nome do sociólogo sergipano, nem fazer quaisquer referencias aos seus livros, os quais por sinal, foram retirados das bibliotecas públicas” (AGUIAR, 2000, p. 513). Enfim, Aguiar e Alves Filho acreditam que foram vários os fatores que conduziram ao esquecimento de Bomfim e discorrer sobre eles é importante para apresentar aos leitores as peculiaridades desta linha interpretativa.

Enfim, para finalizar este capítulo se deseja ponderar que esta pesquisa tem a pretensão de analisar comparativamente como José Ingenieros e Manoel Bomfim pensavam a questão racial em seus projetos de nação ideal. É necessário advertir ao leitor que não é do propósito deste trabalho produzir maniqueísmos, mas tão somente demonstrar e analisar a interpretação destes dois autores sobre um mesmo assunto. Para os padrões culturais da atualidade, o posicionamento ingenieriano pode chocar os leitores mais desavisados e, por esta razão, esta pesquisa se preocupou tanto em discorrer a respeito das concepções de mundo do começo do século XX: para demonstrar que o seu pensamento estava em consonância com a sua geração. Portanto, não cabe a esta pesquisa “condenar” José Ingenieros, pois para condenar um indivíduo em específico seria necessário também condenar toda uma geração que compartilhava e defendia os mesmos valores, e este não é o propósito deste trabalho. Em relação ao caso de Manoel Bomfim, cabe destacar que quando os intérpretes dos anos 2000 analisam *especificamente o tema racial*, existe neles uma tendência generalizada em construir uma imagem positiva e heroicizada de Bomfim, atitude que acaba deslocando-o e desajustando-o da sua própria época. O que esta pesquisa pretende fazer é colocar o discurso bomfiniano em seu devido lugar, isto é, inseri-lo dentro do panorama ideológico do começo do século XX e demonstrar que ele não era tão diferente dos seus contemporâneos.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS FONTES

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Esta dissertação analisa comparativamente como a temática da *Raça* foi discutida por José Ingenieros e por Manoel Bomfim nas duas primeiras décadas do século XX. A hipótese desta pesquisa é que ambos os autores buscaram definir qual seria o legítimo “povo” de seus respectivos países a partir de um critério racial. É relevante pensar sobre a *questão racial* nos escritos de Ingenieros e de Bomfim para compreender as ideias e os sonhos dos homens do século passado, e refletir também, sobre questões significativas ao campo de estudo dos historiadores americanistas, pois este trabalho busca esclarecer duas concepções de mundo que deliberavam sobre “qual” seria o genuíno povo argentino e o autêntico povo brasileiro.

Antes de ponderar sobre esta problemática, é importante fazer uma sucinta discussão sobre História Comparada, afinal, este método de estudo é o alicerce desta dissertação. Segundo José Barros (2007), a História Comparada é uma modalidade historiográfica marcada pela complexidade, “já que se refere tanto a um ‘modo específico de observar a história’, como à escolha de um ‘campo de observação’ específico” (BARROS, 2007, p. 9). Ela é um duplo ou até mesmo um múltiplo campo de observação que exige sempre duas indagações simultâneas “o que observar?” e “como observar?”. Estas duas perguntas também foram feitas ao longo da execução desta dissertação, que optou por examinar as concepções de mundo de José Ingenieros e de Manoel Bomfim nas duas primeiras décadas do século XX. Estes autores foram elencados como “objeto” de observação porque seus escritos projetam para as mulheres e os homens do século XXI uma imagem de mundo incrivelmente complexa e contraditória, que revela os sonhos e os medos da geração a qual eles pertenciam. Em relação ao questionamento “como observar?”, este estudo decidiu analisar como fonte apenas um livro de cada autor – *Sociología argentina*, de José Ingenieros; e *América Latina: males de origem*, de

Manoel Bomfim - que são escritos que revelam como estes intelectuais pensaram sobre a formação de uma identidade racial dos povos de seus respectivos países.

As obras *A simulação na luta pela vida* e *Crônicas de Viagem* – de Ingenieros – também poderiam ser utilizadas como fonte deste estudo. Contudo, nenhuma delas foi eleita porque não satisfaziam completamente às necessidades da temática que esta pesquisa decidiu abordar. A primeira é uma obra perfeita para pensar o cientificismo no pensamento ingenieriano, mas faz uma discussão pequena sobre o tema da raça. A segunda é ideal para refletir sobre a postura “racista” e elitista do ítalo-argentino, todavia, não faz nenhuma discussão sobre “quem” seria o povo argentino. Também, os livros *O Brasil na América*, *O Brasil Nação* e *O Brasil na História* – de Bomfim – não puderam ser utilizados como fonte principal por uma questão de recorte temporal, pois eles foram publicados após a morte de José Ingenieros, e usá-los seria fugir da proposta deste trabalho, que é realizar um estudo comparativo entre homens contemporâneos.

Também, Barros afirma que a História Comparada consiste na possibilidade de examinar sistematicamente como um mesmo problema pode atravessar: duas ou mais realidades históricas distintas; duas estruturas situadas no espaço e no tempo; duas mentalidades; dois repertórios de representação etc. A História Comparada pode ser utilizada para compreender vidas humanas individuais confrontadas em análises paralelas, e também permite ao historiador fazer a própria escolha de um problema histórico muito específico que ele queira examinar. Além disto, a História Comparada é uma modalidade historiográfica que atua de forma integradora e simultânea sobre os campos de observação diferenciados e delimitados que ela mesma constitui e delineia, colocando em confronto duas realidades diferenciadas. Nesta perspectiva, esta dissertação examina como o mesmo problema - *Raça* - foi pensado, em um determinado momento, na sociedade argentina e na brasileira tomando como referencial o pensamento de Ingenieros e de Bomfim. Este estudo contrapõe paralelamente dois imaginários sobre como o tema da raça e o espaço dos indivíduos na sociedade (de acordo com a sua origem racial) foi discutido pelos homens do começo do século XX. É interessante ponderar que o estudo comparativo entre as ideias de Ingenieros e de Bomfim poderia ser feito a partir da eleição de outro eixo temático. Seria possível analisar como estes intelectuais

pensaram a questão do Imperialismo; seria viável fazer um estudo sobre como eles refletiram o tema do Parasitismo Social; analisar o posicionamento deles sobre a valorização das instituições educacionais; etc. Contudo, esta dissertação escolheu refletir acerca da problemática *Raça* porque este tema ainda permanece atual e relevante para a historiografia latino-americana.

Por fim, pode-se afirmar que, sem analogias e diferenças, não é possível falar de uma autêntica História Comparada. O método de estudo comparativo ilumina um objeto ou uma situação a partir do outro, de modo tal que a prática comparativa necessita fazer analogias e identificar diferenças e semelhanças entre duas realidades a ponto de perceber variações de um mesmo modelo. Além disto, Barros afirma que:

“Comparar”, “elencar semelhanças e diferenças” e “estabelecer analogias” são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as suas fontes. Mas para falarmos em um “método comparativo” é preciso ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico (BARROS, 2007, p. 12).

É importante ponderar que, ao longo de toda dissertação, houve a preocupação de elencar as semelhanças e as diferenças entre o pensamento de Ingenieros e de Bomfim a partir do confronto paralelo da vida e obra destes autores. O presente capítulo deste trabalho busca fazer uma análise sistematizada do tema específico – *Raça* – e relacioná-lo à como estes intelectuais pensaram sobre a questão da identidade racial do povo de seus respectivos países.

3.2 DADOS ESPECÍFICOS DE SOCIOLOGÍA ARGENTINA²⁷

²⁷ Estes dados se referenciam em Aníbal Ponce que elaborou a apresentação de *Sociología Argentina*, da edição da *Mar Oceano*.

Sociología argentina foi editada pela *Biblioteca Científica-filosófica*, no ano de 1913, em Madri. Este livro era uma grande coletânea de trabalhos antigos que Ingenieros escreveu entre o final do século XIX e o começo do século XX. A estes trabalhos precedentes, que já haviam sido publicados isoladamente, Ingenieros incluiu mais cinco ensaios originais sobre crítica sociológica na edição de 1913. Para exemplificar melhor esta questão, se pode afirmar que a primeira parte desta obra foi derivada do trabalho que ele apresentou em um Congresso Científico celebrado em Montevideu em 1901, que originalmente recebeu o título *El determinismo económico en la evolución americana*; depois, este mesmo trabalho foi reimpresso em 1907 com muitas informações adicionais, recebendo o título *La evolución sociológica argentina*. A segunda parte do livro contém seis artigos (que são análises críticas das obras que tiveram muita repercussão no contexto) - *Las multitudes argentinas* (1899), de Ramos Mejia; *La Ciudad indiana* (1900), de Juan García; *Nuestra América* (1903) de Carlos Bunge; *La anarquía argentina y el caudillismo* (1904), de Lucas Ayarragaray etc; que foram publicados na *Revista de Derecho, Historia e Letras*, de Buenos Aires.

Uma questão problemática é que, em vida, Ingenieros incluía e suprimia ao longo das reedições de suas obras uma série de ensaios. Por exemplo, esta dissertação utilizou como fonte a edição da *Mar Oceano*, que publicou entre 1961 e 1962 um tomo de 8 volumes das obras completas de José Ingenieros. A quarta e a quinta parte da fonte utilizada por esta pesquisa contém artigos elaborados entre os anos de 1915 e 1916, como *Los iniciadores de la sociología argentina* e *La formación de una raza argentina*, que o próprio Ingenieros acrescentou às reedições de *Sociología argentina*.

Também, pode-se dizer que o intelectual foi vítima de plágio da obra em questão. Uma edição clandestina passou a ser editada na Espanha, em 1915, sem a permissão de José Ingenieros. Na advertência à sétima edição de *Sociología Argentina*, feita por Ponce, o apresentador da obra denunciou que parte de *Sociología Argentina* também foi plagiada com uma simples mudança de título e a cópia do trabalho de Ingenieros passou a circular na Argentina com fins de obter lucro.

3.3 DADOS ESPECÍFICOS DE AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM²⁸

A obra *América Latina: males de origem* começou a ser escrita no ano de 1903, na cidade de Paris, e foi publicada pela primeira vez no ano de 1905, pela *Editora Francisco Alves*, no Rio de Janeiro. A segunda edição do livro foi publicada no ano de 1938.²⁹ A terceira edição foi lançada mais de 55 anos depois da segunda edição, em 1993, pela *Editora Topbooks* e, a partir de deste ano, outros livros de Bomfim também passaram a ser reeditados. No ano 2000 a *Editora Nova Aguilar* publicou uma coleção de três volumes intitulada *Intérpretes do Brasil*. Esta coleção reuniu as obras mais impactantes e fundamentais para compreender a história do país e *América Latina: males de origem* foi incluída no primeiro volume desta coleção. Esta dissertação utilizou como fonte a publicação da *Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*, do ano de 2008. Graças a este Centro, a obra *América Latina: males de origem* foi disponibilizada na internet com acesso gratuito. Atualmente, este livro é de domínio público.

3.4 SÍNTESE DAS OBRAS

É importante mostrar ao público leitor uma apresentação panorâmica das obras em questão por um duplo motivo. Primeiro, porque antes de “mutilar” as obras para pensar questões específicas sobre raça e povo, se deseja demonstrar quais eram os objetivos, as hipóteses e as “soluções propostas” que Ingenieros e Bomfim apresentaram em seus ensaios. Segundo, porque, no momento de análise dos discursos, deseja-se que o leitor tenha de antemão a compreensão de certos termos presentes nas obras analisadas. Como foi frisado, se fará uma apresentação panorâmica das ideias gerais de *Sociología argentina* e de *América Latina: males de*

²⁸ Esta coletânea de dados se referenciou nos trabalhos de Aluizio Alves Filho.

²⁹ Segundo Alves Filho, esta edição foi prefaciada pelo ideólogo do Estado Novo, Azevedo Amaral. Alves Filho criticou Amaral por este ter feito um prefácio que endossava o coro dos que apresentavam Bomfim como um antilusitano fanático, contribuindo, desta maneira, a levar o pensamento de Bomfim ao esquecimento.

origem, portanto, não cabe ao leitor esperar que seja feito um fichamento dos livros abordando todas as questões desenvolvidas nestes respectivos ensaios.

3.4.1 Síntese de Sociología argentina

Na obra *Sociología argentina*,³⁰ Ingenieros pensou na “evolução sociológica” da sociedade argentina levando em consideração os estudos de vários pensadores como Sarmiento, Alberdi, Echeverría, Ramos Mejía etc. A partir dos trabalhos destes intelectuais, Ingenieros queria chegar a conclusões que fossem concordantes com a “filosofia científica” professada por ele. Neste sentido, o autor pensava a Sociologia como uma Ciência Natural que aplicava algumas teorias da biologia ao social. Em *Sociología argentina*, ele mesclou premissas deterministas e darwinianas, fundamentadas nos conceitos de “meio” e “raça”, com estudos referentes ao passado da Argentina a fim de construir uma identidade cultural para o país. Assim, o intelectual alegou que a nação argentina se definia a partir da influência do legado histórico e da influência das suas variações geográficas e climáticas.

O objetivo geral desta obra era traçar uma trajetória da sociedade argentina no tempo. Isto significa que Ingenieros construiu um modelo explicativo, que levava em consideração as hipóteses dos intelectuais listados acima - sobretudo, Sarmiento e Alberdi - para analisar as principais transformações do “grupo social” argentino ao longo das gerações. Assim, a intenção de Ingenieros era pensar a sociedade argentina desde as suas origens até a sua contemporaneidade, isto é, queria determinar o percurso e os momentos de transformação desta sociedade desde a

³⁰ Segundo Diaz Araujo, (1993) a obra *Sociología argentina* se alicerçou nos seguintes tópicos: Darwinismo Social; Economicismo Histórico (que considera a interpretação econômica da história como filha do evolucionismo darwiniano, numa correlação de biologia com economia); Também aparece a teoria do socialismo reformista (que prega a cooperação entre as classes ao invés de oposição e luta entre elas); Defesa do imperialismo (em que os países mais fortes estariam encarregados de tutelar os mais fracos, proporcionando-lhes o benefício da sua civilização mais evoluída); e, por fim, o racismo (que alega que a formação da nacionalidade argentina teve origem em um simples episódio de luta entre as raças). Araujo pondera que nesta obra estão presentes muitos dos ingredientes do ideário fim-secular. As teorias racistas tem filiação direta no ideário alberdiano-sarmientista, que tinha uma visão negativa da conquista espanhola ao passo que valorizava o modelo de colonização anglo-saxão. Também era comum o desdém pelo gaúcho, considerado como inferior, e a imitação das modas ideológicas europeias.

“barbárie indígena” até a “civilização” de tipo europeu, refletindo também sobre as mudanças políticas e econômicas vividas no país. Observe como Ingenieros apresentou ao público leitor o eixo central da sua análise:

Pensando sin preocupaciones de raza, nacionalidad, clase o partido, el presente ensayo tiende a mostrar las aparentes antinonias que se desenvuelven en torno de dos orientaciones: la evolución de la barbarie indígena hacia la civilización del tipo europeu (en el orden interno) y del feudalismo colonial hacia el solidarismo democrático (en el orden internacional) (INGENIEROS, 1961, p. 12, v. 6).

Em *Sociología argentina*, o intelectual defendeu a tese de que era necessário estudar a evolução sociológica argentina levando em consideração o conhecimento científico. Neste sentido, o estudo sociológico não deveria ser influenciado pelos interesses e as paixões de nenhum historiador ou partido político, pois “*una circunstancia de ese género no agregaría autoridad a lo escrito*” (INGENIEROS, 1961, p. 11, v. 6). Era necessário pensar os fenômenos sociais a partir do conhecimento das ciências, uma vez que “*el conocimiento científico nasce de la experiencia, como la superficie de un lago tranquilo refleja la imagen de la realidad que existe indepedientemente de ella*” (INGENIEROS, 1961, p. 12, v. 6).

Ingenieros defendeu a hipótese de que não só a sociedade argentina, mas todos os outros “grupos sociais” evoluíam de acordo com causas mesológicas³¹ e biológicas, e que o papel da sociologia era examinar este processo. Contudo, para determinar o trajeto da evolução da sociedade argentina era necessário combinar os conhecimentos da mesologia e da biologia com os dados consignados pelos historiadores e ensaístas que se preocupavam em examinar a história do país. A sociologia necessitava refletir, também, sobre as “convulsões sociais” de determinadas épocas e pensar a respeito dos sucessos e dos infortúnios de determinados personagens que tiveram importância significativa na história da Argentina.

O intelectual argumentou que, para analisar a evolução do “corpo social” argentino, era necessário realizar um criterioso exame sobre a *luta pela vida* entre

³¹ Neste contexto a Mesologia era compreendida como uma ciência dedicada ao estudo das relações recíprocas entre o ambiente e os seres que viviam nele. A mesologia também buscava determinar e compreender a “influência do meio” sobre o indivíduo.

os grupos que compunham a sociedade argentina, e entre esta e as demais sociedades do continente americano. Desta forma, em seu livro, Ingenieros desenvolveu a sua argumentação a partir dos seguintes eixos temáticos:

- *A luta pela vida* entre os agregados sociais (conflitos políticos internos e externos).
- Fez uma análise da evolução política interna da Argentina em harmonia com os interesses econômicos criados pelas nações de raça branca.
- Pensou na futura posição de liderança, influência cultural e pacifista da Argentina dentro do continente americano.

Enfim, o intelectual descreveu, ao longo de *Sociologia argentina*, a trajetória política e econômica do país, relacionando-a a fatores como raça e meio. O autor fez um exame detalhado da trajetória sociológica argentina, pois tinha como finalidade proporcionar ao público leitor a compreensão de como se deu, ao longo da história, a formação da “raça argentina”. Ele queria explicar como se construiu a “argentinidade” do povo e demonstrar, com argumentos legitimados pelos saberes das ciências, os motivos pelos quais a “raça branca” era a melhor adaptada ao seu território e por que ela era a raça ideal para povoar o solo argentino.

3.4.2 Síntese de *América Latina: males de origem*.

O público alvo de *América Latina: males de origem* era o sul-americano, e o objetivo desta obra era despertar o amor dos indivíduos ao solo pátrio, à natureza e, sobretudo, às gentes que viviam nos países da América Latina.

Toda a primeira parte deste livro foi uma grande crítica à como os povos da América do Sul estavam sendo desprezados e inferiorizados pelos Estados Unidos e pela Europa. Bomfim acreditava que o pior desta situação era que a população sul-americana estava internalizando este juízo condenatório e, em relação ao “mundo civilizado”, se sentia fraca e envergonhada. Contudo, o intelectual estabeleceu como objetivo da sua obra desconstruir os argumentos dos ideólogos que inferiorizavam a

América do Sul. É importante ressaltar que Bomfim não negava que os latino-americanos eram mais atrasados do que os Estados Unidos e a Europa, todavia, este atraso não era uma consequência dos “diagnósticos” atribuídos pelas “nações civilizadas”, mas era tão somente resultado do Parasitismo³² à qual os latino-americanos foram submetidos por séculos.

Pois bem, pode-se afirmar que a obra de Bomfim estava assentada em três pilares fundamentais. O primeiro foi a sua severa crítica contra a suposta “neutralidade” dos ideólogos que utilizavam os conhecimentos das ciências para legitimar a inferiorização e a exploração dos povos da América Latina. Contudo, ele não se afastou do paradigma científico e utilizou os próprios conhecimentos das ciências para refutar alguns sistemas ideológicos e científicos da sua época ao alegar que Darwin nunca pretendeu que a lei da *Seleção Natural* se aplicasse à espécie humana.

O segundo pilar de *América Latina* era a *Teoria do Parasitismo*,³³ formulada para buscar entender e justificar o motivo do “atraso” latino-americano em relação ao resto do mundo ocidental. Bomfim voltou-se para o passado, analisando a história do Brasil para tentar encontrar as causas dos males da sua contemporaneidade. Afirmou que, assim como os organismos biológicos, os “organismos sociais” também poderiam ser vítimas de parasitismo. Alegou também que as antigas metrópoles

³² Termo que Bomfim retirou da zoologia para estabelecer uma correlação metafórica entre o organismo animal e os fenômenos sociais.

³³ Flora Sussekind e Roberto Ventura elaboraram uma excelente análise sobre a Teoria do Parasitismo a partir da reflexão das obras *América Latina*; *O Brasil na América* e o *Brasil Nação*. Observe como Sussekind e Ventura interpretaram o pensamento de Bomfim em relação à questão do Parasitismo: “Se o Brasil em 1822 emancipa-se politicamente de Portugal, não chega, porém a se libertar do bragantismo, um dos “males de origem” que se mantém como ferrão. Concebido Portugal como organismo parasita, “metrópole carcereira”, “sanguessuga infectante”, “quisto”, “vírus de podridão”, “câncer em ulceração”, “purulência”, “contaminação”, “lesão”. Esta herança, o bragantismo e o parasitismo, constituiria, em suma, para empregarmos outra metáfora do autor, “infecção do organismo social brasileiro”. Falando da independência em *O Brasil na América*, mostra como a emancipação política afastou o parasita, deixando porém o ferrão: ‘Fomos independentes a modo do organismo do qual veio a cair o carrapato apodrecido, e que, nas carnes vivas deixou o dente; ou melhor - a modo do corpo ferido, donde caem as larvas quando as varejeiras já lá deixaram fartos ovos, para desenvolvida bicheira em novas gerações’. Sendo o parasitismo e sua herança metaforizados como elementos estranhos (varejeira, carrapato, crosta, ferrão) ao corpo da nação, sua análise atribui uma origem externa ao “mal”. Assim como varejeira e carrapato são elementos exteriores que se interiorizam por meio de ovos ou ferrões, também o parasitismo não se limita à relação colônia-metrópole, mas introduz-se nas relações sociais internas à nação explorada. De qualquer modo, dentro ou fora da nação, o parasita aparece caracterizado como algo externo. Não faz parte do corpo infectado, mas nele penetra por meio de infecção” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 37).

ibéricas tiveram um passado glorioso, mas entraram em decadência quando assumiram uma atitude parasitária em relação às colônias da América, pois, para obter o máximo lucro, elas saquearam, mataram, trucidaram, escravizaram, exploraram e destruíram as tradições dos povos nativos da América. Durante mais de três séculos, Portugal e Espanha, viveram como carrapatos, sugando insaciavelmente as “forças” das suas colônias. Segundo Bomfim, este regime parasitário influenciou no viver posterior das antigas colônias, mesmo com elas já emancipadas politicamente. Os novos Estados que se formaram herdaram os mesmos vícios das decrepitas metrópoles e assumiram uma postura de parasitar o povo,³⁴ deixando a população relegada à miséria e à ignorância. E não foi apenas o Estado que herdou os vícios do parasitismo metropolitano, mas também o próprio povo, que assumiu uma verdadeira aversão ao trabalho produtivo; considerado como coisa vil e infamante. A mentalidade da maioria desejava explorar e parasitar os indivíduos que estavam em “um degrau” abaixo da sua escala social. Por esta razão, no caso do Brasil, mesmo depois de emancipado politicamente a “gente de bem” não quis trabalhar e continuou se aproveitando do trabalho escravo. Ou seja, o ato de parasitar o “mais fraco” era um vício das sociedades latino-americanas que se manifestava em todas as escalas sociais.

O terceiro pilar dizia respeito à importância da educação para superar os problemas derivados da política parasitária à qual os países latino-americanos foram submetidos. Bomfim afirmou que a sociedade brasileira era pobre, embrutecida e apática em virtude do seu passado recalcitrante, mas alegou que o caminho para o “progresso” era retirar o povo da sua ignorância. Assim, ele propôs como solução para os problemas derivados do *parasitismo* a necessidade da instrução popular massiva, considerada como o “remédio” contra o atraso do país. Para progredir e

³⁴ Observe, a partir das palavras de Bomfim, como o Estado parasitava o povo: “Não há mais nada: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos. O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente, e esta feição, com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: O Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma ideia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... Tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque, ainda hoje, ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador” (BOMFIM, 2008, p. 102).

fazer parte do “mundo civilizado” era imprescindível à instrução da massa popular, uma vez que o intelectual interpretava que a difusão da instrução era o meio de “curar” os “males” da nação.

3.5 SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO COMPARADO

Feitas estas considerações mais abrangentes sobre as obras em questão, seguirá abaixo, ao longo de três blocos de análise, uma reflexão mais aprofundada sobre a temática racial no pensamento de Ingenieros e de Bomfim. O primeiro bloco analítico volta as suas atenções para como estes dois intelectuais pensaram a questão da “superioridade” e “inferioridade” entre as raças.³⁵ O segundo bloco faz uma reflexão a respeito do tema da mestiçagem. O terceiro bloco faz uma análise sobre qual seria o povo ideal para os seus respectivos países na visão do ítalo-argentino e do brasileiro.

3.5.1 Questão racial no pensamento ingenieriano

Ingenieros aplicou os princípios fundamentais das Ciências Biológicas ao estudo da evolução da espécie humana. Alegou que as “raças” eram grandes grupos que pertenciam ao “gênero humano”, porém, foram se diferenciando umas das outras ao longo dos séculos de acordo com a adaptação a ambientes naturais diversos. Afirmou ainda que a *luta pela vida* entre os seres vivos do planeta era um fato incontestável. Para ele, a espécie humana não fazia exceção a esta regra, uma vez que, desde as suas origens, foi obrigada a disputar alimentos e a posse de

³⁵ Vale reforçar que os defensores da existência da “superioridade” e “inferioridade” entre as raças classificavam e hierarquizavam a humanidade em coletividades distintas em função de atributos “biológicos” ou culturais. Esta crença era uma prática discriminatória que favorecia uma determinada coletividade em detrimento de outra de acordo com uma suposta diferença física, moral ou intelectual que dava a um determinado grupo a “superioridade” sob outro.

um determinado meio físico com outras espécies de animais em nome da sua sobrevivência. Portanto, a humanidade era uma espécie biológica que *“vive sobre la superficie de la tierra, luchando por la vida con infinitas especies vivientes y evolucionando según leys que la sociología general procura conocer”* (INGENIEROS, 1961, p. 11, v. 6). Todavia, os humanos também eram capazes de se agruparem em “agregados sociais” e desenvolver novas formas de luta entre os membros da mesma espécie, que poderiam ser: 1º entre os “agregados sociais”; 2º entre os “agregados” e os indivíduos; e 3º entre os indivíduos isolados.

Dos naciones que se arruinan reciprocamente en una guerra de supremacia económica encuentransé en el primer caso. Un delincuente que comete acciones antisociales, representa el segundo. Dos salvajes que se disputan una raíz alimenticia, el tercero” (INGENIEROS, 1961, p. 17, v. 6).

O intelectual ítalo-argentino acreditava que o homem era um “animal social” que interagia de maneira tão intensa com os outros membros da sua espécie a ponto de formar uma sociedade distinta. Ele acreditava que viver em sociedade sempre foi aspecto comum da espécie humana, que procurou se adaptar em grupos a um meio físico limitado. Como o *“medio físico no es homogéneo, los grupos de la especie presentan variedades resultantes de sus heterogéneas condiciones de adaptación, reflejadas en sus instituciones y en sus creencias colectivas”* (INGENIEROS, 1961, p. 15, v. 6). Para Ingenieros, a adaptação dos seres humanos ao meio, isto é, às zonas climáticas diferentes, acabava determinando não só a diferença entre as raças da espécie humana, mas também diferenças entre os costumes e instituições.

A humanidade era vista como uma espécie animal que lutava com os membros da sua própria espécie. Na visão ingenieriana, a primeira causa que provocava a luta entre os “agregados sociais” ou entre os grupos que viviam dentro de cada “agregado” nascia das desigualdades étnicas. Assim, ele citou os estudos de Gumpłowicz, Ammond, Lapouge e Winiarsky para defender a ideia de que existia uma luta entre as raças da espécie humana. Ao pensar na história do território que veio a constituir a Argentina, defendeu que houve naquela região um episódio de luta entre as raças, com a vitória do europeu sob o indígena. Para ele, o fato deste território estar localizado na zona temperada do continente americano possibilitou

uma melhor adaptação dos indivíduos de “raça branca” ao meio, ao passo que, nas regiões de clima tropical, a “raça branca” teve maior dificuldade de adaptação.

Ingenieros pensou na formação das sociedades coloniais da América Latina a partir de um detalhado exame dos fatores Raça e Meio. Em sua análise, afirmou que a Argentina e todos os demais países do continente americano foram primitivamente povoados por “raças de cor”. Porém, quando o colonizador europeu chegou ao Novo Mundo, ocorreu um episódio de luta entre as raças, pois, quando “raças diferentes” se encontram no mesmo meio, elas lutam entre si e sobrevivem as melhores adaptadas a este meio. Este acontecimento histórico foi considerado por Ingenieros como um marco na expansão da “raça branca” para novos ambientes naturais, ou seja, a “raça branca” estava levando sua civilização para regiões de clima temperado. O ítalo-argentino defendia que nas zonas temperadas do continente americano, desde o século XVI, houve uma substituição gradual das “raças aborígenes” por povos de “raça branca”. Contudo, este processo “étnico e sociológico” foi impedido de efetuar-se em todo o território de maneira homogênea por causas climáticas, uma vez que a zona tropical era mais favorável à adaptação das “raças aborígenes e africanas” do que a dos indivíduos de “raça branca”.

La diversa adaptabilidad de las razas blancas a las distintas latitudes es un simple caso particular de leyes biológicas que son familiares a todos los naturalistas; así como las faunas y las floras difieren según los climas y los accidentes geográficos, las razas humanas tienden a distribuirse obedeciendo a leyes naturales. Las razas europeas tienen un área de dispersión limitada a los climas templados; no pueden prosperar en los climas tropicales o glaciales (INGENIEROS, 1961, p. 246, v. 6).

Na concepção do intelectual, as raças europeias encontraram nas zonas temperadas do continente americano um meio físico que era homólogo ao de sua origem e, por esta razão, tiveram facilidade de adaptação. Também, segundo Ingenieros, no século XVI os povos europeus já haviam passado por um longo processo de desenvolvimento econômico e sentiam necessidade de buscar novos mercados. Logo, estes povos “mais civilizados” empreenderam a conquista e a exploração daqueles que possuíam mais riquezas, mas que eram “menos desenvolvidos”.

Descubierta a América, encontráronse frente a frente dos grupos de razas que represenban distintas etapas de civilización, correspondiendo a diversas formas de capacidad productiva y organización econômica: Europa feudal, en vías de transformarse en industrial, y América salvaje o bárbara. Puestos en presencia tan distintos valores sociales, era inevitable la lucha entre ellos y el triunfo de aquellas razas que habían alcanzado mayor desenvolvimiento. Ninguna sociedad civilizada há sido en realidad vencida por otras que ló fueron menos; Ella há triunfado en ultimo análisis; imponiéndose a sus próprios dominadores, obligándoles a aceptar cuando tenía de bueno, de superior, Bagehot, estudiando las leys científicas del desenvolvimiento de las naciones, advirtió que una de las condiciones más importantes para que un pueblo domine a outro, es que él se encuentra en un período más elevado de desarrollo (INGENIEROS, 1961, p. 25, v. 6).

Após o “episódio” de luta entre as raças na América, houve o desaparecimento progressivo das “raças de cor” das zonas temperadas do continente. Contudo, na zona intertropical, que dificultava a adaptação da “raça branca” ao meio, elas conseguiram persistir, mas foram obrigadas a se adaptar à civilização e ao governo de pequenos núcleos de brancos e mestiçados existentes nesta região.

Também, ao pensar a respeito do destino dos países latino-americanos, como a Argentina e o Brasil, Ingenieros buscou refletir se eles poderiam adquirir uma posição de influência e de liderança política na América Latina ou quiçá no mundo. Neste sentido, afirmou que a Argentina tinha mais condições do que o Brasil de se projetar como a líder do continente, ao lado dos Estados Unidos, pois, apesar do Brasil ter uma grande extensão territorial e grandes riquezas naturais, seu crescimento era entravado por aspectos climáticos e raciais.

En Brasil, en cambio, lleva a la Argentina dos grandes ventajas muy respetables: la extensión territorial y la superioridad numérica de su población. El enunciado de sus ventajas no involucra, sin embargo, pronósticos favorables para su porvenir. El inmenso territorio brasileño es, en gran parte, tropical. La civilización blanca polariza sus centros de cultura y de riqueza en las zonas templadas, tendiendo progresivamente a alejarse a las tórridas. La única parte del Brasil que llena condiciones climatéricas propicias es la meridional, lindera con el Uruguay. A estos factores debe agregarse la masa de negros y mulatos que forma el substratum de su población. Admitido que la civilización superior corresponde actualmente a la raza blanca, fácil es inferir que la negra debe descontarse como elemento de progreso (INGENIEROS, 1961, p. 50, v, 6).

Ao relacionar a raça e o clima com o destino de grandeza das nações, Ingenieros prossegue:

Países en que abunden el negro y el índio, no pueden preponderar sobre otros donde el negro y el índio son objetos de curiosidad. Tal es el caso de la Argentina libre ya, o poco menos, de razas inferiores, donde el exiguo resto de indígenas esta refugiado en zonas en de hecho son ajenas a la nacionalidad, aunque habiten su territorio político. El problema de la política internacional sudamericana puede plantearse en términos concretos. Los factores naturales que determinan el porvenir de sus nacionalidades son cuatro: 1º La extensión; 2º el clima; 3º la riqueza natural; 4º la raza. Al Brasil le faltan el clima y la raza. La Argentina reúne los cuatro factores: territorio vasto, tierra fecunda, clima templado, raza blanca (INGENIEROS, 1961, p. 50, v. 6).

José Ingenieros acreditava que existiam “raças superiores” e “raças inferiores”³⁶ e estabeleceu uma hierarquia entre elas, na qual os homens de “raça branca” estavam no topo da escala evolutiva e os negros estavam no último degrau desta escala. Ele citou Finot, Gobineau e Nordau para legitimar a crença de que não só existia uma luta entre as raças da espécie humana, mas que a inferioridade das “raças de cor”³⁷ era um fato incontestável, por isto afirmava que:

La superioridad de la raza blanca es un hecho aceptado hasta por los que niegan la existencia de la lucha de razas. La Selección Natural, inviolable a la larga para el hombre como para los demás especies,

³⁶ A obra que melhor expressa a concepção de Ingenieros de que existiam raças inferiores é *Crônicas de Viagem*. Nela, o ítalo-argentino afirmou que espécie humana era composta por “diferentes raças” e algumas delas eram tão inferiores que não mereciam ser chamadas de humanas. Ingenieros também se aproximou das noções da caracterologia ao comparar o tipo antropológico do negro com os “macacos antropomorfos”. Assim ele afirmou: “*Su tipo antropológico es simiesco, en grado tal que es difícil concebirlo viendo los cromos de los tratados de antropología o las colecciones de cráneos de los museos. A la natural inferioridad de su armazón ósea agragandose todos los rasgos que exteriorizan su mentalidad genuinamente animal: las actitudes, los gestos, el lenguaje, los gustos, las aptitudes, los sentimientos de bestia domesticada*” (INGENIEROS, 1962, p. 167-168, v. 8).

³⁷ Na obra *Crônicas de Viagem* Ingenieros afirmou que o maior problema das “raças inferiores”, como a indígena americana e a negra africana, era que elas eram menos aptas ao trabalho, sendo parasitas sociais. Ele alegou que só viu negros felizes quando visitou o cárcere, pois lá os negros tinham uma vida mansa e recebiam suas mulheres e filhos dentro de suas celas. Nos cárceres eles eram felizes porque finalmente tinham casa limpa, roupa e comida. Observe o posicionamento do intelectual em relação à abolição da escravidão: “*En este sentido la abolición de la esclavitud ha sido una desdicha para los negros. Todo o sistema de producción fundado en el trabajo de esclavos, tenía para ellos la ventaja de asegurarles la existencia. [...] El amo hacía trabajar a sus esclavos y los mentenía en buen engorde [...] Por eso la esclavitud representaba para estos negros una felicidad relativa, como la sujeción al hombre la representa para los animales domésticos. La libertad actual les ofrece la perspectiva del desamparo y la muerte por inanición*” (INGENIEROS, 1962, p. 172, v. 8).

tiende a extinguir las razas de color, toda vez que se encuentran frente a frente con la blanca en las regiones habitables por ésta. Algunos sociólogos, con criterio de filantropos antes que de sabios, oponen artificiosas razones a esa realidad (INGENIEROS, 1961, p. 26, v. 6).

Enfim, o autor acreditava que imigração europeia iniciada no século XVI promoveu uma gradual substituição das “raças indígenas” (“inferiores”) por indivíduos de “raça branca” (“superior”). Assim, ao longo de quatro séculos as “raças inferiores” foram desaparecendo do território argentino.

3.5.2 Questão racial no pensamento bomfiniano

Manoel Bomfim foi um severo crítico dos intelectuais que se apropriavam dos estudos das ciências biológicas para legitimar a teoria de “superioridade” e “inferioridade” entre as “raças humanas”. Defendeu que, na Natureza, a *luta pela vida* entre as espécies e entre os membros da mesma espécie era uma ação direta e cruenta, que provocava, por conseguinte, o progresso e evolução da espécie, uma vez que garantia o triunfo do ser mais forte e mais apto. Porém, ele acreditava que não se poderia dar aos conflitos humanos e sociais a mesma significação dos conflitos dos animais, porque o homem já nasce em um mundo em que fatores como posição social familiar e fortuna lhe dão vantagens sob os outros. Então, na “luta” entre os seres humanos, não era o melhor e o mais capaz que triunfava, mas sim aquele que era favorecido pela sua posição social. O sergipano acreditava que, para que a “luta” entre os homens fosse justa, era necessário colocá-los nas mesmas condições em que lutam os animais, pois: “quando um chacal disputa a carniça faz valer apenas os seus recursos próprios; não há nem renome de família, nem fortuna herdada, nem prestígio de classe, dando a um deles tal superioridade que o faz vencer” (BOMFIM, 2008, p. 202). O intelectual também posicionou-se contra aqueles que afirmavam que os homens não eram iguais porque estavam em estágios diferenciados de desenvolvimento econômico e social. Observe:

Foi admitido que há povos melhores do que outros, que há raças nobres e vis, e que somente aquelas eram capazes de atingir o ponto

culminante do desenvolvimento e da cultura; as outras são condenadas a vegetar na mediocridade e na abjeção – não atingiriam jamais as altas esferas da ciência, arte, filosofia e riqueza. E, daí, a conclusão lógica de que os mais perfeitos e nobres devem governar os outros [...] Vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhe a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes não o quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores (BOMFIM, 2008, p. 192).

Pode-se constatar que, em geral, o discurso do intelectual foi um rechaço às teorias racistas e uma resposta aos ideólogos que afirmavam que o atraso dos povos latino-americanos devia-se a inferioridade racial da população. Todavia, Bomfim não conseguiu se desvencilhar dos preconceitos que eram comuns à sua época, pois acreditava que os índios e os negros eram povos “mais atrasados” do que os povos de “raça branca”. É importante ressaltar que ele não atribuía este atraso a fatores genéticos, mas creditava este subdesenvolvimento ao legado colonial que os explorou impiedosamente. Bomfim foi um severo crítico da ideia de que os povos que ainda estavam na sua “infância” tinham inaptidão para o progresso, e por isto afirmou que os índios e os negros poderiam se “civilizar”, desde que recebessem educação. Entretanto, sendo eles - segundo as palavras do autor - “primitivos”, “quadros vazios”, “rudimentares”, “ignorantes de inteligência embrionária”, seriam eles que se desenvolveriam sob a influência dos povos mais cultos e desenvolvidos. Observe abaixo que o sergipano afirmou que a influência moral e intelectual dos indígenas e dos negros africanos no caráter das populações latino-americanas era, na verdade, mais reduzido do que se pensava, pois:

Em primeiro lugar, os indígenas e os negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos, e os imitavam. Esses povos primitivos se distinguem justamente, por um conjunto de qualidades negativas – inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado etc.; à proporção que progridem, a civilização irá enchendo estes quadros vazios. Vem daí a sua grande adaptabilidade a qualquer condição de vida (de vida, e não de morte – com essas que ofereciam aos negros e índios escravizados). Por isso, misturados a outros povos, a influência que exercem estas raças é uma influência antes renovadora que diretriz (BOMFIM, 2008, p. 184).

Para o intelectual, os negros exerceram pouca influência nas sociedades latino-americana porque foram escravizados e obrigados a se adaptarem aos costumes dos povos brancos. A influência deles foi reduzida, mas não inexistente. Por exemplo, Bomfim afirmou que os latino-americanos herdaram dos africanos uma “certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expansões” (BOMFIM, 2008, p. 185). Pode-se perceber que estas características atribuídas à herança dos africanos eram mais um defeito do que propriamente uma qualidade. Bomfim também atribuiu uma série características negativas aos negros, como, submissão incondicional, frouxidão da vontade e docilidade servil. Contudo, afirmou que estas características eram um “efeito colateral” da escravidão a qual foram submetidos. Pode-se afirmar que estas características negativas que o sergipano atribuía aos negros estavam em consonância com os valores sobre raça da sua contemporaneidade. Assim, existia uma tensão em seu pensamento em que, por um lado, via os negros como “almas rudimentares” e submissas, e, por outro, demonstrava grande admiração por eles, elogiando a sua capacidade de resistência.

Pensem na mísera condição destes desgraçados, que, jovens ainda, ignorantes de inteligência embrionária, são arrancados do seu meio natural e transportados a granel, nos porões infectos, transportados por entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável!... É como se, a nós, nos atirassem a lua!... Heroicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos ali estão para mostrar que não faltava, aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal (BOMFIM, 2008, p. 186).

Pode-se também questionar as qualidades que Bomfim atribuía aos índios, caracterizando-os como indivíduos indolentes e desinteressados que tinham “um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito” (BOMFIM, 2008, p. 186). Afirmou que o amor à liberdade deles era irrefletido e sem preocupação com a dignidade pessoal, era uma questão de necessidade orgânica, pois o índio não conseguia se adaptar à condição de besta e reagia contra os senhores. Sua coragem física foi considerada uma grande virtude orgânica, contudo, sua coragem “é feita, sobretudo, de uma quase absoluta indiferença pela dor física e

pela morte – é a impassibilidade. Isto lhe tira ao heroísmo todo o brilhantismo” (BOMFIM, 2008, p. 187).

O intelectual acreditava que os índios americanos e os negros africanos eram povos “menos desenvolvidos”, mas tinham capacidade de progresso. Assim, ele culpabilizou o branco europeu pelo estado de lástima em que estes povos se encontravam naquela época, alegando que o branco europeu, em sua perversão moral, egoísmo, torpeza, ganância e crueldade, parasitou as raças que se encontravam em um estágio mais rudimentar de desenvolvimento, submetendo-as ao trabalho escravo e à exploração total. Esta ação foi muito prejudicial à mentalidade dos índios e dos negros, mas este “atraso”, provocado pelo parasitismo à qual foram submetidos, poderia ser corrigido através da educação. Por exemplo, observe abaixo como Bomfim estabeleceu uma conexão entre educação e desenvolvimento dos índios:

A instabilidade de espírito tão notável nesta raça é uma qualidade que se explica justamente pelo grau de evolução mental; o espírito ainda não amadurecido, não educado nos longos esforços da atenção e tenacidade. São móveis, instáveis como crianças, porque tem o espírito infantil. Tal qualidade, mesmo quando fora um defeito, é certamente corrigível pela educação. [...] Reconheçamos que estes defeitos todos são devidos à falta de educação social (BOMFIM, 2008, p. 188).

A educação social era vista pelo intelectual como um meio de fazer com que os povos da América Latina se desenvolvessem:

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho. [...] Agora, instruem-no, abram-lhe o espírito, façam-lhe nascer vontades novas, necessidades superiores, ele terá estímulo para trabalhar, e irá exercer inteligentemente a sua atividade (BOMFIM, 2008, p. 213).

Enfim, Bomfim repudiou a teoria de Superioridade e Inferioridade entre as raças porque acreditava que todas elas, sem exceção, tinham capacidade de se desenvolver e progredir, alcançando no futuro, o mesmo patamar na escala

evolutiva. Contudo, ele minimizou a influência “moral” e “intelectual” dos negros e dos índios nas sociedades latino-americanas afirmando que foram eles a se adaptarem a cultura dos mais desenvolvidos, pois eram sempre os “rudimentares” que sofriam a influência dos mais cultos e os imitavam, e não o contrário. Neste sentido, a mentalidade e a cultura das populações da América Latina foram herdadas, sobretudo, dos ibéricos.

3.5.3 Análise dos discursos (Parte I)

Como foi demonstrado no capítulo dois, José Ingenieros foi um crítico dos darwinista-sociais. Em sua obra *A Simulação na luta pela vida*, afirmou que era um erro transportar a “lei” darwiniana de *luta pela vida* do terreno biológico para o sociológico, defendendo, desta maneira, a solidariedade social e o altruísmo entre os homens. Contudo, em *Sociología argentina* ele se afastou das suas ideias de solidarismo para justificar a desigualdade entre os seres humanos a partir de um critério racial. Seu pensamento tornou-se particularmente paradoxal em relação a esta questão, pois, por acreditar na existência de “raças superiores” e “raças inferiores” acabou utilizando o mesmo “procedimento metodológico” dos darwinista-sociais que ele criticou em *A simulação na luta pela vida*. Isto significa que ele se apropriou de alguns princípios da teoria darwiniana, como o de *sobrevivência do mais apto*, *adaptação ao meio* e *luta pela vida* para justificar a exclusão no território argentino das raças consideradas inferiores. O ítalo-argentino acreditava que os índios e os negros eram sempre derrotados quando se “encontravam de frente” com as “raças brancas”, pois eram biologicamente e intelectualmente “inferiores”. Sendo assim, ele acreditava que não se poderia lamentar o desaparecimento destas raças, pois isto seria equivalente a renunciar aos benefícios da Seleção Natural.

Para o intelectual, a solidariedade entre “raças diferentes” só era possível quando os seres biologicamente superiores, neste caso, os “brancos esclarecidos”, guiavam e tutelavam aqueles que eram incapazes de progredir por si mesmos. Nesta perspectiva, “os direitos do homem” apenas poderiam ser legítimos para os indivíduos que conseguiram alcançar uma mesma etapa na evolução biológica, uma

vez que não era suficiente pertencer à espécie humana para compreender estes “direitos” e poder usá-los. Na prática, este discurso significava que as “raças de cor” não poderiam ser politicamente e juridicamente iguais aos homens de raça branca. Desta maneira, o discurso ingenieriano utilizou a teoria da *Seleção Natural* para legitimar a substituição gradual dos considerados mais “fracos” pelos mais “fortes” e para “justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, uma vez que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressaíam apenas as raças superiores” (GREJO, 2009, p. 35).

Por seu turno, Terán (2008) argumenta que a trilogia republicana de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, na prática, foi bastante questionada por Ingenieros, pois cada um desses valores se opunha respectivamente aos princípios do determinismo; à observável desigualdade entre os seres que compõem o mundo biológico; e ao postulado darwiniano de *luta pela vida*.

É importante demarcar que o ítalo-argentino pensou em “raças superiores” e “raças inferiores” em um contexto em que o país passava por um gradual processo de reformismo político e eleitoral com o fortalecimento das bases da democracia que garantiam a ampliação do direito ao voto e a igualitarização dos direitos políticos e jurídicos³⁸ (com exclusão das mulheres). Todavia, o discurso de Ingenieros era, sobretudo, uma clara crítica aos princípios de igualdade entre os homens, uma vez que ele defendia que os indivíduos eram naturalmente desiguais e, por serem dessemelhantes, eles não deveriam ter os mesmos direitos.

Também, percebe-se que o pensamento ingenieriano dialogava com as teorias do determinismo geográfico e biológico.³⁹ O determinismo geográfico formulava uma relação entre a latitude e o ambiente físico com os centros de civilização, considerando o clima como um fator importante na dinâmica do progresso. Neste sentido, o ítalo-argentino valeu-se desta teoria para associar o clima temperado do território argentino com o seu destino de grandeza e de

³⁸ Em sua obra *O homem medíocre* Ingenieros faz uma discussão sobre a “aristocracia do mérito”. Neste trabalho ele faz uma reflexão sobre o público massivo e também sobre a reduzida minoria do mérito, assim, uma elite de talento deveria guiar o novo eleitorado massivo resultante da reforma eleitoral de 1912. Para maiores informações sobre a questão, é sugerido que se leia o trabalho *El laberinto de la sociedad del génio*, de Alejandra Mailhe.

³⁹ Para maiores informação sobre determinismo biológico e geográfico, ler *Cultura: um conceito antropológico* de Roque Barros Laraia.

liderança das nações latino-americanas. Também, estabeleceu uma rígida demarcação entre o “lugar natural” das “diferentes raças” nas diversas zonas climáticas do planeta, ou seja, cada tipo de clima era ideal para a adaptação e sobrevivência de uma determinada raça – o clima temperado favorecia a “raça branca”, ao passo que o clima tropical beneficiava a “raça índia” e a “raça negra”.

O determinismo biológico, por sua vez, atribuía certas capacidades específicas e inatas a determinadas raças e também estabelecia correlações entre as culturas e as obras das Civilizações com determinados grupos étnicos. Nesta perspectiva, Ingenieros acreditava que as “diferenças genéticas” dos “grupos humanos” eram um fator que contribuía com a determinação das diferenças culturais e civilizacionais entre os povos. Ele também diferiu os “grupos humanos”, dando-lhes características inatas de inteligência, comportamento e temperamento de acordo com a origem racial. Portanto, concorda-se com Terán quando ele afirma que esta concepção racista de mundo se opunha a todo programa que defendia que a educação pode transformar e melhorar os indivíduos, uma vez que a raça é uma determinação que não pode ser modificada nem pela educação e nem pela cultura.

Por sua vez, Manoel Bomfim foi um crítico do determinismo biológico ao negar a noção de que a humanidade estava dividida de forma hierárquica entre “raças superiores” e “raças inferiores” e recusar a ideia de que o homem branco estava no topo da escala evolutiva. Alegou que não existia nenhuma raça inferior por “natureza”, mas que existiam tão somente povos historicamente inferiorizados e, por esta razão, contestou o social-darwianismo, denunciando o pseudocientificismo desta corrente que legitimava o racismo e as práticas de exclusão social. Utilizou também o conhecimento das Ciências e da História para questionar as bases teóricas dos intelectuais que estabeleciam uma relação mecânica entre o meio geográfico e as características físicas dos seres humanos, contestando, desta maneira, os princípios do determinismo geográfico.

Segundo Uemori (2008) Bomfim interpretou a noção de *luta pela existência* de Darwin, não no sentido de competição entre os homens, mas no sentido de que a *luta pela vida* estava relacionada ao esforço de todos os seres vivos para conservá-la e propagá-la. A perspectiva de Bomfim sobre as ideias de Darwin era muito

semelhante às do socialista Wallace e do anarquista Kropotkin,⁴⁰ pois pensava que a preservação e a evolução da espécie humana se dariam não pela competição cruenta entre os indivíduos, mas a partir da ajuda mútua entre eles. Assim, as relações humanas deveriam ser fundadas na fraternidade, cooperação, no aprimoramento do sentimento altruísta e de solidariedade.

É importante ressaltar que o pensamento de Bomfim não estava livre dos preconceitos da sua época, pois, embora ele não trabalhe utilizando os termos “raças superiores” e “raças inferiores”, o seu texto utilizou a categoria “povos avançados” e “povos atrasados”, distinguindo os povos a partir de parâmetros culturais. Esta distinção entre “avançados” e “atrasados” não implicava em uma hierarquia imutável entre os povos, pois ele defendia que todos, sem exceção, poderiam se desenvolver. Ou seja, os “índios americanos”, os “negros africanos” e os mestiços latino-americanos poderiam se tornar tão adiantados e civilizados quanto os europeus. Como Baggio pondera, o discurso de Bomfim ajudou a endossar a ideia de barbárie e de atraso dos países latino americanos, mas ele negou que esta situação fosse definitiva, pois ele “recusa-se a aceitar a existência de obstáculos intransponíveis, ligados às raças formadoras, à mestiçagem ou ao clima, como sustentavam vários intelectuais europeus de projeção” (BAGGIO, 1998, p. 107).

Também, esta pesquisa questiona até que ponto Bomfim era de fato um igualitarista, pois seu discurso pregava a igualdade biológica entre as raças; todavia, o sergipano não pensava os grupos humanos como iguais, uma vez que ele os distinguiu entre “atrasados” e “avançados”. Os índios e os negros eram vistos pelo

⁴⁰ Segundo Eumori, a partir das ideias de Darwin, Wallace fez uma distinção entre os animais e os seres humanos defendendo que mesmo os povos primitivos já apresentavam “divisão de trabalho”. A divisão do trabalho não estaria relacionada a competição, mas com a cooperação. Desta forma, a seleção natural aperfeiçoaria a coesão social, uma vez que a solidariedade, e não a competição, é que seria o elemento fundamental que proporcionaria as condições de vitória dos seres humanos na luta pela vida. Wallace também pensou que o homem era um ser dotado de inteligência e que isso o permitia vencer as dificuldades impostas pelo meio usando suas potencialidades (criatividade, inventividade) para desenvolver as práticas altruístas, passando a viver em uma sociedade em que prevaleceria a igualdade e a “perfeição moral”. Uemori afirma também que o pensamento darwiniano foi tomado por Kropotkin, que desenvolveu a concepção de “ajuda mútua”, alegando que embora o homem tivesse sentimentos de dominar e submeter, ele também era marcado por um profundo sentimento de altruísmo, visto que o homem era um animal sociável que sentia vontade de se unir aos outros membros de sua espécie. A “ajuda mútua” seria um fator crucial para a preservação e evolução da espécie.

intelectual como povos “primitivos”, mas que tinham plena capacidade de progredir e atingir um estado de civilização superior. O discurso de Bomfim pregava a plena integração destes elementos à nacionalidade brasileira; contudo, para que eles fossem inseridos na sociedade moderna era necessário que os mesmos mudassem a sua mentalidade e os seus velhos hábitos. Ou seja, os seus costumes e sua diversidade cultural não foram valorizados pelo sergipano, que não aceitava que os índios e os negros pudessem permanecer do jeito que eles eram. Eles precisavam “progredir”! Na visão do intelectual era uma responsabilidade do Estado prezar pela educação, não só destes elementos, mas de toda a população brasileira, pois a educação era vista por Bomfim como uma ferramenta fundamental para transformação dos povos “rudimentares” em seres mais civilizados. “Ensinem-lhe a trabalhar, inspirem-lhe desejos novos, mostrem-lhe que há gozos superiores – a conquistar pelo trabalho [...] e o caboclo aceitará e se habituará a trabalhar. Educado, no Paraguai, o indígena mostrou-se laborioso e disciplinado” (BOMFIM, 2008, p. 188). Assim, a educação era um instrumento que tornava os grupos humanos “desiguais” em grupos humanos “equivalentes”, uma vez que auxiliava aos índios, aos negros e aos mestiços a “elevarem” o seu nível cultural e se tornarem cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres políticos.

Também, pode-se afirmar que a *Teoria do Parasitismo*, por si só, era plenamente suficiente para explicar os males de origem e as causas da instabilidade política, econômica e social dos países latino-americanos em relação à Europa. Portanto, se as causas do atraso da América Latina eram históricas, não havia a necessidade de Bomfim atribuir um atraso cultural, de forma específica, aos índios e aos negros em relação aos povos europeus. Percebe-se que, quando o intelectual se deu ao trabalho de definir as “qualidades positivas” e “negativas” destes elementos e chegou à conclusão que eles eram atrasados, primitivos, rudimentares, infantis, etc., ele estava reproduzindo um discurso que era comum à sua época. É por esta razão que o seu texto demonstrou preocupação em frisar a reduzida influência e importância destes elementos sobre a “essência da alma brasileira”.

Por fim, deseja-se ponderar que Ingenieros propôs uma hierarquia entre as raças, amparando-se na crença de que os homens de “raça branca” eram biologicamente e culturalmente mais evoluídos do que os indivíduos das demais

raças. O maior problema deste discurso é que a constituição genética de uma pessoa é imutável. Portanto, na visão de ítalo-argentino não existia nenhum projeto cultural ou educacional que fizesse com que os índios e os negros saíssem da sua “perpétua inferioridade”. Na prática, este tipo de discurso endossava a exclusão social dos indivíduos a partir de um critério racial. Por outro lado, o discurso de Bomfim não considerava a constituição orgânica destes elementos como inferior e afirmava que eles tinham plena capacidade de progredir intelectualmente, moralmente e socialmente, e se tornarem tão avançados e civilizados quanto os europeus, desde que fossem instruídos. Mesmo considerando estes elementos como “seres atrasados”, o seu discurso construiu uma mensagem de inclusão social destas raças dentro do território brasileiro.

3.5.4 Reflexão ingenieriana sobre a mestiçagem

Para Ingenieros, no século XVI houve uma “luta natural” entre as “raças europeias” e as “raças indígenas” pela ocupação do território americano. Neste contexto, um grupo étnico nórdico e outro mediterrâneo entraram em contato com as “raças indígenas”. O intelectual acreditava que havia uma disparidade social e mental entre as “raças colonizadoras”, pois os nórdicos, europeus de “raça pura”, encontraram um ambiente natural homólogo ao de sua origem e puderam se adaptar e transplantar a sua civilização. *“Esas familias de colonos trabajadores se mantuvieron puras de toda mestización com los indígenas, sustituyéndolos por su superioridad social, representada por el trabajo y la cultura”* (INGENIEROS, 1961, p. 249, v. 6). Desta maneira, seus descendentes formaram um novo núcleo de “raça branca” na América do Norte. Por sua vez, os europeus da Península Ibérica, mestiçados de sangue árabe e africano, mesclaram seu sangue com mulheres índias e mestiças, formando a sociedade colonial. Contudo, a vinda tardia de mulheres europeias ajudou a formar um reduzido núcleo de população branca nas cidades, e estes grupos vieram a formar a variedade *euro-americana* da “raça branca”.

Na concepção de Ingenieros o encontro de diferentes raças no continente americano era algo inevitável, mas quando raças diferenciadas habitavam o mesmo território, acarretavam duas circunstâncias opostas. “1º. *Si las razas luchan por la vida sin mezclarse, sobrevive la más adaptable al medio y se extinguen las otras*; 2º. *Si se mezclan, suelen prevalecer en la promiscuación los caracteres de las mejor adaptadas al ambiente físico-social*” (INGENIEROS, 1961, p. 247, v. 6). Os nórdicos foram elogiados pelo intelectual por não terem aceitado se misturar com os índios, evitando com isso, a degeneração da sua raça. Entretanto, os “conquistadores” espanhóis e portugueses se mesclaram com as “raças aborígenes” e formaram na América Latina uma “raça mestiçada”. Segundo o intelectual, isto ocorreu pela incultura destes “conquistadores”, que se tornaram sensíveis à ação do novo meio e receberam influência da “raça conquistada”. Logo, a formação das nacionalidades hispano-americana e luso-americana não foi a expansão da “raça espanhola ou portuguesa” no território americano, mas sim, sua combinação com elementos indígenas ou africanos.

Apesar de reconhecer que, no passado, o território da Argentina foi habitado por povos indígenas e que parte dos “conquistadores” se mesclaram com a população nativa, formando, portanto, uma população mestiçada, Ingenieros foi um crítico do processo de miscigenação. Por isto, elogiou os colonizadores anglo-saxões que, nas zonas temperadas do norte, não aceitaram se misturar com as “raças indígenas”; e, como o clima de característica mais amena lhe era mais propício à adaptação, conseguiram substituir progressivamente os povos nativos da região, formando o germe de uma nova pátria no Novo Mundo.

De acordo com Ingenieros, o processo de mestiçagem iniciado no período colonial (na zona temperada do Sul da América) produziu um progressivo branqueamento dos habitantes dos núcleos urbanos, uma vez que, ao longo de quatro gerações, os descendentes da mistura de brancos com índias eram praticamente brancos. Houve um refinamento sanguíneo dos mestiços, pois, “*en la primera generación se cruzaron blancos con índias; en la segunda, blancos con mestizas; en la tercera, blancos con cuarteronas; en la cuarta, blancos con ocheronas, etc*” (INGENIEROS, 1961, p. 253, v. 6).

O intelectual também afirmou que, no período colonial, havia cinco elementos étnicos no território; os brancos europeus (espanhóis); os brancos nativos, descendentes dos espanhóis e adaptados à cultura e aos costumes da civilização europeia,⁴¹ podendo-se incluir entre eles “*los mestizados en cuatro generaciones (15/16 de sangre blanca*” (INGENIEROS, 1961, p. 255, v. 6); os mestiços, descendentes de espanhóis com indígenas (gaúchos); os índios;⁴² e por fim, havia um reduzido número de negros africanos que deixaram descendentes mulatos. Desta estirpe ibero-americana nasceram duas variedades étnicas: uma branca, urbana e europeizada; e outra mestiçada, que se adaptava aos costumes dos europeus ou dos indígenas de acordo com as condições do meio físico. Cada variedade deste tronco ibero-americano constituiu um tipo de civilização. A primeira, que era *euro-argentina*, tinha sangue e mentalidade europeia. A segunda, que era a *hispano-indígena* (gaúcha),⁴³ logo após a Independência entrou em conflito com a minoria branca.

No contexto do pós-independência, havia no país o predomínio numérico das “raças mestiçadas”. O problema é que elas não conseguiam se adaptar às inovações políticas e sociais auspiciadas pelos brancos nativos que tentavam construir uma nova nacionalidade, fundamentando-se em doutrinas democráticas de

⁴¹ Ingenieros afirmou que foram os brancos nativos que lutaram pela emancipação política e formaram uma nova nacionalidade no país.

⁴² Os índios eram encarados pelo autor como elementos não incorporados a nacionalidade argentina e, inclusive, eram considerados inimigos em armas dela.

⁴³ É relevante destacar a importância que o criollismo teve na Argentina entre o final do século XIX e o começo do século XX, pois num contexto em que os imigrantes europeus eram imaginados como elementos de uma “raça pura” e que parte da elite intelectual elaborava mecanismos para eleger este indivíduo como o novo símbolo da sociedade, existiu no campo literário um movimento que reivindicava a valorização do gaúcho, habitante do interior do país, considerado como um ser essencialmente argentino. Esse movimento conhecido como criollismo problematizava a identidade argentina de uma maneira diferente daquela utilizada por José Ingenieros, uma vez que via no mestiço – e não no imigrante europeu – o símbolo para a construção de um projeto identitário. Assim, foi em um cenário de imigração massiva que literatura criollista fez uma forte campanha em favor da valorização do criollo, ao mesmo tempo em que promovia a ridicularização do imigrante italiano, numa nítida oposição ao cosmopolitismo de Buenos Aires. José Hernández, autor de *O Gaúcho Martín Fierro* (1872) foi um dos maiores representantes deste movimento literário. Ele visualizava a colonização espanhola sob uma ótica otimista por acreditar que a partir da miscigenação dos índios com os espanhóis é que surgiu o tipo gaúcho, o legítimo argentino. Santiago Sánchez (2010) afirma que o movimento criollista construiu uma imagem idealizada do gaúcho e elegeu esse indivíduo dos pampas como um símbolo nacional. Também, Nicolas Shumway (2008), defende que o criollismo era orgulhoso de sua herança hispânica e de sua mistura étnica, rejeitando o racismo “esclarecido” dos liberais argentinos, vistos como “europeizantes antiargentinos”. Este movimento literário exaltava as qualidades morais do gaúcho, como sua coragem e sinceridade, e defendia que o gaúcho era apenas uma vítima das precárias condições socioeconômicas do país e, portanto, deveria receber a chance de ser integrado à nação.

origem francesa e norte-americana. Assim, a “civilização branca” sofreu um terrível retrocesso no país, pois:

El pequeño patriciado “euro-argentino”, por razones militares y políticas, había dado intervención activa en la vida nacional a grandes masas “gauchas”; con el resultado que es notorio: las minorías blancas de los núcleos urbanos quedaron a merced de caudillos que supieron utilizar contra ellas las fuerzas de las campañas mestizadas. Predominó entonces en el territorio argentino el tipo de la sociedad “militar” sobre el de la sociedad “civil”, organizando-se una federación de grandes feudos dominados por caudillos. [...] En suma: en vez de la nación europea y democrática que querían los argentinos al fundar la nacionalidad, se organizó una federación feudal de caudillos de las masas mestizas. En síntesis, la época del caudillismo y la dictadura, como sostuvieron Echeverría y Alberdi, fué la derrota de la revolución argentina, iniciada por la minoría blanca, y la restauración del regime colonial sobre la base de la mayoría gaucha (INGENIEROS, 1961, p. 261, v. 6).

Para Ingenieros, foi somente após a derrota do caudilho Rosas,⁴⁴ em 1852, que houve uma atenuação do conflito entre o “espírito hispano-indígena” e o “espírito argentino” da Revolução de Maio. Após a queda de Rosas, o país iniciou uma nova era, e a vinda de imigrantes colaborou com o aumento significativo da raça branca na Argentina. Neste contexto, vários políticos e intelectuais, como Moreno e Rivadavia, estimularam que viessem da Europa professores para atuarem nas escolas; pedirem também capital para investir nas indústrias locais e braços laboriosos para cuidar da agricultura. Sobre esta fase de confiança na capacidade dos homens de “raça branca”, Ingenieros argumentava que:

Cuando Alberdi decía: “governar es poblar”, agregaba terminantemente: “poblar con europeos”. Cuando Sarmiento nos incitaba “a ser como Estados Unidos”, expresaba que esa nacionalidad era “un gajo del árbol europeo retoñando en el suelo de América”. No se equivocaban al afirmar esa predilección étnica como el fundamento esencial de toda prosperidad venidera. Ameghino, como todos los naturalistas, repetía más tarde que esa raza era la superior de las humanas y que ella le estaba reservado en el futuro el dominio del globo terrestre (INGENIEROS, 1961, p. 261-262, v. 6).

Sobre o processo de imigração ocorrido no século XIX, Ingenieros alegou que, na América do Norte, a imigração de nórdicos e anglo-saxões ajudou a

⁴⁴ Rosas foi o governador da Província de Buenos Aires, com status de um presidente da República.

aumentar a dispersão dos núcleos brancos estabelecidos desde o período colonial. Na América intertropical, por sua vez, os brancos emigrados encontravam condições muito desfavoráveis a sua adaptação e foram absorvidos por uma sociedade extremamente mestiçada desde as suas origens,⁴⁵ ao passo que, na zona temperada do Sul do continente a imigração de “raças mediterrâneas” e “latinas” substituiu progressivamente a sociedade mestiçada de origem colonial.

Nesta perspectiva o ítalo-argentino argumentava que a “civilização gaúcha” começou a ser superada na segunda metade do século XIX com a introdução de uma volumosa quantidade de imigrantes europeus. Segundo o intelectual, estes imigrantes povoaram o país com os seus descendentes e a massa étnica *euro-argentina* passou a predominar no território. Para ele, a Argentina se modernizou porque foi capaz de substituir os gaúchos pelos imigrantes, as charretes por ferrovias e os comandantes de campanhas por professores de escola. Assim, “*una población alfabeta, laboriosa y democrática, fué creciendo en reemplazo de la analfabeta, anarquista y feudal*” (INGENIEROS, 1961, p. 262, v. 6); melhorando, portanto, a qualidade do povo argentino.

Ingenieros defendia que, no começo do século XX, os imigrantes haviam formado um novo núcleo de civilização, culto e laborioso. Contudo, nas regiões da Argentina onde o clima não era o temperado, a população *hispano-indígena* continuou abundante. A permanência dos mestiços deveu-se ao fato de que neles predominavam os caracteres indígenas e, como viviam em um meio semelhante aos países da América intertropical, conseguiram persistir, uma vez que essas regiões eram desfavoráveis à adaptação das “raças brancas”. A “raça indígena”, por sua vez, continuou totalmente alheia à nacionalidade, restando apenas alguns remanescentes parques no território político, ao passo que os negros eram considerados uma raça praticamente extinta no país e os seus descendentes mulatos eram vistos pelo intelectual como cada vez mais brancos. “*En Buenos Aires, un negro argentino constituye un objeto de curiosidad*” (INGENIEROS, 1961, p. 262,

⁴⁵ Segundo o intelectual, mesmo com a abolição da escravidão, que cortou a imigração massiva dos negros africanos para a América, não houve na região intertropical uma diminuição do número de negros, visto que eles encontraram no clima tórrido condições favoráveis para a sua sobrevivência e reprodução.

v. 6). Ou seja, com a imigração massiva, a raça branca passou a preponderar no território e este processo acarretou no desenvolvimento e prosperidade nacional.

3.5.5 Ponderações de Bomfim sobre a mestiçagem

Na concepção de Bomfim, no século XVI, Portugal e Espanha eram as nações mais adiantadas do mundo, sendo excepcionalmente poderosas, ricas e civilizadas. Para ele, “nesta época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso: a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas” (BOMFIM, 2008, p. 20). O brasileiro afirmou ainda que a Espanha era tão ativa porque se forjou a partir dos “aluviões sucessivos de gentes – fenícios, celtas, cartagineses, romanos, godos, suevos, alanos, mouros, árabes... ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte” (BOMFIM, 2008, p. 36). Assim, na visão do sergipano, a congregação de diferentes povos e raças e a “fundição” de dessemelhantes culturas e tradições “gerou” os povos ibéricos.

Para o intelectual, as nacionalidades peninsulares se destacaram pela sua extraordinária capacidade de assimilação social. Este poder de congregação derivava-se de “uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso” (BOMFIM, 2008, p. 182). Observe como Bomfim descreve a homogeneidade da nação espanhola e portuguesa:

As raças ibéricas demonstraram possuir uma força de assimilação de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na Península. Para ali concorreram elementos étnicos mais dessemelhantes que esses, ainda hoje isolados e em constantes conflitos nos Bálcãs, na Macedônia, na Hungria. Apesar disto, a população da península é hoje mais homogênea do que a da Inglaterra e de outros países da Europa. Com toda a sua citada superioridade, os ingleses não conseguiram assimilar os celtas da Irlanda, nem os holandeses do Cabo, nem os franceses do Canadá (BOMFIM, 2008, p. 182).

Transplantados para a América, os povos ibéricos⁴⁶ mantiveram a sua plasticidade intelectual e a sua grande sociabilidade e se mesclaram com os indígenas e os africanos. No caso brasileiro, houve a assimilação de três raças radicalmente distintas - os brancos, os índios e os negros - e deste encontro surgiu no Novo Mundo um povo original que era tão coeso que, apesar das distâncias e da falta de comunicações, havia poucas diferenças entre um brasileiro de Manaus e um brasileiro de Santa Catarina.

Apesar de Bomfim acreditar que os indígenas e os africanos eram “povos primitivos”, ele tinha uma visão muito favorável à miscigenação destes com povos mais “desenvolvidos”, pois a fusão de diferentes raças era considerada por ele como benéfica ao progresso da espécie humana. Segundo o intelectual, a miscigenação beneficiava as populações mais cultas porque elas carregavam consigo tanto “peso” das suas tradições históricas e eram tão acostumadas a viver de acordo com os hábitos e costumes de outrora que “formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr após o progresso” (BOMFIM, 2008, p. 185). Observe como os indígenas e os negros poderiam colaborar com o progresso dos “povos cultos”:

Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irreduzíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de ideias novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e em geral, lhe entorpece a marcha para o futuro (BOMFIM, 2008, p. 84-85).

Nesta perspectiva, era imensamente positivo aos povos “mais civilizados” misturarem-se com “povos jovens”, pois estes lhes quebrariam a dureza de caráter social, favorecendo-lhes uma renovação e um progresso mais acelerado. Em contrapartida, defendia que era uma vantagem para os negros e os índios se mesclarem com povos “mais cultos”, pois, “quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir” (BOMFIM, 2008, p. 185). Ou

⁴⁶ É importante ressaltar que para Bomfim, Portugal e Espanha seriam as nações mais poderosas do ocidente no século XX se não tivessem derivado para o parasitismo que as degradou e degenerou.

seja, ele acreditava que as ideias adquiridas dos “povos civilizados” iriam pouco a pouco modificar o “caráter primitivo” dos índios e negros a ponto de que, no decorrer das gerações, “o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco - bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro” (BOMFIM, 2008, p. 185). O sergipano elaborou uma explicação sobre o porquê que os índios e os negros tiveram uma influência reduzida sobre as novas sociedades latino-americanas “nascidas” do encontro destes elementos com os ibéricos.

Os índios e os negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos, não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto os forçavam ativamente. Não eram livres de dar expressão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhe pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes (BOMFIM, 2008, p. 185).

Também, ao observar a constituição orgânica dos povos sul-americanos, com uma boa dose de sangue indígena e, no caso brasileiro e cubano, com uma boa dose de sangue africano, o brasileiro discordou veementemente dos sociólogos que afirmavam que o cruzamento entre “diferentes raças” geraria “crias inferiores”.

Amparando-se em certos fatos observados na zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, derivadas dos cruzamentos em si. No entanto, a verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem (BOMFIM, 2008, p. 207).

Bomfim se posicionou contra o estabelecimento de uma analogia entre a mestiçagem do homem e o cruzamento de diferentes espécies de animais, uma vez que diferentes espécies cruzadas produziam produtos híbridos e estéreis. No entanto, era observado que o cruzamento entre “raças diferentes” não gerava caracteres regressivos.

Não se vê nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas

entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual? (BOMFIM, 2008, p. 208).

Segundo o sergipano, a experimentação e a observação desconstruíam os argumentos dos teóricos que acreditavam na inferioridade de certas raças. Baseando-se em Ribot, alegou que o cruzamento era muito vantajoso, pois a mistura de raças gerava o aparecimento de aptidões novas, com a mistura de qualidades morais e intelectuais. Desta mesclagem surgiram exímios músicos, pintores, matemáticos, médicos etc. Bomfim citou também intelectuais como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefages para afirmar que os mestiços eram iguais em inteligência aos seus progenitores.

Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços tem podido desenvolver suas aptidões e têm mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornam notáveis em medicina (...) Na Venezuela os mulatos têm-se distinguido como oradores, publicistas, poetas (...)”. Concluiu o citado antropologista, “reconhecem-lhes, sobretudo aos da América, muita inteligência, espírito e imaginação (BOMFIM, 2008, p. 211).

Assim, os mestiços eram vistos como bem dotados de inteligência e totalmente suscetíveis ao progresso intelectual. Eles apenas precisavam de ser educados para aprenderem a utilizar as suas energias e a terem interesses superiores. “Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e as resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas” (BOMFIM, 2008, p. 214). Nesta perspectiva, Bomfim concluiu que a instabilidade das repúblicas latino-americanas não se devia ao cruzamento entre as raças, mas derivava exclusivamente das condições históricas de colonização, pois “os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas” (BOMFIM, 2008, p. 212).

3.5.6 Análise dos discursos (Parte II)

José Ingenieros considerava os “negros de raça pura” e os “índios de raça pura” como seres inferiores. O ideal, para ele, era que os indivíduos de “raça branca” não copulassem com pessoas provenientes das “outras raças”, com a finalidade de não gerar “crias híbridas”. Entretanto, ele não podia negar que, sobretudo, nos primórdios do período colonial houve o cruzamento de espanhóis com índias que geraram filhos mestiços. Era inegável que uma fração dos descendentes da elite política e econômica do território tinha uma dose de sangue indígena. Contudo, o ítalo-argentino não se referia a eles chamando-os de mestiços, mas sim de brancos nativos, afinal, estes indivíduos estavam adaptados à vida urbana, aos costumes e à cultura dos europeus. Na prática, ser considerado branco no pensamento ingenieriano implicava em poder gozar de todos os direitos jurídicos e políticos dentro do território argentino. Ou seja, estes elementos estavam plenamente incluídos na nação. Nesta perspectiva, se pode afirmar que, em relação à questão da mestiçagem, o discurso de Ingenieros ficou mais brando, uma vez que ele acreditava que este processo gerava um “refinamento sanguíneo”. Por isto, ele admitia que uma pequena dose de sangue indígena corresse nas veias dos descendentes da primeira onda imigratória, indivíduos estes que ele mesmo classificava como *euro-argentinos*.

O caso dos gaúchos no pensamento ingenieriano foi mais complexo. A ênfase do seu discurso estava voltada, sobretudo, ao suposto atraso cultural e a incivilidade destes indivíduos. O gaúcho, morador do campo, era visto pelo intelectual como “ignorante”, “embrutecido”, “pobre”, “desocupado” e uma série de outros atributos negativos. O que mais incomodava Ingenieros era que estes elementos tinham uma cultura híbrida que evocava hábitos e costumes tanto da tradição ibérica quanto da “barbárie” indígena. Para ele, esta cultura híbrida hispano-americana era a expressão máxima da barbárie argentina e era o maior símbolo do decrépito “espírito colonial”. Logo, ela necessariamente precisava ser aniquilada pela civilização europeia e desaparecer do território argentino. Para que esta cultura híbrida desaparecesse, era necessário que o gaúcho fosse gradativamente substituído por brancos europeus. É importante frisar que nem todo mestiço era visto

como um gaúcho. Quando o intelectual argumentou que da estirpe ibero-americana nasceu uma variedade mestiçada que se adaptava aos costumes dos indígenas ou dos europeus de acordo com o meio físico, na prática ele estava reconhecendo que existiam indivíduos mestiços que eram moradores dos centros urbanos e que adotaram padrões culturais exclusivamente europeizados, levando um estilo de vida totalmente diferente da dos gaúchos. Neste sentido, estes elementos, embora não considerados como “argentinos do tipo ideal”, não foram enxovalhados pelo discurso ingenieriano, pois a exclusão e a substituição eram voltadas ao gaúcho e sua cultura híbrida, e não necessariamente ao indivíduo de sangue mestiçado.

O discurso de Bomfim, por seu turno, elogiou o mestiço, alegando que ele herdava as melhores características dos seus progenitores. Também, em momento algum fez apologia ao embranquecimento das características fenotípicas da população brasileira por meio da mestiçagem. É necessário ter clareza que a mistura de raças era enaltecida porque o brasileiro acreditava que ela gerava produtos vigorosos, inteligentes e saudáveis, e não porque ela tinha potencial para gerar descendentes mais brancos. Contudo, é importante ponderar que o ideal de branqueamento entre os homens do princípio do século XX não dizia apenas respeito ao clareamento da cor da pele, mas também estava relacionado à neutralização de certas identidades culturais de determinados grupos étnicos. Neste sentido, Skidmore (1976) afirma que “a tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso de eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade nata” (SKIDMORE, 1976, p. 81). Para Skidmore, no Brasil, a teoria do branqueamento, em sua vertente otimista, acreditava que a miscigenação não produzia seres degenerados, mas indivíduos sadios e capazes de se tornarem sempre mais brancos, tanto fisicamente quanto culturalmente.

Pode-se afirmar que, quando Bomfim incentivou a interação e a assimilação entre “diferentes raças”, defendendo que os “povos infantis” adquiririam novas qualidades dos “povos cultos” a ponto de modificar o seu “caráter primitivo”, na prática seu pensamento estava embranquecendo-os culturalmente. Ou seja, existiu uma dose do ideal de branqueamento no discurso de Bomfim, pois os seus escritos estimulavam que os índios, os negros e os mestiços interiorizassem modelos

culturais ibéricos a fim de se tornarem “mais civilizados” e pudessem “progredir” de forma mais acelerada. É necessário ressaltar que esta questão era bastante paradoxal no pensamento do sergipano, pois o seu elogio era feito em relação à cultura ibérica – e não ao “homem branco” – espanhol e português. O ibérico era sempre retratado como um indivíduo ganancioso que explorava de forma brutal os elementos das “demais raças”. Era um ser que descendia do “berço” das grandes civilizações, mas que, em virtude das suas “atividades parasitárias”, degenerou.

Por fim, pode-se afirmar que tanto Ingenieros quanto Bomfim demonstraram admiração pela civilização e pela cultura dos povos europeus. No caso do ítalo-argentino quanto mais os indivíduos de sangue mestiçado fossem mais claros em seu tom da pele e adotassem os costumes e a uma “mentalidade europeizada”, mais bem aceitos eles eram dentro da sociedade argentina. O brasileiro, por sua vez, tentou superar as ideias racistas por meio do elogio ao hibridismo, construindo um discurso no qual os mestiços herdavam as melhores características de seus progenitores. Contudo, ele discriminou as contribuições das culturas/sociedades consideradas historicamente inferiores, elegendo a matriz ocidental como gerenciadora dos costumes e da mentalidade da sociedade brasileira.

3.5.7 Povo argentino segundo as concepções de Ingenieros

Para Ingenieros, a massiva introdução dos imigrantes desencadeada no século XIX favoreceu a formação de uma nova sociedade argentina que estava conseguindo apagar o estigma de inferioridade étnica que a Europa atribuía aos países sul-americanos. O intelectual acreditava que, em um prazo de cem anos, o território seria habitado por milhares de *euro-argentinos*, “nova raça”, símbolo de civilização, composta de brancos familiarizados com hábitos de tomar banho e ler. Contudo, é relevante ponderar que, embora o ítalo-argentino acreditasse que o recebimento de imigrantes europeus colaborou com o desenvolvimento da Argentina, ele não deixou de assumir uma postura crítica em relação aos resultados deste processo. Principalmente em seus estudos sobre Criminologia, demonstrou preocupação em relação à crise social em Buenos Aires que, invariavelmente, era

associada à imigração massiva. Ingenieros estava inserido em um contexto em que não havia emprego para todos e o aumento de situações definidas como problemas sociais, tais como a mendicância, a marginalidade, a vadiagem, o alcoolismo, a falta de habitações e a violência urbana, passaram a ser creditados aos imigrantes por parte da elite política e intelectual do país. Assim, o discurso do ítalo-argentino ficava pendido entre uma apologia ao imigrante europeu e o reconhecimento de que a imigração massiva colaborou para o agravamento de uma série de problemas sociais na Argentina. Todavia, mesmo admitindo que a imigração massiva produziu alguns resultados negativos, ele se posicionou como um defensor deste processo, pois acreditava que a imigração em massa gerou mais benefícios do que prejuízos para o país.

Também, para ele, os *euro-argentinos* (descendentes dos imigrantes europeus) eram os elementos étnicos que estavam formando a nova “raça argentina”. O vocábulo “raça argentina” representava a “civilização argentina”, a “nacionalidade argentina”, e era voltado para caracterizar esta sociedade que estava se tornando cada vez mais homogênea e que possuía ideias e costumes que eram bastante diferenciados das outras sociedades que coexistiam com ela no tempo e espaço. Ingenieros defendeu que a “raça argentina” era uma nova variedade das “raças europeias” da primeira e da segunda onda imigratória em um território propício para a sua aclimação.

Las razas europeas aqui trasplantadas sienten ya, en sus hijos argentinos, los afectos de la adaptación a outro medio físico, que engranda otras costumbres sociales. Los Andes, la Pampa, el Litoral, el Atlántico, la Selva, el Iguazú, son cosas nuestras, y solamente nuestras. Viviendo junto a ellas, las razas imigradas adquieren hábitos e ideas nuevas, hasta constituir una variedad distinta de las originarias. Consolidando su organización y definiendo sus sentimientos, esta variedad local de las razas europeas va formando una raza argentina (INGENIEROS, 1961, p. 264, v. 6).

Para Ingenieros, a substituição progressiva dos gaúchos e dos índios pelos brancos europeus promoveria a regeneração da “raça argentina”. Ele afirmou que a “raça argentina”, no princípio do século XX, ainda estava em formação, pois seria incorreto afirmar que todos os habitantes do território político apresentavam uma homogeneidade de ideias e de sentimentos. Todavia, ele acreditava que, à medida

que esta nova sociedade prosperava, ela consolidava um sentimento coletivo de pertencimento a uma nacionalidade. Defendia também que os indivíduos estavam cada vez mais entrando em consonância para a realização de ideais comuns.

Esa unificación mental de los descendientes de la antigua inmigración conquistadora, coincide con el fenómeno paralelo, aunque más importante numéricamente, fácil de observar en los descendientes de la nueva inmigración colonizadora que son ardientemente argentinos y asimilan rápidamente los rasgos esenciales de la mentalidad nacional (INGENIEROS, 1961, p. 46, v. 8).

A nova “raça argentina” estava gradativamente adquirindo consciência de uma personalidade nascente e de uma mentalidade própria. Também, na visão do intelectual, a homogeneidade nacional não dependia unicamente de uma unidade política, mas, sobretudo, de uma unidade mental e social, e a população estava entrando em “sintonia intelectual e espiritual” de maneira progressiva. A *argentinidade* se incrementaria pela formação de um sentimento de pertencimento dos imigrantes e seus descendentes à Argentina.⁴⁷ Para ele, a nacionalidade argentina ainda estava em formação, mas era única e original, uma vez que era diferente em cultura e em ideias das nações europeias e de outros países sul-americanos. “*Una tradición argentina existe, no es la indígena, no es la colonial. Nació con la nacionalidad misma*” (INGENIEROS, 1961, p. 265, v. 6).

O intelectual demonstrou ter “fé” nos grandes pensadores da Argentina, como Sarmiento e Alberdi, (pensadores que o ítalo-argentino invocou constantemente em *Sociología argentina*) que haviam “profetizado” que a *argentinidade* só se daria no futuro. Assim como aqueles que admirava, Ingenieros acreditava que, no “amanhã” surgiria a autêntica “raça argentina”. Sua conclusão é a seguinte: “*una nueva raza argentina se está formando por el conjunto de variaciones sociales y psicológicas que la naturaleza argentina imprime a las razas europeas adaptadas a su territorio*” (INGENIEROS, 1961, p. 264, v. 6).

⁴⁷ É válido ponderar que, em *Sociología argentina*, Ingenieros praticamente não levantou nenhuma discussão sobre a importância da educação para “argentinizar” os imigrantes. Em uma das raras passagens sobre esta questão se limitou a dizer que: “Las tendencias dominantes en la educación, más acentuadas recientemente, concurren a formar el “sentimiento nacional” en la inmensa masa de nuevos ciudadanos incorporados al país después de la segunda colonización” (INGENIEROS, 1961, p. 46, v. 8).

3.5.8 Povo brasileiro na visão de Manoel Bomfim

Segundo Bomfim, as alegações dos “sociólogos do massacre” tentavam provar a inferioridade étnica dos povos da América Latina, ao passo que defendiam que os europeus eram derivados de raças nobres. Por essa razão, houve tanto incentivo à imigração massiva com fins de melhorar a qualidade étnica do povo, mas o intelectual acreditava que esta não era a solução para os problemas destes países. É necessário ter muita clareza de que Bomfim não era contrário à imigração de europeus para os países da América do Sul no contexto do final do século XIX e começo do século XX, porém, ele foi um crítico dos resultados deste processo. O que mais o incomodava era a falta de suporte e de preparo do Brasil para receber estes europeus. “É preciso que o meio, aqui, não seja inferior àquele donde ele – o colono – provém. Eleve-se este meio, melhorem-se as condições de vida, para que o emigrante se possa achar feliz aqui” (BOMFIM, 2008, p. 133). Além disso, não concordava com a concepção que os imigrantes seriam os elementos a trazer a “civilização” e “progresso” para a região. Ao observar este tipo de discurso promulgado por intelectuais brasileiros, afirmou o seguinte:

Temos que convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias (BOMFIM, 2008, p. 134).

O intelectual afirmou que só vinham para a América Latina, zona atrasada e com pouco trabalho renumerado, ou indivíduos com intuito de fazer fortuna rápida e parasitar a vida econômica do país, ou elementos cujo nível social e intelectual era igual ao do povo local, ou seja, eram tão ignorantes quanto às gentes naturais. O sergipano também foi um crítico do modo como estes imigrantes eram recebidos no Brasil, pois o Estado apenas se preocupava em importar braços para substituir a mão de obra dos ex-escravos nas lavouras, não se comprometendo em acomodá-los e instruí-los. Assim, na concepção do intelectual, não bastava que o Estado escrevesse decretos promulgando a grande nacionalização dos colonos, pois o essencial era “a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução,

pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto, julgam desnecessárias” (BOMFIM, 2008, p. 134). Desta maneira, os imigrantes ficaram abandonados em uma pátria de costumes e língua que eles não compreendiam e, conseqüentemente, se isolaram, fechando-se em comunidades próprias.

No estado do Espírito Santo há povoados, vilas inteiras, de italianos ou polacos, vivendo tão miseravelmente e acanhados como as populações naturais, e mais tristes do que elas. É aí, nessas povoações, que se podem ver indivíduos de 16 ou 18 anos de idade, nascidos no Brasil, e não sabendo comunicar-se com os naturais, por não conhecer a língua do país onde nasceram e se criaram... Quando um país não está ainda suficientemente organizado, nem bastante desenvolvido e culto para assimilar as populações emigrantes, fica-se quieto, aceita-se os que vêm, e deixa-se de estar perturbando e embaraçando ainda mais a sua organização com a infusão de elementos heterogêneos (BOMFIM, 2008, p. 135).

Segundo o sergipano, o elemento estrangeiro sentia saudade da sua pátria-mãe e, ao entrar em contato com a inferioridade e a rudeza do meio, descontava seus ressentimentos e ódios nas populações naturais. Não raro, o estrangeiro se considerava melhor do que a população local e os descendentes de imigrantes não se misturavam com os naturais. Na concepção de Bomfim, o maior problema da imigração massiva para o Brasil era que os europeus, introduzidos de forma tão abrupta no país, não estavam se assimilando às gentes locais, e os nascidos e criados no país não perdiam o seu “estrangeirismo”, não se sentiam brasileiros.

Nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens (BOMFIM, 2008, p. 132-133).

Como se pode perceber, em momento algum Bomfim defendeu que os imigrantes europeus eram melhores do que às gentes naturais. Nesse sentido, ele foi bastante categórico ao afirmar que não existia uma inferioridade racial dos povos da América Latina em relação aos povos europeus, a única “inferioridade” existente em relação aos povos cultos “é a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável”

(BOMFIM, 2008, p. 270). Em relação ao caso brasileiro, ele argumentava que era necessário que o Estado se comprometesse com a instrução popular de todos os elementos que habitavam o país - dos índios, dos negros, dos mestiços, dos imigrantes e seus descendentes. “Aí está o remédio contra o nosso atraso, contra a miséria geral; e os que têm o coração bem no lugar não se podem negar a esta obra de redenção social” (BOMFIM, 2008, p. 271). Bomfim expressou ter a certeza de que o Brasil e os países da América Latina poderiam progredir e ter um povo mais adiantado e culto:

A história nos mostra que os elementos progressistas vão vencendo geralmente, ganhando terreno sobre outros, e estas sociedades tem dado provas de poder alcançar uma cultura superior. A massa da população, onde entra tão grande dose o sangue de raças novas e sadias e as ondas de imigrantes, gentes fortes – pois que, é bem certo, só os fortes emigram – a massa da população tem revelado possuir o vigor e energia precisos para exigir, promover e alimentar esse esforço no caminho do progresso (BOMFIM, 2008, p. 250).

3.5.9 Análise dos discursos (Parte III)

Ingenieros afirmou que os *euro-argentinos* formavam a nova “raça argentina” que estava se tornando cada vez mais homogênea em ideias e em cultura. Porém, se deve questionar este processo de homogeneização nacional proposto pelo intelectual, uma vez que o contexto em que ele estava inserido era marcado pela heterogeneidade da nação. Os escritos de Ingenieros foram produzidos em um cenário social em que o número de imigrantes era superior ao número de nativos. Então, quando ele alegava que a “argentinidade” do povo só se concretizaria no “futuro”, ele estava reconhecendo que, no “presente”, vivia em uma sociedade extremamente heterogênea e cosmopolita.

Segundo Degiovanni (2007), no começo do século XX os setores dirigentes estavam muito preocupados com a imensa quantidade de imigrantes de diferentes línguas e etnias no país. A imigração massiva provocou modificações nas estruturas sociais, políticas e culturais da Argentina e acarretou também em uma série de novos problemas, pois, não raro, os estrangeiros demonstravam ter uma firme lealdade a sua cultura de origem; aderiam ainda a ideologias contestatórias

(anarquismo), perturbando a ordem social constituída; ou eram simplesmente indiferentes aos valores e aos princípios provenientes da “terra” que os acolheu. Se em meados do século XIX os imigrantes europeus eram, em geral, bem recebidos no território e vistos como um “elemento civilizador”, nos princípios do século XX eles passaram a ser enxergados com grande desconfiança por parte dos setores dirigentes que os taxaram de “antinacionalistas” e “agitadores sociais”. Nesse sentido, percebe-se que uma boa fração da elite política e intelectual passou a acreditar que estes imigrantes eram uma ameaça a constituição da nacionalidade argentina.

Pois bem, foi neste contexto de desconfiança e discriminação dos imigrantes que Ingenieros elaborou um discurso de reação que visava valorizar o estrangeiro. Ele afirmou que o imigrante europeu poderia ser facilmente incorporado à nação porque o território de clima temperado era muito propício a sua aclimação. Também demonstrou preocupação em assimilar culturalmente os estrangeiros e seus descendentes aos padrões culturais dos homens da primeira onda colonizadora, a fim de construir uma maior homogeneidade nacional.

Assim, foi neste cenário repleto de dúvidas sobre a capacidade, ou não, de se construir uma nação coesa e harmoniosa a partir de uma população tão heterogênea que o intelectual recorreu ao prestígio de Sarmiento e Alberdi para dar suporte teórico as suas argumentações. Apresentou-se ao público como um herdeiro e continuador do pensamento destes intelectuais, que apesar de todas as suas divergências ideológicas, sempre convergiram em sua valorização do homem branco e da cultura europeia. Sarmiento e Alberdi consideravam o europeu um tipo humano “superior” ao ameríndio, ao negro e ao asiático, por isto, ele era um elemento indispensável para a “regeneração” da nação. Portanto, quando Ingenieros afirmou que os brancos europeus e seus descendentes deveriam ser o “novo povo argentino” no “futuro”, ele não estava falando nenhuma novidade ao público, mas tão somente dando continuidade a uma tradição de pensamento de valorização do europeu iniciado por Sarmiento e Alberdi.

Este trabalho acredita que, para justificar a importância e o espaço destes estrangeiros na sociedade, o ítalo-argentino recorreu ao discurso de “superioridade” da raça branca para legitimar o acolhimento destes imigrantes por parte do Estado.

Logo, a “argentinidade” proposta por Ingenieros estava assentada numa perspectiva racista que “*permite reivindicar para la cultura nacional el componente social cuestionado por la elite dirigente del entresiglo: la inmigración europea*” (DEGIOVANNI, 2007, p. 236). Ou seja, o método que o intelectual utilizou para autenticar a importância do estrangeiro era dizer que o imigrante europeu era racialmente e culturalmente superior ao gaúcho e ao índio. Também, Degiovanni alega que Ingenieros acreditava que a Argentina estava em vias de se tornar tão desenvolvida quanto os países da Europa e os Estados Unidos porque passou a ser habitada por povos de “raça branca” que, como as Ciências já haviam “comprovado”, eram seres racialmente e culturalmente superiores aos gaúchos e índios. Assim, o ítalo-argentino acreditava que foi o “constante” processo de branqueamento da composição racial do povo argentino que colaborou para transformar o país em uma nação poderosa e respeitável que “liderava” a economia e a cultura da América Latina.

Além disto, é importante ressaltar a experiência pessoal de José Ingenieros, uma vez que ele mesmo era um imigrante que se “argentinizou”; era um italiano que se comunicava e produzia suas obras em espanhol; era um europeu que conhecia a história, as tradições e os símbolos da Argentina; e o mais emblemático: argentinizou o próprio sobrenome de *Ingegnieros* para Ingenieros. Ele mesmo era um *euro-argentino*; seus filhos eram *euro-argentinos* e, se o seu “microcosmo familiar” se argentinizou, o mesmo processo de argentinização também poderia se dar com o restante dos estrangeiros que viviam no país, desde que eles recebessem educação e emprego.

Bomfim, por sua vez, criticou os resultados imigração massiva para o Brasil porque não acreditava que o europeu era um elemento “civilizador” que poderia promover a “ascensão” da qualidade da população brasileira. Para ele, a sociedade brasileira já era bastante complexa e homogênea antes do processo migratório desencadeado nos fins do século XIX - com a assimilação dos índios, negros e portugueses ao longo de três séculos. A grande dose de sangue de “raças novas” e sadias fazia com que este corpo social fosse perfeitamente capaz de atingir uma cultura superior. Também, para ele, as “raças diferentes” que forjaram a sociedade se assimilam de forma espontânea e formaram um povo coeso. Este era o povo

brasileiro. Todavia, o processo de imigração massiva estava produzindo resultados negativos no país, pois estava havendo uma introdução violenta de elementos heterogêneos na sociedade, prejudicando assim, a harmonia social. É importante ressaltar que as críticas de Bomfim estavam mais direcionadas a falta de preparo do Estado em receber a imigração em massa do que propriamente aos imigrantes. Isto significa que o discurso do sergipano não era hostil aos estrangeiros e nem pretendia tratá-los sistematicamente como “os outros”. Ao contrário, ele defendia a necessidade destes elementos se assimilarem aos brasileiros a fim de formar uma sociedade mais homogênea em seus costumes e ideias. Assim, se estes indivíduos fossem gradualmente assimilados, eles também fariam parte do povo brasileiro. Isto significa dizer que o discurso do sergipano era profundamente assimilacionista.

Também, Bechelli argumenta que Bomfim respondeu ao “racismo agressivo” com um “nacionalismo defensivo”, que pensava o povo como um elemento que compunha a base da nação. Contudo, para o sergipano, a “verdadeira nação” ainda não estava estruturada, pois a maioria da população, composta por negros, índios e mestiços, estava socialmente excluída dela. Ou seja, a nação tinha um caráter segregacionista que marginalizava uma grande parcela da população em nome de teorias raciais. Neste sentido, Bechelli alega que o discurso antirracista de Bomfim concebia que era necessário incluir esta população à nação, sobretudo, por meio do acesso à instrução, para torná-la capaz de atuar no processo político e econômico do país.

Por fim, é relevante ponderar sobre a experiência pessoal de Bomfim para compreender como surgiram os seus questionamentos em relação à questão da raça. Segundo Aguiar, o pai do sergipano era um homem cuja fisionomia não disfarçava a sua grande dose de sangue indígena nas veias. O pai de Bomfim cresceu na miséria. Até os 18 anos não possuía documento de identificação, nem certidão de nascimento,⁴⁸ não sabia ler e escrever, não conheceu os pais e trabalhou como vaqueiro desde a mais tenra idade. Não obstante todas essas dificuldades demonstrou ter um excelente tino comercial e fez “fortuna do zero”. Tornou-se um dos homens mais respeitados da sociedade de Aracaju e criou todos

⁴⁸ Paulino cresceu no povoado de Bom Fim do Carira, quando pode adotar um sobrenome fez referência ao seu povoado de origem, passando a se chamar Paulino José do Bomfim.

os filhos na bonança. Manoel Bomfim era filho de um mestiço talentoso, determinado, competente e inteligente. Nesse sentido, o intelectual demonstrou ser orgulhoso das suas “origens” e acreditava que o povo brasileiro também deveria sentir orgulho de ter sido forjado a partir do encontro de “raças” vigorosas e sadias, afinal, não existia nenhum “impedimento biológico” que os impossibilitassem de serem tão brilhantes quanto os povos das maiores civilizações da história da humanidade.

Para concluir este último bloco de análise, deseja-se ressaltar que este capítulo buscou comprovar a hipótese de que José Ingenieros e Manoel Bomfim buscaram definir qual seria o legítimo “povo” de seus respectivos países a partir de um critério racial. O primeiro acreditava que o autêntico povo argentino se forjaria ao longo do século XX, pois os descendentes dos europeus transplantados para o território iriam necessariamente substituir os índios e os gaúchos. Assim, o argentino idealizado por Ingenieros era um indivíduo de “raça branca”. Bomfim, por sua vez, sustentava a crença de que os portugueses, os índios e os negros se assimilaram de forma tão espontânea a ponto de formarem um povo coeso no Brasil. Isto significa que, quando os imigrantes europeus chegaram em massa no fim do século XIX, encontraram, na visão do sergipano, um povo uniforme e harmonioso resultante do “largo cruzamento”. Contudo, se os imigrantes e seus descendentes se assimilassem com as gentes naturais eles também seriam considerados como brasileiros. Assim, o Brasil estava “destinado” a ser um país de povo racialmente mestiçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado buscou analisar comparativamente como a temática da *Raça* foi discutida por José Ingenieros e Manoel Bomfim no contexto das duas primeiras décadas do século passado. Ao longo deste trabalho se demonstrou que tanto o ítalo-argentino quanto o brasileiro pensaram em “quem” seria o povo dos seus respectivos países levando em consideração o critério racial. Além disto, os dois intelectuais utilizaram-se dos conhecimentos derivados das Ciências Biológicas para legitimar as suas argumentações.

No caso de Ingenieros, pode-se afirmar que ele estabeleceu uma distinção entre ciência e ideologia, defendendo uma ciência neutra, baseada na observação e na experimentação. Também, pode-se afirmar que os escritos do autor foram caracterizados por uma sobreposição de teorias, pois as suas concepções sobre o socialismo, a história, a sociologia, etc; estavam sempre acompanhadas de algum saber derivado das Ciências Biológicas para dar legitimidade à sua produção intelectual. Por sua vez, Bomfim foi um pensador que explorou as contradições do discurso científico e ideológico da sua contemporaneidade, mas os seus escritos não romperam com o biologismo. O pensamento bomfiniano era norteado pela crítica constante às linguagens científicas e as ideologias vigentes; contudo, não rompeu com os horizontes impostos por estas mesmas linguagens e sua crítica foi formulada no interior de uma linguagem biologizante.

Em relação ao posicionamento destes intelectuais sobre a problemática racial, pode-se destacar o seguinte: Ingenieros defendeu que era necessário combater os “exagerados” seguidores de Darwin por suas errôneas interpretações. Ele acreditava que era um erro transportar a lei darwiniana de *luta pela vida* do terreno biológico para o sociológico. Contudo, em *Sociología argentina* se afastou das suas ideias de solidarismo para justificar a desigualdade entre os homens a partir de um critério racial. Por acreditar na existência de “raças superiores” e “raças inferiores” utilizou o mesmo “procedimento metodológico” dos darwinista-sociais. Isto significa que ele se apropriou dos princípios darwinianos de *sobrevivência do mais apto, adaptação ao*

meio e luta pela vida para justificar a exclusão no território argentino das raças consideradas inferiores.

Ingenieros estabeleceu uma hierarquia imutável entre as raças, considerando os indivíduos de “raça branca” como elementos biologicamente e intelectualmente superiores aos membros das demais raças. O autor acreditava que imigração europeia iniciada no século XVI promoveu a gradual substituição das “raças indígenas” por indivíduos de “raça branca” e, ao longo dos séculos, as “raças inferiores” foram desaparecendo do território argentino, uma vez que desde o século XVI, houve uma “luta natural” entre as “raças europeias” e as “raças indígenas” pela ocupação do território americano; com a vitória da “raça branca”. Para ele, no século XIX, a imigração massiva de “raças mediterrâneas” e “latinas” colaborou muito com a substituição acelerada dos indivíduos “inferiores” por elementos mais civilizados e laboriosos.

Bomfim, por seu turno, foi um crítico do determinismo biológico e negou a noção de que a humanidade estava dividida de forma hierárquica entre “raças superiores” e “raças inferiores”. Desta maneira, ele recusou a ideia de que o homem branco estava no topo da escala evolutiva e defendeu que não existia nenhuma raça inferior por “natureza”, mas que existiam tão somente povos historicamente inferiorizados. Também, fundamentou-se nos conhecimentos das Ciências e da História para questionar as bases teóricas dos intelectuais que estabeleciam uma relação mecânica entre o meio geográfico e as características físicas dos seres humanos, contestando, desta maneira, os princípios do determinismo geográfico.

Apesar de Bomfim ter elaborado uma crítica precoce ao racismo-científico, esta pesquisa buscou demonstrar que o seu pensamento não estava totalmente livre dos preconceitos que eram compartilhados pelos indivíduos da sua época, pois, embora os seus escritos não utilizem os termos “raças superiores” e “raças inferiores”, o seu texto recorreu à utilização da categoria “povos avançados” e “povos atrasados”, hierarquizando os brancos, os índios e os negros a partir de parâmetros culturais. É importante frisar que esta hierarquia não era imutável, visto que ele acreditava que os índios, os negros e os mestiços poderiam se desenvolver e conquistar um estado de civilização superior. Contudo, para que eles fossem inseridos de forma mais acelerada na sociedade era necessário que eles mudassem

a sua mentalidade e os seus velhos hábitos. Assim, a educação era um instrumento que auxiliava estes elementos a “elevarem” o seu nível cultural e se tornarem cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres políticos.

Feitas estas considerações, vale reforçar que o ítalo-argentino acreditava que os descendentes dos europeus iriam substituir os índios e os gaúchos do território argentino, uma vez que eles eram “naturalmente superiores”. Logo, imaginário ingenieriano construiu a ideia de que o povo argentino deveria ser constituído por indivíduos de “raça branca”. Bomfim, por sua vez, valorizou muito o processo de mestiçagem pelo qual a sociedade brasileira passou e sustentava a crença de que os portugueses, os índios e os negros se assimilaram de forma espontânea e formaram um povo coeso. Neste sentido, os imigrantes que chegaram nos fins do século XIX e começo do século XX deveriam se assimilar com o povo local para que houvesse uma “harmonia social” entre as raças. Assim, o imaginário bomfiniano construiu uma mensagem de valorização dos mestiços que, segundo ele, herdavam as melhores características das raças progenitoras.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, Ronaldo. Manoel Bomfim, intérprete do Brasil. In: BOMFIM, Manoel: *O Brasil na História: deturpações das tradições. Degradação política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013. p. 15-26.

_____. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. Um livro admirável. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 22-34.

ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. *Os mecanismos de legitimação: da aventura da construção à construção da aventura – uma análise comparativa entre José Ingenieros e Manoel Bomfim*. Brasília: Universidade de Brasília, mimeo, 1990.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAUJO, Diaz. *José Ingenieros*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

BAGGIO, Kátia. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAGÚ, Sergio. *Vida de José Ingenieros*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.

BARROS, José. História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

BECHELLI, Ricardo. *Nacionalismos antirracistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf>. Acesso em: 7 jun 2014.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOTANA, Natalio. *La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

CAPELATO, Maria Helena; NEVES, Margarida de Souza. Retratos del Brasil: ideas, sociedad y política. In: TERÁN, Oscar (Org.) *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Fundación OSDE/ Siglo XXI, 2004. p. 99-208.

CARVALHO, José; SOUSA, Pedro. *Dicionário de política*. São Paulo: T.A Queiroz, 1998.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *El origen del hombre*. Madrid: EDAF, 1972.

DEGIOVANNI, Fernando. *Los textos de la patria: nacionalismos, políticas culturales y Canon en Argentina*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

FERNÁNDEZ, Cristina. De la utopía social a la utopía racial. Notas sobre el Cientificismo evolucionista en José Ingenieros. *Agora Filosófica – Revista Marplatense de Filosofía*, Mar del Plata, v. X, n. 19-20, p. 88-101, 2009.

FILGUEIRA, André. A utopia nacionalista em Manoel Bomfim. *Revista Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*, Brasília, n. 20, p. 153-163, 2012.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Editora Massangana, 2010.

_____. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História – On-line version*, São Paulo, v. 23, n.45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882003000100006&script=sci_arttext&lng=es >. Acesso em: 23 jun 2014.

GREJO, Camila. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HAACK, Susan. *Seis sinais de cientificismo*. Publicações da Liga Humanista Secular do Brasil, 2012. Disponível em: <http://lihs.org.br/cientificismo>>. Acesso em: 19 dez 2014.

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Trad. João Otávio Nogueira Leiria, Porto Alegre: Martins, 1987.

INGENIEROS, José. *A simulação na luta pela vida*. São Paulo: Cultura moderna, s/d.

_____. *Crónicas de viaje*. Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano, 1962. v. 8.

_____. *Sociología argentina*. Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano, 1961. v. 6.

KAUTH, Angel Rodríguez. El racismo en el Pensamiento de José Ingenieros. *Revista Digital Universitaria* - Dirección General de Servicios de Cómputo Académico-UNAM, Ciudad Universitaria, México D.F., v.2, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.revista.unam.mx/vol.2/num3/art2/>>. Acesso em: 07 jun 2014.

_____. *José Ingenieros*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1996.

LAJOLO, Marisa. Prefácio. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11-40.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

MAILHE, Alejandra. El laberinto de la soledad del gênio: o las paradojas de El Hombre Medíocre. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 197-216, 2013.

MARTÍ, José. *Mi raza*. New York: Patria, 1893. Disponível em: <<http://dlenguaje.wikispaces.com/file/view/Mi+raza.pdf>>. Acesso em: 21 jan 2015.

MARTINS, Wilson. Profeta da quinta revolução. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996. p. 13-21.

MATTIEUCCI, Nicola. Racismo. In: BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. v. 1, p. 1059-1062.

MICELI, Sérgio. *Ensayos Porteños: Borges, el nacionalismo y las vanguardias*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

MIRANDA, Marisa. La Argentina en el escenario eugênico internacional. In: _____. *Uma história de la eugenesia: Argentina y las redes biopolíticas internacionales – 1912-1945*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 19-64.

_____. VALLEJO, Gustavo. La eugenesia y sus espacios institucionales en Argentina. In: _____. *Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2005. p. 145-192.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NUNES, Maria. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13-25.

OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História* – on line version. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 set 2014.

PIGNA, Felipe. Roque Sáenz Peña. *El Historiador* - Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica (CAICYT), del CONICET, 2014. Disponível em: <http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/s/saenz_pena.php>. Acesso em: 24 mar 2014.

PITA GONZÁLEZ, Alejandra. *La unión latino americana y el boletín renovación: redes intelectuales y revistas culturales en la década de 1920*. México, D.F: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos - Universidad de Colima, 2009.

_____. Los homenajes a José Ingenieros y el debate en torno al papel del intelectual. *Revista Complutense de Historia de América*, n. 35, p. 69-85, 2009.

PONCE, ANIBAL. Prefácio. In: INGENIEROS, José. *Sociologia argentina*. Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano, 1961. v. 6, p. 9-10.

PRADA, Manuel González. *Nuestros indios*. Marxists Internet Archive, 2001. Disponível em: <http://www.edu.mec.gub.uy/biblioteca_digital/libros/g/Gonzalez%20Prada,%20Manuel%20-%20Nuestros%20indios.htm>. Acesso em: 06 abr 2015.

RODRIGUES, Nina. *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

ROMÉRO, Silvio. *A América Latina: uma análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. R. das Carmelitas, Porto: Imprensa Moderna, 1906.

_____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

SÁ, Eliane. Mestiço: entre o mito, a utopia e a história. In: *Anais eletrônicos do IV encontro da ANPHLAC*. Salvador: ANPHLAC, 2000. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/eliane_garcindo_de_sa.pdf>. Acesso em: 29 mar 2015.

SÁNCHEZ, Santiago Javier. El aporte del “criollismo” a la forja de la identidad nacional argentina. *Fundación Dialnet*, Tinkuy, n. 12, p. 199-215, 2010.

SANTOS, Ricardo. Intelectuales y redes eugénicas de América Latina: relaciones entre Brasil y Argentina a través de Renato Kehly y Victor Delfino. In: MIRANDA, Marisa. (Org.) *Uma historia de la eugenesia: Argentina y las redes biopolíticas internacionales – 1912-1945*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 65-95.

SARMIENTO, Domingo. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Obras completas. Tomo 36. Buenos Aires: Universidad Nacional de la Matanza, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: Editora Edusp, 2008.

SIERRA, Álvaro. Darwinismo, darwinismo social e izquierda política (1859-1914): reflexiones de carácter general. In: MIRANDA, Marisa; VALEJJO, Gustavo. *Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina editores, 2005. p. 23-58.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SIMÕES, José. Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na República Velha. In: *IX Simpósio internacional processo civilizador – Tecnologia e civilização*. Paraná, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_debates/art16.pdf>. Acesso em: 08 set 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

TERÁN, Oscar. *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

_____. *José Ingenieros: pensar la nación – antología de textos*. Buenos Aires: Alianza Bolsillo Editorial, 1986.

_____. *Vida intelectual en Buenos Aires fin-de-siglo: 1880-1910: derivas de la cultura científica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2008.

TORTORELLA, Roberto. Las brechas del discurso. Positivismo y reforma moral en El Hombre Mediocre de José Ingenieros. *Revista Universitaria Semestral* – Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, año XV, n. 29, p. 109-135, 2005.

UEMORI, Celso. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28 n. 56, p. 327-348, 2008.

VARELA, María. La “argentinidad” de José Ingenieros. In: *VI jornada de la historia de las izquierdas: José Ingenieros y sus mundos* - CEDINCI/UNSAN, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.cedinci.org/jornadas/M5.pdf>>. Acesso em: 06 jan 2014.

VASCONCELOS, Rita de Cássia. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José Patrocínio e sua vivência na República*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

WOLOWELSKY, Eduardo. La sociobiología en cuestión: sobre el determinismo biológico y la libertad humana. In: MIRANDA, Marisa; VALEJJO, Gustavo. *Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina editores, 2005. p. 59-73.

